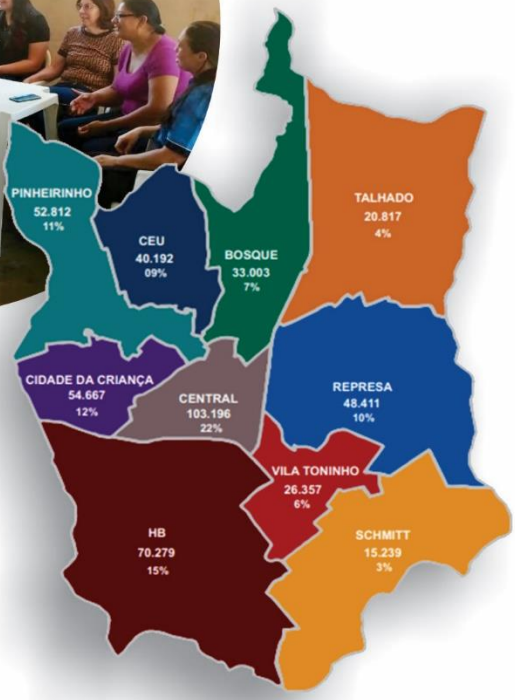
Diagnóstico Socioterritorial

São José do Rio Preto
2021/2022

Região Schmitt



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Diagnóstico Socioterritorial

EXPEDIENTE

Prefeito │Edinho Araújo
Vice-Prefeito│ Orlando Bolçone
Secretária Municipal de Assistência Social │Helena Marangoni

Secretaria Municipal de Assistência Social

Assessora de Secretária│Carla Ávila dos Santos
Assessora Especial │Eliana Cristina Lechado Guizzi
Assessora│Edimara Carrasco
Coordenadoria de Gestão│Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco
Departamento Administrativo e de Execução Orçamentária │Walquíria de Arruda Correa
Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda│Renata Correa Leite de Oliveira
Divisão de Gestão Operacional│Danilo Numer de Santana
Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos│Fernanda Paula Magossi Arado
Departamento de Proteção Social Básica│ Fernanda dos Santos
Departamento de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade│Janaina Darli Duarte Simão
Departamento de Gestão do Trabalho do SUAS│Kleber de Mascarenhas Navas
Departamento de Vigilância Socioassistencial │Vanessa Gimenez Ferreira
Coordenação Diagnóstico Socioterritorial: Vanessa Gimenez Ferreira

Equipe de apoio Departamento de Vigilância Socioassistencial: Adriano Marra, Ana Augusta Silva de Oliveira, André Stéfano Balbino Debiagi, Caroline da Silva Vissechi Maia, Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco, Geis de Oliveira Benevides, Isabella Caroline Malerba, Liliani Mendonça Rodas, Luana Cristina Candian de Souza, Patrícia Lisboa Ribeiro Bernussi, Rafaela Yepes Moro.

Revisão do Diagnóstico Socioterritorial: Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco, Geis de Oliveira Benevides, Márcia Aparecida Gonçalves, Patrícia Lisboa Ribeiro Bernussi e Vanessa Gimenez Ferreira.

Facilitadoras: Caroline da Silva Vissechi Maia, Fabiana Izilda Funiceli Laredondo, Fernanda, Paula Magossi Arado, Geis de Oliveira Benevides, Klymene Moreno de Sousa, Liliani Mendonça Rodas, Lívia Rodrigues Restofe, Luzia Emília Sanchez Ayala, Marcela Camila Garcia Gouveia Menezes, Márcia Santos da Rocha, Marinalva Madela de Brito, Thays Ferreira Gianini Proto.

Estagiária: Isabella Caroline Malerba.

Capa: Bruno Vieira de Carvalho.

SUMÁRIO

Apresentação.....4
Introdução.....5
PARTE I.....7
PARTE II.....77
Região Schmitt.....78
PARTE III.....136
Glossário da Assistência Social.....136

APRESENTAÇÃO

São José do Rio Preto/SP, sede da Região Metropolitana do Noroeste Paulista, é uma das melhores cidades do Brasil para se viver. É o que mostram indicadores e estudos diversos, como o divulgado em 2023 pelo Instituto Trata Brasil, colocando o município como o melhor do País no ranking de saneamento básico.

É sempre possível e necessário avançar. A propósito, os novos tempos, advindos do contexto pandêmico, trouxeram desafios sociais, administrativos, políticos e econômicos. Neste sentido, a Política de Assistência Social é imprescindível para a proteção social e defesa dos direitos dos rio-pretenses.

Para cumprir esse papel tão importante, a Assistência Social necessita entender e analisar a conjuntura em que está inserida, sendo que esse processo se dá por meio do Diagnóstico Socioterritorial. Um documento fundamental para a compreensão da realidade vivida pelas famílias da nossa cidade, especialmente as mais vulneráveis, para planejar e propor ações assertivas com as demandas da população.

Esta publicação é fruto de um trabalho coletivo desenvolvido pelas equipes técnicas da Secretaria Municipal de Assistência Social, os usuários, conselheiros de direitos e rede socioassistencial. Cumpre uma das ações do Programa de Metas Gestão 2021/2024 de aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, de São José do Rio Preto, por meio do desenvolvimento de ações integradas entre as políticas públicas, de modo a assegurar atenções às diversidades e heterogeneidade de públicos e territórios.

Um trabalho robusto e pormenorizado, que mostra as nossas Regiões, por meio de dados quantitativos e qualitativos, através do olhar da Assistência Social e dos munícipes atendidos. Com essa ferramenta, nosso governo poderá planejar ações ainda mais inclusivas e preocupadas com a qualidade de vida e bem-estar de todos os rio-pretenses.

Prefeito Edinho Araújo

INTRODUÇÃO

O Primeiro Diagnóstico Socioterritorial de São José do Rio Preto foi construído entre os anos de 2013-2014 e se apresentou como central na consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na cidade. Os dados orientaram a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, instrumento de planejamento estratégico, que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Assistência Social na perspectiva do SUAS.

A atualização do Diagnóstico foi realizada em 2015/2016, numa versão que procurou retratar a realidade do município sob o olhar da política de assistência social, subsidiada pela pesquisa de dados: 1) em fontes secundárias, como o IBGE, Cadastro Único, MDS/SAGI e 2) em fontes primárias, junto aos serviços, percepção da população e dos demais atores sociais, por meio do Mapa Falado, que ocorrera no primeiro Diagnóstico.

O Diagnóstico Socioterritorial 2021/2022 traz a proposta de fazer uma construção participativa, que incluiu as equipes de trabalhadores do SUAS e os usuários dos serviços. O trabalho começou em fevereiro de 2021, com o levantamento e estruturação dos dados. Percorremos as 10 Regiões do município para discussão e qualificação das informações compiladas pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial. Contamos com a participação de 10 facilitadores que ficaram responsáveis por fomentar a reflexão e realizar a escrita do documento de forma conjunta com as equipes.

Nas rodas de conversa nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Centro Pop, Departamentos de Gestão do Trabalho e Vigilância Socioassistencial discutimos os dados de população, Cadastro Único, índice de extrema pobreza, CAGED, renda familiar, violências e violações de direitos de cada uma das 10 Regiões do município.

Foram realizadas 47 rodas de conversas, que permitiram mapear as potencialidades e vulnerabilidades de cada território, com suas marcas, particularidades e necessidades.

Após a discussão dos dados quantitativos e da qualificação dos dados de forma coletiva e participativa com os trabalhadores, iniciamos as coletas de informações com os usuários e com as redes socioassistencial e intersetorial. As equipes tiveram

autonomia para escolher a metodologia a ser utilizada na pesquisa, que está descrita neste documento em 10 capítulos, contemplando as 10 Regiões do município.

Ressaltamos que este é um diagnóstico das equipes e o percurso dialogado permitiu que o diagnóstico fosse interventivo e formativo, visto que propiciou a identificação de demandas que foram discutidas em audiência pública realizada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em novembro de 2021, com a temática da atuação da rede e a vigilância socioassistencial para o fortalecimento do SUAS.

O Diagnóstico Socioterritorial 2021/2022 tem como diretrizes os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento está organizado em três partes. A parte I (primeira) com informações gerais do município e, em seguida, apresenta-se o Mapa Falado que foi realizado com os Conselhos de direitos: CMAS, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal do Idoso (CMDI) e Conselho sobre Álcool e outras Drogas (COMAD). Segue, ainda, com apresentação de relatos de casos da alta complexidade, que expressam a necessidade da intersetorialidade para o público de jovens em acolhimento institucional.

Na parte II estão os diagnósticos das 10 Regiões do município.

A parte III é composta de um Glossário publicado em 2021 e traz conceitos que utilizamos na Assistência Social e no trabalho social do município.

Helena Marangoni

Secretária Municipal de Assistência Social

PARTE I

SUMÁRIO

A Assistência Social em São José do Rio Preto.....9
A Política de Assistência Social no Município de São José do Rio Preto.....10
O contexto da Assistência Social no tempo presente.....15
A necessidade de resistir e lutar pela Assistência Social.....19
Os desafios de Rio Preto no campo da Assistência Social.....20
Recursos Humanos da SEMAS.....20
O contexto de pandemia.....23
Panorama da Assistência Social no Município.....24
Território e demografia.....26
Evolução da Rede.....30
População e vulnerabilidade.....35
Território de São José do Rio Preto.....36
Mapa Falado com Conselhos de Direitos.....41
Relatos de casos Alta Complexidade.....49
Referências.....53
Apêndice 1 – Rede Socioassistencial no município.....56

A ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Apresentamos nesta seção as marcas históricas da Assistência Social no Brasil e em São José do Rio Preto, documento este que foi elaborado em supervisão realizada pelo assistente social Rodrigo Diniz no primeiro trimestre de 2020. Foram realizadas discussões com os trabalhadores do SUAS, os quais representavam CRAS, CREAS, Centros de Convivência, Centro POP e gestão, portanto, uma construção coletiva que apresenta um resgate histórico e contextualização dos atravessamentos da conjuntura político-econômica e social. O Departamento de Vigilância Socioassistencial atualizou o documento em abril de 2022 e complementou com informações atuais.

Anteriormente à Constituição Federal de 1988, as práticas de assistência eram realizadas por entidades de caridade, principalmente as ligadas à igreja católica, e realizadas por meio de ações filantrópicas e de cunho caritativo.

A partir de 1988, com a Constituição Federal, a Assistência Social passa a compor a seguridade social no tripé com a saúde e previdência social. Em 1993, é regulamentada a Lei 8.742, de 07/12/1993 que trata da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre os princípios, diretrizes, organização e gestão, prestações e financiamento dos serviços socioassistenciais.

Entre 1996 e 1997 foram realizadas conferências municipais, estaduais e federal de assistência social, respeitando e pautando o controle social. Em 2004 é aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com vistas à efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Em 2005, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) organiza o modelo de proteção social, e em 2006 a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB RH) estabelece as equipes de referência, atribuições e eixos a serem considerados pela gestão do trabalho e educação permanente.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução Nº 109, de 11/11/2009) regulamenta/tipifica os serviços por níveis de complexidade. Em 2011 ocorre a ratificação da LOAS, alinhando-a com a PNAS, o que se concretiza por meio da Lei n°. 12.435 de 06/07/2011, a qual efetiva o SUAS.

Os movimentos sociais fizeram parte da história de lutas e conquistas desta política social, destacam-se:

- Mobilização do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua;
- Movimento de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
- Coletivo de Gestores da Política de Assistência Social (COEGEMAS E CONGEMAS);
- Participação de entidades de classe como os Conselhos Federais de Serviço Social (CFESS) e de Psicologia (CFP).

A trajetória da Assistência Social é marcada pela publicação de várias resoluções, manuais e guias para nortear e orientar o trabalho dos municípios. Cabe ressaltar que outras normatizações e marcos legais contribuíram para assegurar o campo da proteção social e defesa de direitos, como as legislações sobre os direitos da criança e adolescente, da pessoa idosa, pessoas com deficiência e combate à violência contra a mulher.

A trajetória da Assistência Social no Brasil, e em São José do Rio Preto, é permeada por lutas, resistências e compromisso de trabalhadores, gestores, conselheiros e usuários.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Conforme o Plano Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto: Diagnóstico Socioterritorial (2014-2017), a Assistência Social teve seu marco inicial em 13 de novembro de 1964, com a publicação da Lei nº 1.051/1964, por meio da criação do Departamento de Assistência Social, administrado por um Conselho Colegiado (Diretor), composto por 11 membros, representantes de instituições assistenciais do Município, Câmara Municipal e livre indicação do prefeito. A criação desse Departamento de Assistência Social convergia com os conceitos históricos da assistência social, identificada à época como caridade, solidariedade, benemerência aos menos favorecidos e apoio ao próximo, como forma de dominação e controle de segmentos segregados pela conjuntura econômica, e considerados “disfuncionais” perante a sociedade, culpabilizando-se pela própria condição de vida.

Ao mesmo tempo, era instituída a Fundação Rio-pretense de Assistência Social (FRAS) pela Lei Municipal n° 1.071, de 05 de janeiro de 1965, administrada por um Conselho Administrativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Dentre suas fontes de receita destacavam-se recursos municipais, pois a FRAS integrava o Orçamento Municipal.

Com a Lei Municipal nº 2.104/1977, que alterou a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a Assistência Social passou a integrar a Assessoria de Saúde, Esporte e Bem-Estar. Cabia à Assessoria a execução da Política Municipal de Saúde, Esporte e Promoção Social, em especial as funções relativas ao Pronto Socorro Municipal, as medidas ligadas à melhoria da qualidade de vida da população e administração das funções de promoção e assistência social em qualquer nível dentro do Município, além das atividades esportivas de qualquer natureza promovida ou assistida pelo Poder Público Municipal.

A Lei Municipal nº 3.045, de 07 de junho de 1982, criou a Assessoria do Bem-Estar Social com o objetivo de planejar, coordenar e executar programas de promoção social, vinculando administrativamente a FRAS à sua estrutura e desvinculando as funções de promoção social da Assessoria de Saúde e Esportes. Nesse período foram organizadas as três primeiras Creches Municipais Públicas para crianças de três meses a seis anos de idade, nos bairros Jardim Fuscaldo, Jardim Soraya e São Jorge. O Decreto nº 2.883/1982 constituiu a Assessoria de Bem-Estar Social como: Assessoria do Bem-Estar - Gabinete do Assessor e Departamento de Promoção Social, subdividida em Divisão de Serviços Gerais, Seção de Apoio à Implantação e Dinamização de Recursos Sociais e Fundação Rio-pretense de Assistência Social.

Com a Lei nº 3.162 de 14 de setembro de 1982 a Assessoria de Bem-Estar Social passa a denominar-se Secretaria Municipal de Bem-Estar Social como órgão encarregado de programar, coordenar, executar e supervisionar os serviços de Assistência Social e Promoção Humana do município em qualquer nível, sempre com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da população (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 1982).

Atualizada em 17 de janeiro de 1983, pela Lei nº 3.262, também passou a ter a incumbência de coordenar e fiscalizar os trabalhos das entidades que recebiam auxílio da Prefeitura Municipal, com o objetivo de “promover o homem e melhorar suas condições de vida”. Na década de 80, a Administração Municipal, por meio do Projeto Unidade de Subprojeto/Cidades de Médio Porte (UAS/COM), com recursos do Banco

Mundial a fundo perdido, elaborou o diagnóstico da cidade, indicando por região da cidade a necessidade de equipamentos sociais e/ ou serviços de infraestrutura. Neste sentido, mantinha uma equipe de profissionais que constituía quatro gerências: Modernização Administrativa, Infraestrutura Urbana, Infraestrutura Comunitária e Infraestrutura Econômica.

O diagnóstico da cidade e a operacionalização das diretrizes e metas do projeto marcaram a década, pois equipamentos sociais como Creches e Centros Comunitários eram de responsabilidade da Assistência Social. Por volta de 1985, no Governo José Sarney, o foco era a elaboração de planos de desenvolvimento econômico e social. Destacou-se então o Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, que propunha um desenvolvimento baseado em critérios sociais. Nesse período, instalou-se um complexo processo de mobilizações sociais, debates e articulações, repercutindo em grande pressão social para a elaboração de novas concepções de assistência social, o que culminou na garantia da Assistência Social como política pública com a Constituição Federal de 1988.

Para regular e institucionalizar os avanços alcançados, foi fundamental a aprovação de leis orgânicas, como a LOAS, que introduziu um novo significado à Assistência Social, dando início, enfim, ao processo de regulamentação da Política de Assistência Social no país.

São José do Rio Preto acompanhou todo o percurso de transformação da Assistência Social, da perspectiva da caridade para política pública na ótica dos direitos, com ações para constituição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei Municipal n° 4.956, de 15 de maio de 1992) e do Conselho Municipal de Assistência Social (Lei Municipal n° 6.110, de 14 de dezembro de 1995), com intensa articulação com a sociedade civil organizada.

Durante o período de 1982 a 1990, a Secretaria Municipal de Bem-Estar Social ampliava e adequava sua estrutura administrativa para a oferta de serviços com vistas a atender as novas demandas: criação da Casa de Meninos e Meninas em Situação de Rua; programa com famílias; jornada ampliada para crianças e adolescentes; ampliação do número de creches com capacitação de funcionários; formação de equipe multiprofissional com assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional e médico, para acompanhamento e supervisão; celebração de convênios com entidades de assistência social para a administração das creches e Programa de

Desfavelamento transferido à Empresa Municipal de Construções Populares (EMCOP) no início dos anos 90.

Na metade dos anos 90, as ações da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social passaram a ser realizadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e entidades de assistência social parceiras com a Secretaria com o objetivo de descentralizar o atendimento social e articular esse atendimento com as demais políticas. Foram criadas 15 unidades e distritos de Seguridade Social, buscando integrar os serviços em rede, por segmento e área geográfica.

No final dos anos 90 ocorreu a transição das creches para a Educação, atendendo às novas normativas legais, historicamente um dos campos prioritários de atuação da assistência social.

Em 2002, acompanhando o cenário nacional, a Secretaria Municipal de Bem-Estar Social passa a denominar-se Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos da Cidadania (SMAS), com mudanças na estrutura e atuação. Foram criados o Departamento de Ação Comunitária e da Família, Departamento da Criança e do Adolescente e Departamento de Geração de Trabalho e Renda, posteriormente alterados para Departamento de Economia Solidária.

A IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003, deliberou sobre a implantação do SUAS, modelo de gestão definido para todo o território nacional, objetivando consolidar um sistema descentralizado e participativo, conforme já instituído pela LOAS. A Proteção Social passa a ser organizada em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade.

Com a aprovação da PNAS, em meados de 2004, a Assistência Social avança como política pública no cenário nacional e o SUAS, por sua vez, veio reforçar e aprimorar a LOAS. No ano de 2004 houve ainda a criação da Casa dos Conselhos buscando fortalecer a atuação dos Conselhos Municipais no processo de controle social. Em dezembro de 2005, em consonância com o SUAS, o Núcleo de Assistência Social Parque da Cidadania foi transformado em CRAS.

De 2005 a 2008 as demandas da Assistência Social eram atendidas em 14 Núcleos de Assistência Social (NAS), distribuídos em áreas com índices de vulnerabilidade social expressivos, desenvolvendo programas para idosos, famílias, adolescentes, entre outros.

A Lei complementar 279, de 10 de março de 2009, cria a Secretaria Municipal do Trabalho e do Emprego, e então a Secretaria de Assistência passa a chamar

Secretaria Municipal de Assistência Social e dos Direitos de Cidadania. Por fim, com a Lei complementar 346, de 18 de agosto de 2011, a Secretaria passa a ser Secretaria Municipal de Assistência Social.

De 2008 a 2010 ocorre uma reorganização para 04 CRAS, 09 NAS e 01 CREAS. Esse período de transição ocorreu até 2010, quando todos os NAS se transformaram em CRAS, atendendo à adequação proposta pela PNAS, SUAS e NOB.

Em 2010 e 2011 houve a necessidade de ampliação do atendimento criando-se mais um CREAS e um Centro Pop. Os equipamentos foram identificados como CREAS Família, Idoso e Deficiente, CREAS Família, Criança e Adolescente e CREAS POP, com objetivo de contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva, restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia das famílias e indivíduos. No mesmo período houve a implantação do Centro de Convivência do Idoso (CCI).

Entre 2012 e 2013 a Secretaria Municipal de Assistência Social contava com os seguintes equipamentos: 14 CRAS, 01 Centro de Atendimento de Assistência Social (CAAS), 01 CCI, 02 Centros de Inclusão Solidária Nasce a Esperança (CISNE), Norte e Centro, 02 CREAS, sendo CREAS Criança/Adolescente e CREAS Idoso e 01 CREAS População de Rua. Considerando as orientações da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, os cursos profissionalizantes passam a ser executados pela Pasta do Trabalho, transformando o CISNE Norte em Centro de Convivência da Família (CCF) e o CISNE Centro em Centro de Convivência da Juventude (CCJ), unidades com oferta exclusiva do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Em 2014 ocorreu um avanço importante que foi a criação dos Departamentos de Gestão do Trabalho e de Vigilância Socioassistencial.

Em 2015 foi instituído o Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS de São José do Rio Preto (FMTSUAS - SJRP). De caráter permanente, representa os trabalhadores em suas diversas formas de organização, entidades de trabalhadores ligados à assistência social com personalidade jurídica ou pessoas físicas trabalhadoras do SUAS. É um fórum de articulação e deliberação política em defesa do SUAS, democrático, participativo, com financiamento específico e controle social.

Em 2018 ocorreu o reordenamento dos serviços de média complexidade, com transição da execução feita pela rede parceira para as unidades de CREAS, que

passaram a contar com equipes compostas por trabalhadores estatutários, aprovados em concurso. Neste momento, seguindo orientações da Tipificação, houve alteração nas denominações dos CREAS temáticos, que passaram a ser denominados de CREAS I e CREAS II, unificando o atendimento das violações de direitos tipificadas.

Entre 2016 e 2017 em uma ação intersetorial, após estudos entre as Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação, coordenadas pela Secretaria de Planejamento foi feita a unificação dos territórios de abrangência das respectivas secretarias. A ação foi oficializada pelo Decreto nº 18.073 de 29 de junho de 2018, que institui a divisão geográfica do município de São José do Rio Preto em 10 (dez) Regiões: Bosque, CEU, Central, Cidade da Criança, HB, Pinheirinho, Represa, Talhado, Vila Toninho e Schmitt. Por conseguinte, houve a reorganização das áreas de abrangência dos CRAS e CREAS.

Em 2022, São José do Rio Preto conta com 13 CRAS, 03 Centros de Convivência (CCF, CCI e CCJ), 02 CREAS e 01 Centro Pop. O apêndice 1 nos apresenta a rede de execução direta, a rede parceira e a rede com execução de projetos e Serviços que estão cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social e CMDCA.

O CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO TEMPO PRESENTE

No contexto federal podemos sinalizar a conjuntura de retrocessos dos direitos da população, que se expressa com a Emenda Constitucional nº 95/2016 do congelamento dos gastos em políticas sociais como saúde, educação e assistência social, e no mesmo contexto se concretiza no país a reforma trabalhista e previdenciária. A Assistência Social, como área integrante da seguridade social, sofre grandes ataques no que tange ao seu financiamento e formas de execução, a exemplo, de julho de 2019 até dezembro de 2021 praticamente não houve liberações de novos benefícios do Programa Bolsa Família[1].

Há também demora para avaliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o acesso ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de forma remota, somente por telefone e via sítio eletrônico, o que inviabiliza e dificulta o atendimento

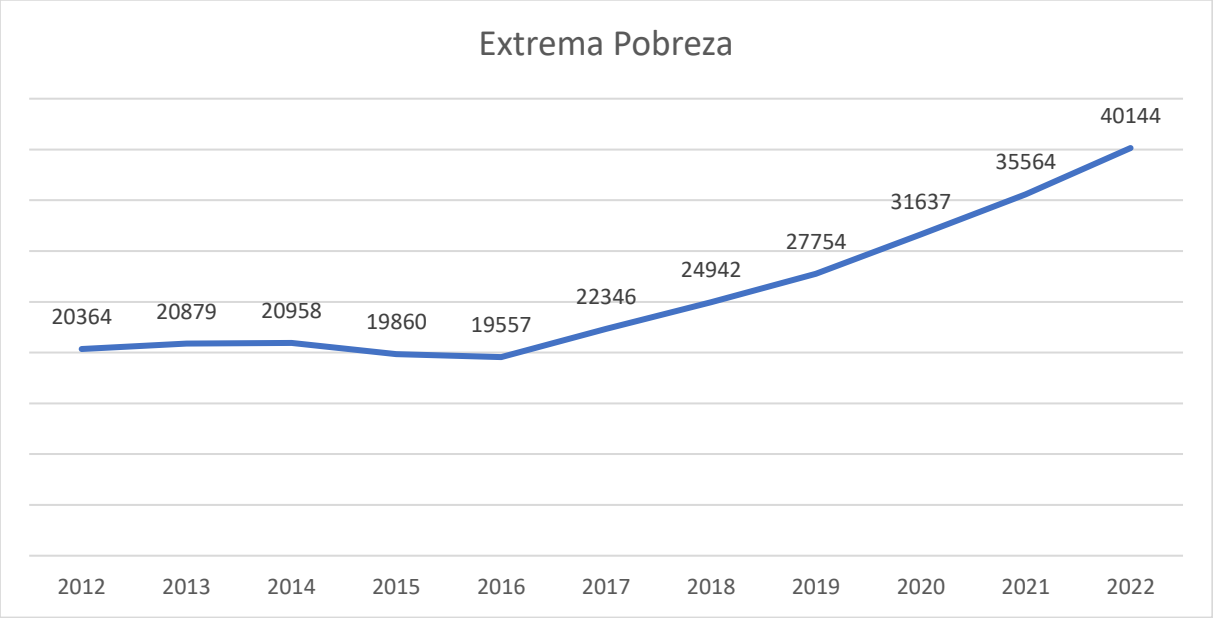
[1] O Programa Bolsa Família foi substituído pelo Decreto n° 10.852, de 8 de novembro de 2021 que regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória n° 1.061, de 9 de agosto de 2021.

da população e revela grande lacuna na Política Pública de Previdência Social com reflexos diretos à Assistência Social.

No contexto do Estado de São Paulo ocorre o encerramento de inclusões em benefícios dos programas de transferência de renda, o programa Ação Jovem terminou em outubro de 2021 e o Renda Cidadã em fevereiro de 2022. No município ocorreu o rebatimento da agudização das expressões da questão social que se mostra forte e intenso, como maior capilarização da pobreza pelos diversos territórios da cidade, que incide no aumento da demanda por cesta básica e por programas de transferência de renda.

Os estudos do Departamento da Vigilância Socioassistencial do município e dos profissionais do território, que efetivam também a função Vigilância no cotidiano de trabalho, apontam o aumento da extrema pobreza. Para se ter uma ideia, em 2013 havia no município 6.000 famílias em situação de extrema pobreza, em 2019 esse número passou para 11.000 famílias e em janeiro de 2022, 16.498 famílias[2].

Gráfico 1 — Evolução no número de pessoas em extrema pobreza inscritas no Cadastro Único no município, 2012 a 2022.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do CECAD-CadÚnico/ Ministério da Cidadania, referência mês de maio de cada ano, exceto 2022, que utilizou janeiro.

[2] Para os levantamentos de dados que utilizam a lista Cecad, foi utilizada a base disponibilizada pelo Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda, que faz um filtro inicial retirando os cadastros inválidos. Assim, os dados apresentados serão diferentes dos dados disponibilizados no site do Ministério da Cidadania, que considera cadastros inválidos.

É importante ressaltar, no entanto, que em 2022 foi alterada a renda per capita da extrema pobreza. Anteriormente, eram consideradas em extrema pobreza as famílias cuja renda per capita não ultrapassasse R$ 89,00. Atualmente, esse limite é de R$105,00. Essa alteração foi um dos fatores que influenciou no aumento expressivo entre maio de 2021 e janeiro de 2022.

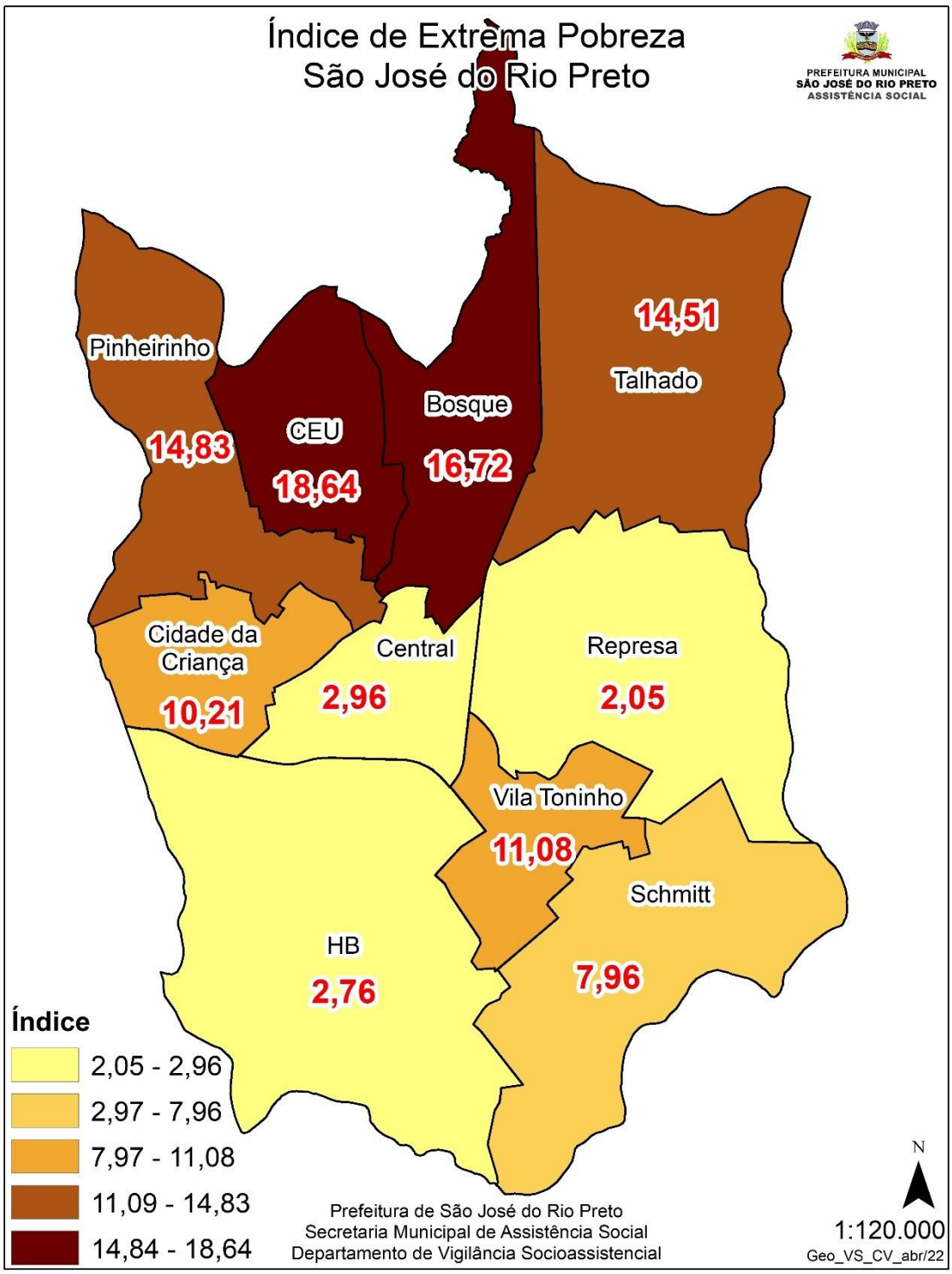
Ainda no âmbito da extrema pobreza, foi criado um índice que nos permite avaliar sua incidência em cada Região, conforme tabela 1 e mapa. O índice é calculado dividindo a população em extrema pobreza, inscrita no Cadastro Único, pelo número total de habitantes daquela região e, por fim, multiplicando por 100.

Tabela 1 — Índice de extrema pobreza de São José do Rio Preto.

Região	Pessoas em extrema pobreza	População estimada por Região	Índice
CEU	7.490	40.192	18,64
Bosque	5.519	33.003	16,72
Pinheirinho	7.832	52.812	14,83
Talhado	3.021	20.817	14,51
Vila Toninho	2.921	26.357	11,08
Cidade da Criança	5.582	54.677	10,21
Schmitt	1.213	15.239	7,96
Central	3.059	103.196	2,96
HB	1.941	70.279	2,76
Represa	992	48.411	2,05
São José do Rio Preto	**39.570**	**464.983**	**8,51**

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados da Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2021; CECAD-CadÚnico jan./22 Ministério da Cidadania.

Mapa 1 — Índice de extrema pobreza de São José do Rio Preto.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados da Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2021; CECAD-CadÚnico jan./22 Ministério da Cidadania.

Observa-se que a Região com menor índice é a Represa, com 2,05, enquanto o CEU, Região com maior índice, se apresenta com 18,64. A Região CEU possui índice 9 vezes maior que a Represa, o que evidencia a grande desigualdade entre as

Regiões. O município como um todo apresenta um índice de 8,51, o que significa que a cada 100 pessoas no município, 8 estão em extrema pobreza. Importante pontuar que não foram contabilizadas as 574 pessoas em situação de rua que estão em extrema pobreza inscritas no Cadastro Único, pois não é possível definir com exatidão em qual Região estão.

Neste sentido, o cenário político, econômico e cultural do tempo presente demonstra a regressão no campo da cidadania. A diminuição dos espaços institucionais e legais associados aos direitos da população e o impacto desse denso e restritivo processo será sentido a médio e longo prazo pela sociedade.

A NECESSIDADE DE RESISTIR E LUTAR PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Entende-se que a necessidade de resistir e lutar pela Política de Assistência Social deve se fundamentar pela sua própria construção histórica, seus avanços e conquistas, pela participação e protagonismo coletivo e aguerrido de trabalhadores, gestores, conselheiros, usuários, e também de entidades da sociedade civil. A trajetória desta política é sustentada pela busca da garantia de direitos socioassistenciais, na compreensão e busca dos direitos humanos, pela autonomia dos sujeitos sociais, visto que a Assistência Social historicamente tem acolhido o público que se encontra à margem de todas as outras políticas e contextos de inserção econômica, fatores estes que ocorrem devido ao sistema capitalista.

As possíveis formas de resistência devem se dar no cotidiano, por meio da atuação profissional do conjunto de trabalhadores, como também no fortalecimento da participação dos usuários, destacando-se mais do que nunca algumas forças propulsoras como o compromisso ético-político, o fortalecimento do controle social, a importância do SUAS e da necessidade de mobilização, a proximidade com o território, a necessidade de fomentar reflexões, espaços coletivos de discussões e trocas, pesquisas e seminários que possam refletir e propor ações dentro da conjuntura atual valorizando a PNAS e o SUAS, insistência na garantia de recursos humanos qualificados e efetivação via concursos públicos.

Resistir à onda conservadora e à barbárie econômica que retira os direitos e negligencia a cidadania está pautada na defesa intransigente da estrutura e arquitetura desta política. Para tanto, são necessários o contínuo processo de

educação permanente, a garantia da continuidade de serviços e a normatização de alíquota financeira para a Assistência Social.

Há que se ressaltar que é de suma importância o estímulo à participação social dos usuários como forma de fortalecimento do controle social, tendo em vista a garantia dos direitos já conquistados, bem como a sua ampliação.

OS DESAFIOS DE RIO PRETO NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

No município de São José do Rio Preto, a Política de Assistência Social tem alguns desafios no campo da participação social e do controle social por parte dos usuários, no sentido de efetivar esse instrumento e fazer valer esse mecanismo.

Mesmo com as dificuldades e retrocessos observados no âmbito nacional, São José do Rio Preto, município com gestão plena na Assistência Social, consegue manter as ofertas existentes, traço de resistência do conjunto de atores que movimentam essa política social.

O orçamento municipal da pasta permite, além da manutenção dos serviços, ampliar algumas ofertas, embora ainda não a totalidade necessária e buscada. Os recursos federais não obedecem a constância nos repasses, impossibilitando planejar ações permanentes e exigindo constantes revisões no direcionamento financeiro, pois é comum parcelas serem transferidas de maneira cumulativa e com prazos reduzidos para liquidação, obrigatória para os próximos recebimentos. O fato de não se ter um percentual de repasse mínimo para a Assistência Social dificulta o planejamento e execução de investimento em serviços, benefícios, programas e projetos.

RECURSOS HUMANOS DA SEMAS

Com relação à participação democrática dos trabalhadores, a Secretaria de Assistência Social vem proporcionando espaços de debate, reflexão e propostas acerca do cotidiano vivido pelas equipes da secretaria.

Em julho de 2018 foi apreciado e aprovado, pelo CMAS, o Plano Municipal de Educação Permanente (PMEP) e, na sequência, deu-se início à sua execução, o que trouxe a possibilidade de encontros, oficinas e capacitação com renomados

professores/pesquisadores de forma continuada, envolvendo as proteções sociais, departamentos e gestão. Vale ressaltar que o plano está em fase de atualização.

A gestão do trabalho, no contexto do Sistema Único de Assistência Social, tem buscado criar espaços de acolhida e escuta dos trabalhadores para as suas demandas, propondo melhores condições técnicas e éticas de trabalho, por meio de processos que ofereçam uma formação continuada, a fim de se materializar um planejamento estratégico que dê respaldo às ações que viabilizem a gestão participativa e o controle social, por meio da articulação com os diversos sistemas de informação neste âmbito, conforme preceitua o documento Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta (BRASIL, 2014).

Apresentaremos o quadro com os Recursos Humanos da Rede Pública, divididos entre servidores e terceirizados.

Quadro 1 — Trabalhadores do SUAS - Rede Pública.

Profissionais	Servidor	Terceirizado	Total
Assistente Social	72	39	111
Educador Social	46	40	86
Psicólogo	19	31	50
Agente Administrativo	33	16	49
Motorista	6	29	35
Auxiliar de limpeza	0	25	25
Estagiários	20	0	20
Pedagogo	15	0	15
Vigia	6	8	14
Especialista em Desenvolvimento Social	8	0	8
Serviços Gerais	6	2	8
Cargos em Comissão	6	0	6
Supervisor Técnico	3	0	3
Professor de Artes	2	0	2
Auxiliar de Contabilidade	1	0	1
Almoxarife	1	0	1
Eletricista	0	1	1
Coordenador Administrativo	1	0	1

Fonte: Departamento de Gestão do Trabalho, referência Julho/2022.

O próximo quadro apresenta os Recursos Humanos da rede parceira com a Secretaria Municipal de Assistência Social, composta pelas seguintes Organizações da Sociedade Civil: Associação Espírita A Caminho da Luz (AELUZ), Albergue

Noturno, Associação Mamãe Idalina (AMAI) - SCFV e Acolhimento, Associação dos Amigos da Criança com Câncer (AMICC), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, Associação Evangélica Lar de Betânia, Associação Madre Teresa de Calcutá, Associação Paraíso - SCFV, Associação Renascer, Comunidade Só Por Hoje - Acolhimento Institucional e Acolhimento Compartilhado, Centro Regional de Atenção Aos Maus Tratos na Infância (CRAMI), Damas de Caridade - Unidades (I,II, III,IV), Instituto Riopretense dos Cegos Trabalhadores, Lar Esperança - Centro Dia e ILPI, Lar São Francisco de Assis - Acolhimento Pessoas em Situação de Rua e ILPI, Lar São Vicente de Paulo - Centro Dia, Projeto Educacional Profissionalizante do Adolescente (PROEPAD), Serviço Social São Judas Tadeu, Rancho de Luz e Maquininha do Futuro.

Quadro 2 — Trabalhadores do SUAS - Rede Parceira.

Recursos Humanos	Quantidade
Educador/Monitor	74
Cuidador	62
Auxiliar de Limpeza	59
Cozinheiro	28
Assistente Administrativo	28
Assistente Social	25
Psicólogo	24
Auxiliar Cozinha	18
Coordenador	10
Educadora Social (Mãe Social)	10
Terapeuta	8
Encarregado administrativo	7
Motorista	6
Manutenção	5
Recepcionista	3
Oficineiros	2
Pedagogo	1
Supervisor	0
Vigia	0
Jardineiro	0
Total	**370**

Fonte: Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos, referência Julho/2022.

O CONTEXTO DE PANDEMIA

Cenários

Cenário – avanço da Pandemia

Em dezembro de 2019, foi registrado o primeiro caso de Covid-19 na China. O vírus se espalhou pelos diversos países do mundo levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar a doença como Pandemia em 11 de março de 2020. O município de São José do Rio Preto reconheceu estado de calamidade pública e estabeleceu medidas de enfrentamento em 24 de março de 2020, por meio do decreto N° 18.571.

Ao longo dos meses, diversas normativas, notas técnicas e orientações foram expedidas pelos órgãos responsáveis em todas as esferas, necessitando de constante acompanhamento para aplicação e direcionamento das ações. Neste contexto, a Assistência Social foi reconhecida como política responsável por serviço essencial, trazendo a necessidade da manutenção das atividades e atendimentos em suas unidades, resguardadas as normas sanitárias e orientações de prevenção, como forma de garantia da proteção social à população em meio à pandemia, traduzida pela crescente demanda pelos serviços e benefícios socioassistenciais no período.

O cenário da Covid-19 e a interface com as desproteções sociais

A Frente Nacional do SUAS[3] contextualizou que a Covid-19 representa o agravamento da desigualdade social em nosso país e as implicações para pessoas com menor renda, sem habitação ou em condições insalubres e precárias de moradia, pessoas com comorbidades, população em situação de rua e a precarização das condições de vida em função do desemprego e ausência de renda.

---

[3] Organização plural de OSCs, instituições não governamentais, trabalhadores, usuários, gestores, professores, pesquisadores e pessoas interessadas em defender a Assistência Social e a Seguridade Social brasileira. Disponível em: https://maissuas.files.wordpress.com/2016/06/circular01e02-frenteseguridadesuas.pdf.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no quarto trimestre de 2021 o país apresentava taxa de desocupação de 11,1% com 12 milhões de desempregados, 4,8 milhões de desalentados e taxa de subutilização de 24,3% (IBGE, 2021).

Diante desse contexto, a renda emergencial instituída pela Lei n° 13.979 pode ser apontada como conquista da sociedade brasileira, e os dados de que 51% da população brasileira solicitou a renda, demonstra a gravidade de uma das facetas da desproteção vivenciada pela população (FRENTE NACIONAL, 2020).

De acordo com o Portal Transparência (2021), no município de São José do Rio Preto, o pagamento do valor global aos beneficiários do Auxílio Emergencial foi de R$ 95.095.555,00 no período de janeiro a dezembro de 2021, com exceção do mês de novembro, em que a informação não foi disponibilizada. Em dezembro, na última folha de pagamento disponível no site do ano de 2021, havia 7 pessoas recebendo este auxílio no município.

PANORAMA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO

Considerando a crise de saúde instalada em diversos países e que chegou ao Brasil desencadeando uma série de ações, sejam elas por meio de legislações e normativas, desde março de 2020, a Secretaria Municipal de Assistência Social implementou as ações destacadas:

- Publicação de portarias regulando formas de trabalho, fluxos e orientações com relação à Pandemia;
- Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), produtos de higiene e limpeza, orientações quanto às indicações de saúde sobre a limpeza dos ambientes e higiene pessoal;
- Instalação de placas verticais de acrílico nos balcões e mesas de atendimento ao público;
- Organização dos atendimentos à população com criação de Central de Orientações, via telefone, e Formulário de Atendimento, na página da SEMAS, no site da Prefeitura Municipal;
- Aquisição de aparelhos celulares para utilização nas unidades públicas, priorizando o atendimento remoto e, excepcionalmente, presencial

em situações especiais e necessárias, mediante agendamento quando possível;

- Instalação de roteadores *wi-fi* nas unidades públicas para acesso à internet, facilitando o uso de aplicativos de videoconferência e comunicação (WhatsApp) com usuários da Assistência Social;
- Uso de mensagens curtas de texto (SMS) para envio de informações e orientações aos usuários;
- Descentralização do atendimento presencial nas unidades, utilizando escolas e equipamentos próximos, para evitar aglomeração;
- Ampliação dos horários de atendimento do Centro POP, permitindo à população em situação de rua acessar diariamente os serviços ofertados;
- Disponibilização ampliada do Serviço de Acolhimento em Abrigo para pessoas em situação de rua;
- Adequação das parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), a fim de contemplar o impacto da Pandemia;
- Ampliação da comunicação social interna e externa, com divulgação contínua de informes, *e-mails*, cartazes sobre a Pandemia, formas de prevenção, funcionamento das unidades CRAS, CREAS, Centro POP e Centros de Convivência;
- Ação integrada com a Secretaria de Saúde para orientações aos trabalhadores e testagem para Covid-19 nas unidades da SEMAS, assim como ação conjunta de mitigação nos acolhimentos para idosos nas ILPIs, parceiras e acolhimentos de crianças e adolescentes e de pessoas em situação de rua, dentre outras.

Os reflexos percebidos não são apenas na saúde, mas também na economia e nas condições socioeconômicas da população. A Política de Assistência Social tem um papel importante na busca de garantia da Proteção Social para a população em situação de vulnerabilidade. Cerca de 18,4% das pessoas do município estão inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), o que sinaliza um perfil de vulnerabilidade e indica a necessidade de cobertura e ações para atendimento dessa população.

Em abril de 2020 foram iniciados atendimentos realizados de forma remota, como uma das estratégias de reorganização dos atendimentos e acompanhamentos

dos Serviços, de acordo com as normas sanitárias, assim como no início de 2022, após outro rebatimento da pandemia devido à variante Ômicron. No fechamento deste Diagnóstico (maio/2022), os serviços passam pelo processo de retomada de atividades coletivas e grupais.

A pandemia trouxe grandes desafios no que se refere à reorganização dos Serviços e demandas da população. Destaca-se que em meio às dificuldades enfrentadas durante o contexto pandêmico ocorreu, em dezembro de 2021, o IV Seminário dos Trabalhadores do SUAS - Luta e Resistência Contra o Desmonte do SUAS em Tempos de Pandemia, momento em que foi assumido o compromisso da SEMAS em realizar uma Mesa de Negociação com os trabalhadores do SUAS.

TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA

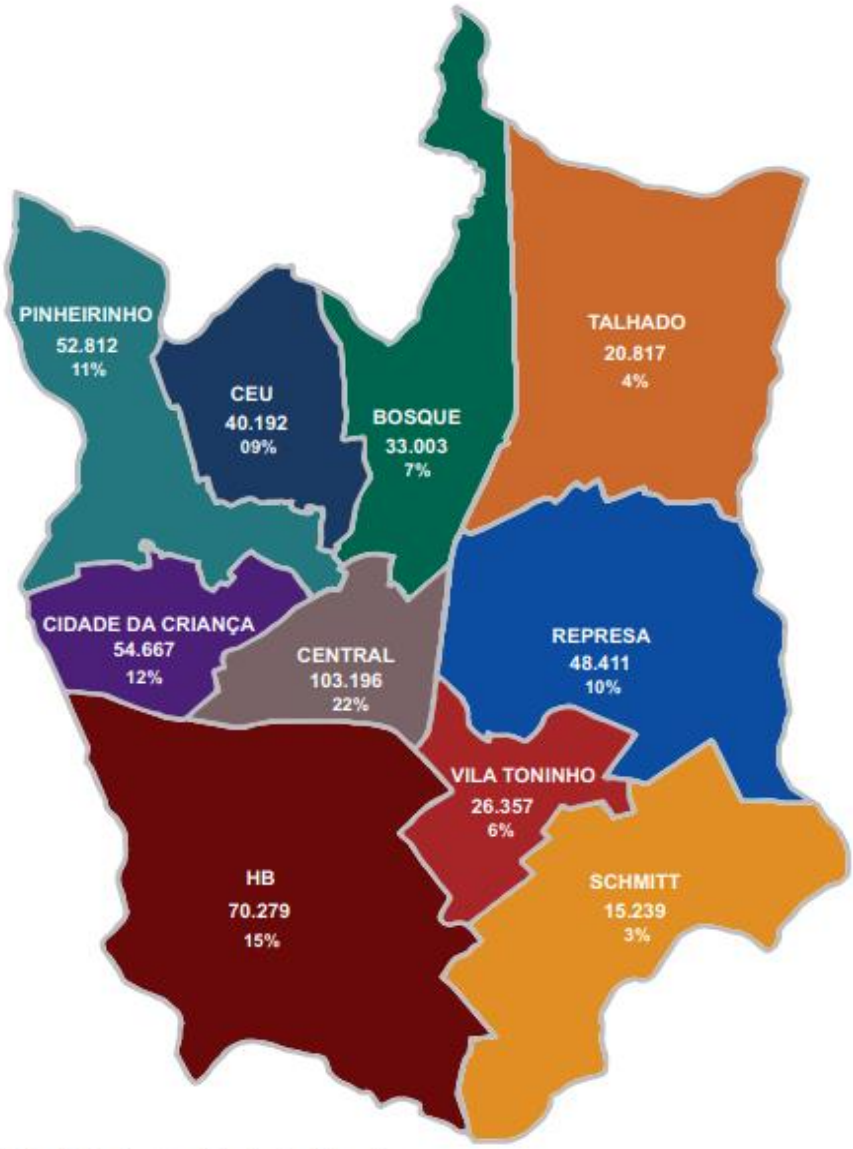
Apresentaremos a contextualização de alguns dados gerais do município e rede socioassistencial.

São José do Rio Preto possui uma população estimada em 464.983 habitantes (dados Conjuntura Econômica do município, a qual se baseia na projeção do Censo IBGE para 2020) e possui dois distritos, Schmitt e Talhado, com população de 20.678 e 5.419, respectivamente. A área urbana contempla 94% da população e 6% residem em área rural. Esta tem como característica a presença de loteamentos irregulares e por este motivo, as informações acerca das famílias não são computadas nos dados oficiais no município, o que demanda ações para que a Proteção Social alcance a população considerada invisível.

Segundo o IBGE Cidades, base de dados 2010, a densidade demográfica é de 945,12 hab./km². De acordo com a Conjuntura Econômica 2020, a população está dividida nas Regiões seguindo as porcentagens: Central 22%; HB 15%, Cidade da Criança 12%, Pinheirinho 11%, Represa 10%, CEU 9%, Bosque 7%, Vila Toninho 6%, Talhado 4% e Schmitt 3%.

Mapa 2 — Estimativa populacional por região de São José do Rio Preto.

Regiões: População residente por Região - Estimativa 2020



Fonte: Estimativa Populacional calculada conforme:
* Nota metodológica disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101662.pdf
* SINASC - Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (ano 2019)
* SINAM - Sistema de Informação sobre Mortalidade (ano 2019)

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do Nota metodológica IBGE, SINASC 2019 e SINAN 2019.

Quadro 3 — Estimativa populacional por Região de São José do Rio Preto.

Região	População
Central	103.196
HB	70.279
Cidade da Criança	54.677
Pinheirinho	52.812
Represa	48.411
CEU	40.192
Bosque	33.003
Vila Toninho	26.357
Talhado	20.817
Schmitt	15.239

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do Nota metodológica IBGE, SINASC 2019 e SINAN 2019.

O banco de informações da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) aponta que a RA de São José do Rio Preto possui taxa anual de crescimento para 2010/2020 de 0,7 % e para 2020/2030 0,3%, demonstrando envelhecimento populacional.

Segue quadro com dados referentes à extensão territorial, os quais foram informados pela Secretaria Municipal de Obras, que se baseou no decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018, que institui a Divisão Geográfica da área do município de São José do Rio Preto em 10 Regiões.

Quadro 4 — Extensão territorial das Regiões de São José do Rio Preto.

Região	Área/Km²
HB	85.706,06
Talhado	66.333,43
Represa	58.878,42
Schmitt	53.424,05
Pinheirinho	42.074,58
Bosque	39.667,31
CEU	26.704,99
Cidade da Criança	22.001,78
Central	21.368,05
Vila Toninho	21.283,86

Fonte: Secretaria Municipal de Obras/PMSJRP.

O município possui um total de 94.730 crianças e adolescentes (0 a 17 anos), o que representa 20,37% da população total e 86.348 idosos, que retrata 18,57% da população.

Fazendo a correlação dos ciclos de vida de 0 a 17 anos de idade do município com a mesma faixa etária dos territórios de CRAS, apresentamos em ordem decrescente a distribuição das crianças e adolescentes no município.

Quadro 5 — Distribuição das crianças e adolescentes (0 a 17 anos) do município nos territórios de CRAS.

CRAS	n	%
Centro	14.264	15
Novo Mundo	12.452	13
São Deocleciano	10.450	11
Jardim Belo Horizonte	8.301	9
Santo Antônio	8.043	8
João Paulo II	7.824	8
Antunes	7.090	7
Solo Sagrado	5.708	6
Vila Toninho	5.687	6
Eldorado	3.874	4
Lealdade e Amizade	3.709	4
Schmitt	3.687	4
Parque da Cidadania	3.641	4
Total	94.730	100

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS.

Com relação aos idosos, a distribuição de idosos nos territórios dos CRAS, fazendo a correlação do ciclo de vida do município/território de CRAS, ocorre da seguinte forma.

Quadro 6 — Distribuição dos idosos do município nos territórios de CRAS.

CRAS	n	%
Centro	30.801	35,7
Novo Mundo	13.418	15,5
São Deocleciano	6.561	7,6
João Paulo II	5.238	6,1
Jardim Belo Horizonte	4.589	5,3
Vila Toninho	4.527	5,2
Antunes	4.119	4,8
Eldorado	3.749	4,3
Solo Sagrado	3.494	4
Lealdade e Amizade	3.009	3,5
Schmitt	3.003	3,5
Santo Antônio	2.993	3,5
Parque da Cidadania	847	1
Total	86.348	**100**

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS.

EVOLUÇÃO DA REDE

As seguranças afiançadas pelo SUAS são de garantias do direito social realizada pela proteção social. A rede de execução dos Serviços encontra-se no apêndice e demonstramos um painel de atendidos, considerando a média anual de atendimentos de 2021, conforme quadros 7, 8 e 9. Os dados apresentados são coletados pelos equipamentos da rede socioassistencial e compilados pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial por meio do monitoramento mensal. Tal procedimento visa acompanhar o número de indivíduos/famílias atendidos pelas Proteções Sociais Básica e Especial de Média e Alta Complexidade nos serviços prestados.

Quadro 7 — Rede Socioassistencial: Proteção Social Básica, 2021.

Proteção Social Básica		
Serviço	**Equipamento**	**Média anual**
PAIF	CRAS	5.573
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio	CRAS	48
SCFV - 0 a 5 anos e 11 meses	CRAS	19
SCFV - 6 a 14 anos e 11 meses	CRAS, CCJ, OSCs Parceiras	868
SCFV - 15 a 17 anos e 11 meses	CCJ, CRAS, OSCs Parceiras	89
SCFV - 18 a 29 anos e 11 meses	CCJ, CCF, OSCs Parceiras	82
SCFV - 30 a 59 anos e 11 meses	CCJ, CCF	81
SCFV - 60 anos ou mais	CCI, CCF e CRAS	726
Total		**7.486**

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Departamento de Proteção Social Básica e Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Quadro 8 — Rede Socioassistencial: Proteção Social Especial de Média Complexidade, 2021.

Proteção Social Especial Média Complexidade		
Serviço	**Equipamento**	**Média Anual**
PAEFI	CREAS	411
Serviço de Medida Socioeducativa - Liberdade Assistida	CREAS	68
Serviço de Medida Socioeducativa - Prestação de Serviços à Comunidade	CREAS	28
Serviço de Medida Socioeducativa - LA e PSC (medida acumulada)	CREAS	13
Serviço Especializado em Abordagem Social	Centro Pop e OSC Só por Hoje	197
Serviço Especializado para pessoas em situação de rua	Centro Pop	552
Serviço Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias	APAE, Renascer, Instituto Cegos	283
Serviço Proteção Social Especial para pessoas idosas e suas famílias	Lar Esperança e Lar São Vicente de Paulo	43
Total		**1593**

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Departamento de Proteção Social Especial e Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Quadro 9 — Rede Socioassistencial: Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Proteção Social Especial Alta Complexidade			
Serviço	**Equipamento**	**Unidade/Ofertas**	**Média anual**
Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes	Associação Mamãe Idalina - AMAI	Casa-lar	27
		Reintegração Familiar	49
Acolhimento Institucional para adolescentes em abrigo familiar	Comunidade Terapêutica Só Por Hoje	Abrigo	5
		Reintegração Familiar	3
Acolhimento Institucional compartilhado entre as Secretarias Municipais de Assistência Social e Saúde para Atendimento a crianças e adolescentes	Comunidade Terapêutica Só Por Hoje	Casa-lar	3
		Reintegração Familiar	1
Acolhimento Institucional para Idosos em Instituição de Longa Permanência – ILPI	Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, Associação Evangélica Lar de Betânia, Lar São Vicente de Paulo e Instituto Lar Esperança	-	153
Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para Pessoas Adultas e famílias em situação de rua - casa de passagem	Albergue Noturno Protetor dos Pobres	Pessoas diferentes atendidas	513
		Pernoite e jantar (média diária)	30
		Casa de Passagem (mensalmente)	19
		Jantar (média diária)	94
Acolhimento Institucional Provisório	Associação Amigos das Crianças com Câncer e Cardiopatias - AMICC	-	30
Acolhimento em Família Acolhedora	CRAMI	Famílias atendidas	12
		Crianças em família acolhedora	3
Programa Guarda Subsidiada	CRAMI	Famílias guardiãs atendidas	20
		Crianças em Famílias Guardiãs	38
Serviço de Acolhimento Institucional	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa do Cireneu)	-	76

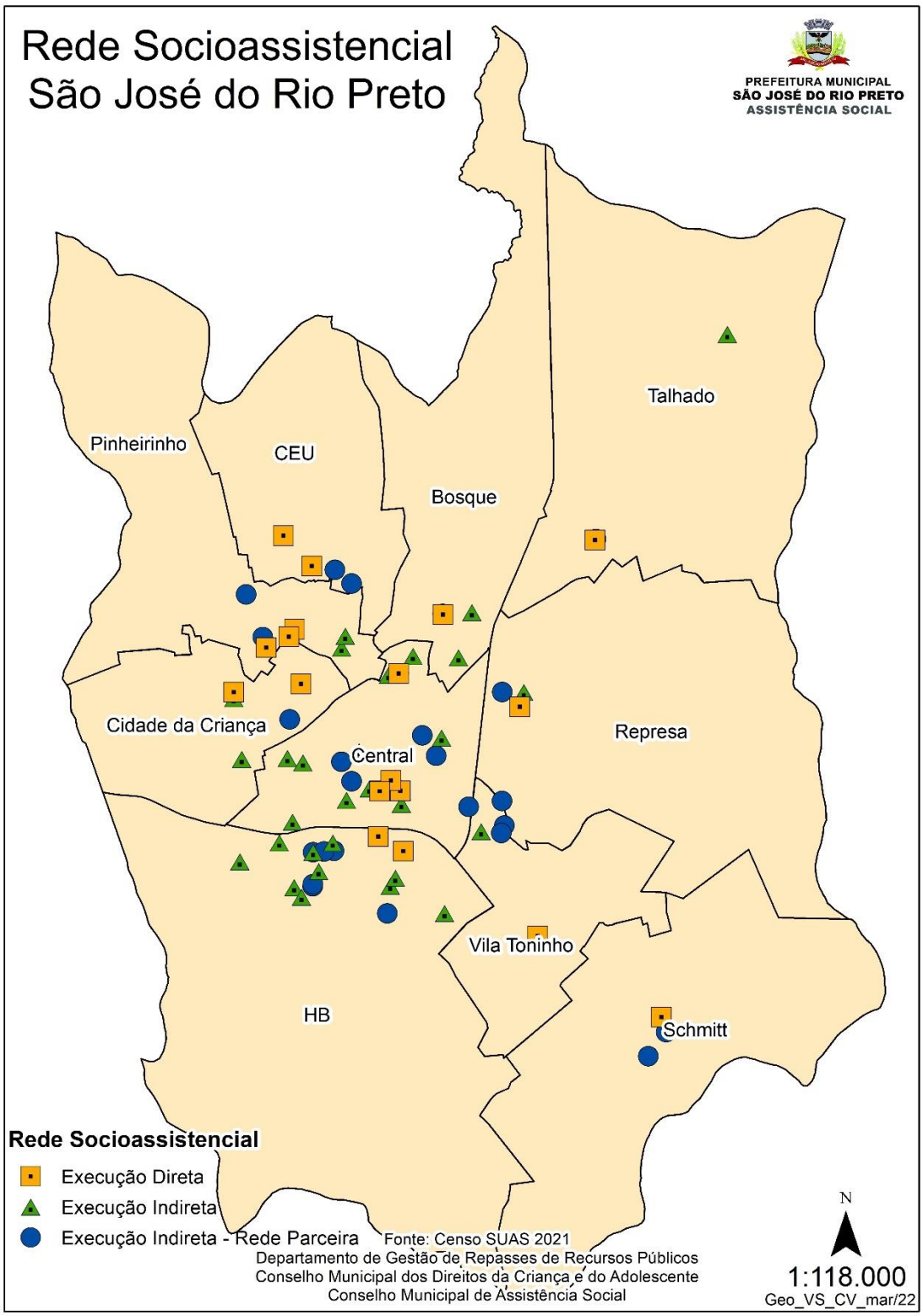
Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência em Residência Inclusiva	AELUZ	-	7
Serviço de Proteção em situação de calamidades públicas e de emergências	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa do Cireneu)	-	74
TOTAL GERAL			1080

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Departamento de Proteção Social Especial e Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Considerando os beneficiários de BPC, segundo o Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda, o município contava com 6.234 BPC Idoso e 3.406 BPC Deficiente em janeiro de 2022. Os CRAS com maior número de BPC idoso são: CRAS Centro (1.471), CRAS Novo Mundo (795), CRAS João Paulo II (698), CRAS Santo Antônio (515) e CRAS Eldorado (514). Já a maior incidência de BPC Deficiente está, respectivamente, no CRAS Centro (594), CRAS Solo Sagrado (384), CRAS João Paulo II (355), CRAS Santo Antônio (353) e CRAS Novo Mundo (316).

O mapa apresenta a rede socioassistencial do município, composta por 13 CRAS, 2 CREAS, 1 Centro Pop, 3 Centros de Convivência e demais Serviços executados pela rede parceira.

Mapa 3 — Rede Socioassistencial de São José do Rio Preto.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do Censo SUAS 2021, Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social.

POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE

A crise agravada pelo contexto de pandemia demostra um cenário de 40.144 pessoas em extrema pobreza em São José do Rio Preto, considerando a base do CECAD de janeiro de 2022. As cinco regiões com maior concentração são, respectivamente, CEU, Bosque, Pinheirinho, Talhado e Vila Toninho.

Considerando o Cadastro Único, com base CECAD de janeiro de 2022, o município possui 36.758 famílias cadastradas e 16.498 famílias em extrema pobreza (renda per capita até R$105,00).

O Diagnóstico Socioterritorial 2017 apontou o surgimento de ocupação de áreas públicas e particulares por meio de barracos, e identificou como causa a crise econômica dos anos de 2015 e 2016, que agravou a situação socioeconômica de inúmeras famílias surgindo as referidas áreas de ocupações que se encontram atualmente no território do CRAS Jardim Belo Horizonte.

Durante o ano de 2021, os 13 CRAS do município atenderam 24.968 famílias no serviço PAIF, enquanto, no PAEFI, os CREAS atenderam 882 famílias/indivíduos e o Centro POP atendeu 3.091 pessoas no serviço especializado para pessoa em situação de rua e/ou e abordagem social, e considerando as pessoas que foram categorizadas como pessoas em situação de rua, foram atendidas 2.268.

Em se tratando da escolaridade, a rede municipal de educação atendeu 21.695 alunos do Ensino fundamental no ano de 2020, e 756 jovens e adultos pelo EJA, dados da Conjuntura Econômica São José do Rio Preto. A consulta ao banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considerando a rede pública de ensino, mostra que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2019, do 5° ano do Ensino Fundamental, foi de 6,7 para uma meta projetada de 6.8; já para o 9º ano, o IDEB foi de 5.3 para uma meta de 6.0, e 3º ano do Ensino Médio, meta atingida de 4.6 (a meta era de 4.3).

De acordo com o Novo Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED), de janeiro a dezembro de 2021, o município somou 71.651 admissões e 63.909 desligamentos. Ressaltamos que se trata de recorte de emprego formal. A discussão com as equipes das 10 Regiões, para a construção deste diagnóstico Socioterritorial, constatou o aumento nos atendimentos de famílias em contexto de desemprego e das que exerciam trabalho informal. Considerando a base de dados do

CECAD de agosto de 2021, temos 28.203 que declararam desemprego e 6.781 que declararam trabalho informal. Neste sentido, as equipes de atendimento dos CRAS e CREAS apontam, sobretudo, o aumento de solicitação de cestas básicas e inclusão em programas de transferência de renda.

A análise das Informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), com dados de vigilância de violência interpessoal e autoprovocada em São José do Rio Preto de 2021, demonstra total de 2.922 notificações. As especificações por tipo de violência são: física 964; autoprovocada 758; psicológica/moral 803; negligência/abandono 162; sexual 174; financeira/econômica 17; trabalho infantil 40; intervenção legal 05 e tortura 04.

Na coleta de informações do Sistema de Registro Mensal de Atendimentos (RMA) identifica-se 483 famílias ou indivíduos vítimas de violência ou violações de direitos que ingressaram no PAEFI em 2021, sendo 266 famílias/indivíduos no CREAS 1 e 217 no CREAS II.

Com relação à Pessoa em Situação de Rua (PSR) no município, no ano de 2021 foram atendidas 2.366 pessoas pelos seguintes serviços: Serviço especializado para Pessoa em Situação de Rua, Serviço de Abordagem Social e pela OSC Albergue Noturno, que executa a Casa de Passagem e Acolhimento Institucional.

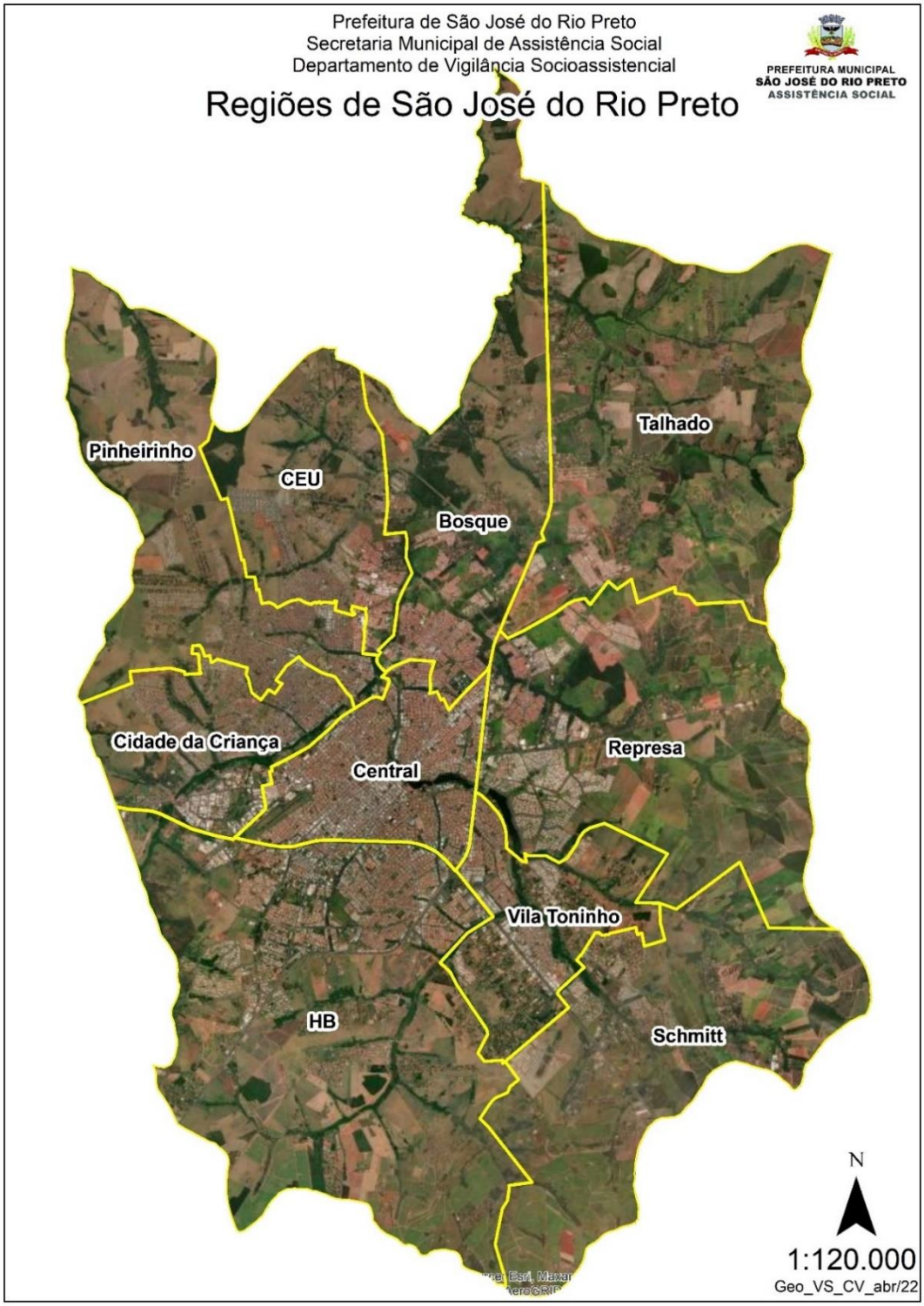
No trimestre de abril a junho de 2022, foram atendidas uma média mensal de 855 pessoas no Centro POP e 480 no Albergue Noturno Protetor dos Pobres. Das pessoas atendidas e que foram categorizadas, tivemos uma média de 797 pessoas, sendo 448 (56,3%) Moradores de Rua, 297 (37,2%) Flutuantes, 52 (6,5%) Munícipes Não Moradores de Rua.

Quase a totalidade das PSR (Flutuante e Morador de Rua) encontram-se nas faixas etárias acima de 18 anos, sendo que a faixa etária de 30 a 59 anos corresponde a 75,7% em média das pessoas atendidas. Quanto ao sexo biológico, em média 89% são pessoas do sexo masculino e 11% são do sexo feminino. No caso dos Munícipes não Moradores de Rua, 67,7% estão na faixa etária de 30 a 59 anos. Quanto ao sexo biológico, 80% são do sexo masculino e 20% do sexo feminino.

TERRITÓRIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

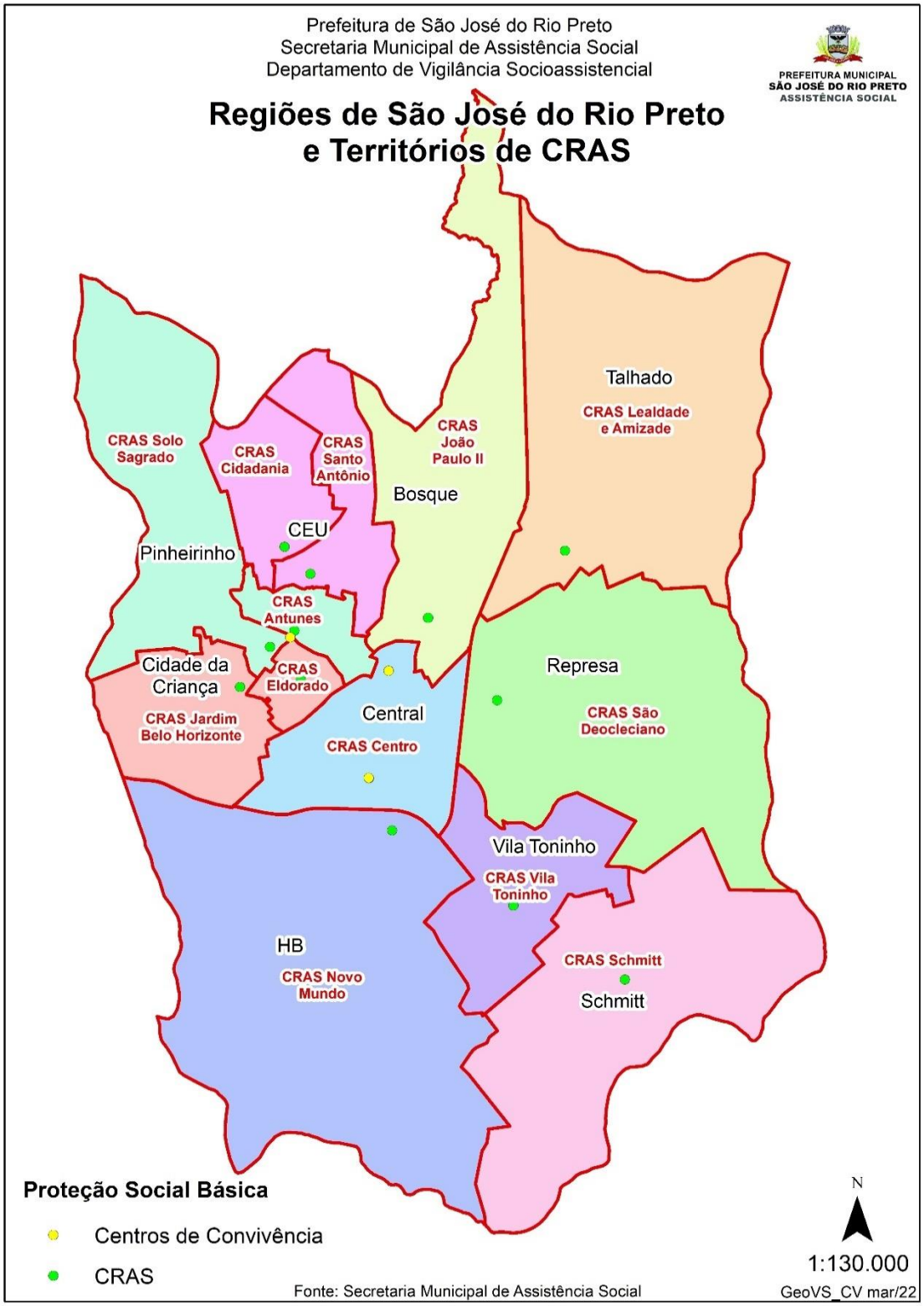
Apresentam-se os seguintes mapas: Regiões de São José do Rio Preto, abrangência dos CRAS, divisão territorial dos CREAS e Rede Socioassistencial, bem como imagens das fachadas dos CREAS e Centro POP.

Mapa 4 — Regiões de São José do Rio Preto.



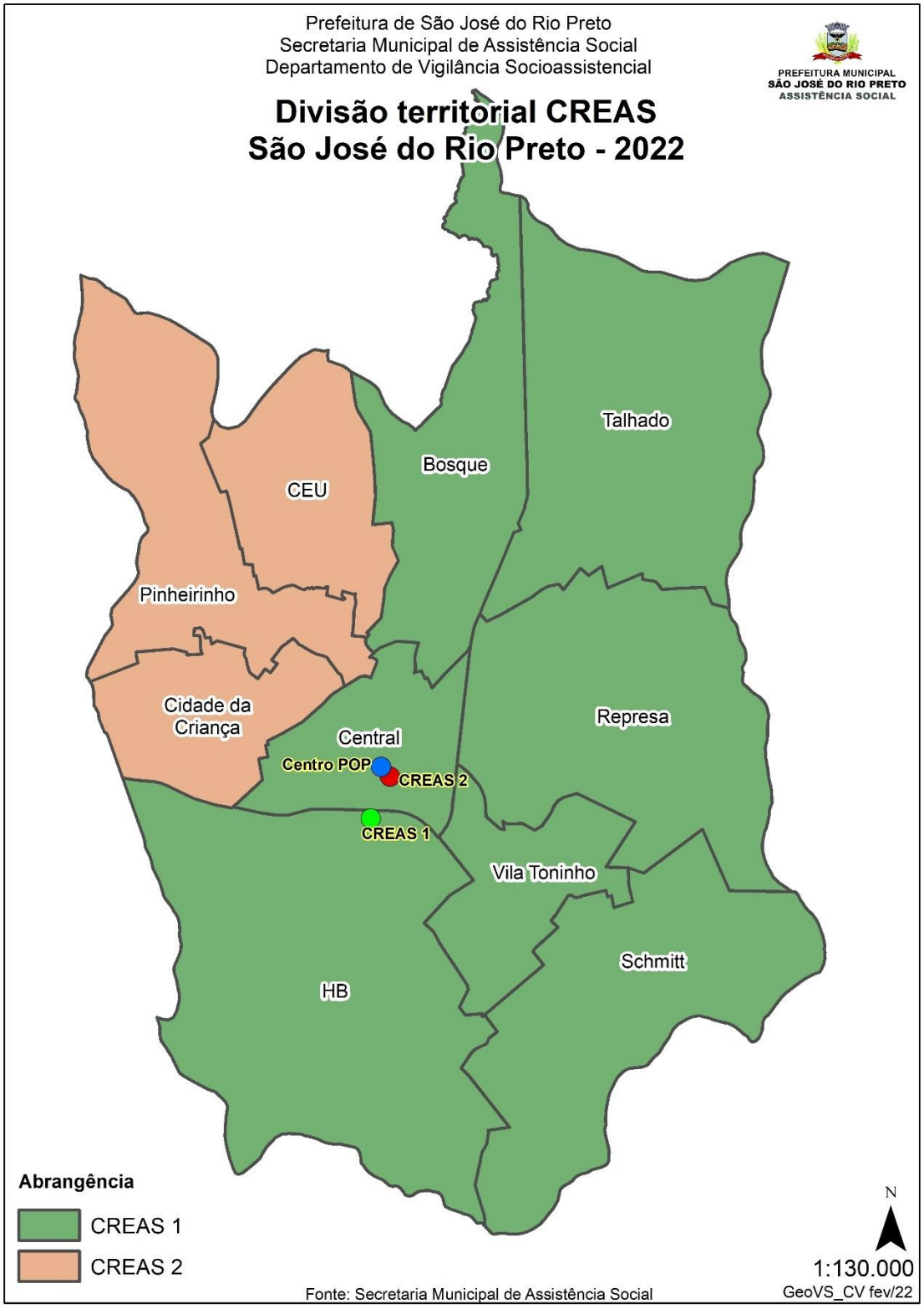
Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/Secretaria de Assistência Social.

Mapa 5 — Territórios dos CRAS.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial /Secretaria de Assistência Social.

Mapa 6 — Territórios dos CREAS.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/Secretaria de Assistência Social.

Figura 1 — Fachada CREAS I.

Fonte: Arquivo SEMAS.

Figura 2 — Fachada CREAS II.

Fonte: Arquivo SEMAS.

Figura 3 — Fachada Centro POP.

Fonte: Arquivo SEMAS.

MAPA FALADO COM CONSELHOS DE DIREITOS

No dia 13 de junho de 2022 realizou-se, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, a atividade do Mapa Falado, contando com a participação de 27 pessoas, representantes do Departamento de Vigilância Socioassistencial, CMAS, CMDI, CMDCA e COMAD.

Iniciou-se com a proposta metodológica a ser utilizada e explanando como se daria a participação dos presentes. Fora esclarecido o objetivo do Mapa Falado, com a finalidade de somar informações ao Diagnóstico Socioterritorial (2022), norteando as ações a serem contempladas no PMAS (2022/2025). Foi enfatizada a importância do processo de construção coletiva com a metodologia do diálogo e reflexão como proposta de finalização do documento para, posteriormente, realizar a devolutiva e socialização das informações através da publicação deste Diagnóstico.

Sendo assim, realizou-se o processo de discussão em torno dos mapas expostos e a identificação com marcadores de acordo com cada cor, representando as respectivas legendas, com as temáticas: vermelho (para elencar situações de

risco), prata (ausências nos territórios), verde (espaços de convivência e lazer), azul (experiências coletivas do território) e laranja (marcas e características de identidade do território).

- **VERMELHO –** Locais e situações de riscos:

    1. Transporte público em loteamentos e chácaras;
    2. Infraestrutura e acessibilidade;
    3. Acessibilidade no comércio;
    4. Tráfico de drogas;
    5. Uso abusivo de Substância Psicoativa (SPA);
    6. Exploração Sexual.

De acordo com a análise do grupo, as vulnerabilidades perpassam as políticas públicas e enfrentá-las é uma tarefa que exige integração e ações intersetoriais.

Foi levantada a questão da falta de mobilidade nas estâncias e chácaras distantes dos territórios e os riscos a ela relacionados. O transporte público ineficiente acarreta, segundo o grupo, na falta de segurança, já que as pessoas ficam muito tempo nos pontos de ônibus, que muitas vezes não são iluminados nem sinalizados, além de não possuírem acessibilidade para deficientes físicos.

Além disso, foi citada como consequência desse fator, a evasão escolar, pois as crianças/adolescentes residentes nesses locais enfrentam uma série de dificuldades para acessar a escola. Referente à mobilidade, existe a falta de infraestrutura e acessibilidade, não somente nas estâncias, mas em todo o município, o que gera uma série de transtornos e dificuldades para pessoas idosas e deficientes, sendo um fator dificultador para suas vidas cotidianas e o acesso à educação, cultura, esporte e lazer.

Outro fator discutido foi o tráfico de drogas, apontado pelo grupo como mais visível nas Regiões Bosque, CEU, Pinheirinho, Vila Toninho, Schmitt (Vila Ramos) e Central. Sobre o uso abusivo de substâncias psicoativas, explanou-se que está em todas as Regiões, com foco para a região do centro da cidade, que abriga o que os representantes presentes no Mapa Falado nomearam de “cracolândia”. Foi mencionado o fato de que, dentro dos condomínios, existe o uso e, até mesmo, tráfico velado e que não entram nas estatísticas. Relatou-se o fato de os traficantes aliciarem

adolescentes para o tráfico. Atreladas ao uso e tráfico de SPA, o grupo mencionou a prostituição e exploração sexual como escancaradas nas Regiões Central, Pinheirinho e CEU, com foco para as Regiões Pinheirinho e CEU onde ocorre, também, a exploração sexual de crianças e adolescentes.

- **PRATA –** Ausências nos territórios:
    1. Saneamento básico em loteamentos e chácaras;
    2. Centro Dia;
    3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) para Crianças e adolescentes no contraturno escolar;
    4. Mobilidade urbana;
    5. Inserção de jovens no mercado de trabalho e/ou capacitação para inclusão;
    6. Segurança Pública;
    7. Remoção (saúde);
    8. Outra unidade do “Bom Prato”;
    9. Política de Habitação;
    10. Critérios para concessão de benefícios;
    11. Implementação de mais Centros de Convivência Familiar (CCF);
    12. Articulação entre Políticas Públicas para a promoção de cultura;

A legenda das ausências foi, sem dúvida, a mais utilizada. Dentre as ausências enumeradas acima, destacou-se, durante a discussão, a falta de comunicação em locais distantes (loteamentos e chácaras irregulares) como fator impeditivo de acesso à segurança e saúde “não é possível chamar a polícia nem uma ambulância, se necessário, porque os celulares não têm sinal” (sic). Foi mencionada também a ausência de orelhões, vistos como ultrapassados na “geração dos celulares”, mas muito necessários nesses locais.

Uma ausência que implicou em problematizações, por parte do grupo, foi a inexistência de unidades de Centro Dia para os idosos nas Regiões Cidade da Criança, Pinheirinho e Schmitt, com ênfase para a necessidade de ser disponibilizado transporte para os usuários do serviço. Ainda, nessa direção, foi mencionado o fato de os serviços estarem, em sua maioria, concentrados na Região Central, não sendo ofertados ou, quando ofertados, ineficientes, nas demais Regiões do município.

O grupo expôs a ausência de políticas públicas para inserção de jovens no mercado de trabalho, enfatizando o fato de haver discriminação quanto aos jovens que não se enquadram no “padrão estabelecido”. Observam-se preconceitos relacionados a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidades sociais, além da estigmatização dos jovens que moram nas regiões mais periféricas da cidade, principalmente em estâncias e chácaras.

Com relação à falta de segurança pública, o grupo mencionou que os condomínios não enfrentam as consequências dessa ausência. Contudo, essa não é a realidade da maioria da população, pois são muitas as situações (violência, tráfico, insegurança etc.) vivenciadas em decorrência das fragilidades da segurança pública.

Outro fator destacado refere-se à dificuldade enfrentada pelos usuários ao tentar utilizar os serviços de remoção da saúde (locomoção de pacientes para consultas/tratamentos). O serviço foi apontado como “muito burocrático e ineficiente”, já que, quando disponibilizado, não chega no horário, o que, muitas vezes, faz com que o paciente perca a consulta. Enfatizou-se, nesse caso, as Regiões Vila Toninho, CEU, Pinheirinho e Schmitt, com a observação de que isso também ocorre nas demais.

A dificuldade de acolhimento para dependentes químicos que desejam se tratar foi mencionada por um dos participantes, que citou o fato de os trâmites serem muito burocráticos. Aproveitou-se o momento para divulgar os fluxos para acolhimento, que devem passar inicialmente pelo CAPS, e a importância desses fluxos.

Quanto à fome e insegurança alimentar, foi mencionada a ausência de outras unidades do Bom Prato na região norte, com foco no Pinheirinho, CEU e Bosque, sendo enfatizada sua necessidade por todo o grupo. Ainda neste âmbito, mencionaram-se as ausências provocadas pelos critérios de concessão de benefícios às famílias, que, segundo uma participante, desconsideram os novos arranjos familiares formados em decorrência da crise econômica que o país enfrenta, com a formação, inclusive, de cortiços. Ao citar a situação dos cortiços e rearranjos familiares, foi levantada a falta de políticas habitacionais, principalmente na Região Pinheirinho.

Referente aos serviços e locais de convivência sugeriu-se a implementação de mais Centros de Convivência da Família. Quanto à situação do atual CCF, foi mencionando que a piscina aquecida gera a maior parte da demanda reprimida do local, já que a demanda é maior do que a oferta.

Por fim, mas não menos importante, foi trazida à discussão a falta de articulação entre as políticas públicas. Concluiu-se, a esse respeito, que há muitos espaços que podem servir para realização de eventos e atividades referentes aos serviços, mas esses espaços estão subaproveitados, uma vez que falta estrutura mínima como bancos e tomadas em praças. Segundo o grupo, se as políticas articulassem entre si, os espaços seriam melhor aproveitados. A ênfase, neste tópico, foi a realização de grupos e atividades culturais, que poderiam chegar às demais Regiões, mas, pelas questões já mencionadas, ficam concentradas na Região Central.

- **VERDE –** espaços de convivência e lazer:

1. Centro de Convivência Familiar (CCF).

- **AZUL –** experiências coletivas do território (solidariedade, mobilização).
    1. Associações;
    2. Grupos Narcóticos anônimos (NA)/Alcoólicos Anônimos (AA);
    3. Intervenções culturais descentralizadas.

Neste tópico foram destacadas as associações de moradores de bairros que, segundo relatos, se fortaleceram durante a pandemia (com ênfase às Regiões Pinheirinho, Cidade da Criança, Central, Schmitt e HB). De modo que os grupos formados por “vizinhança solidária” existentes, dentre outras, na região Central, promovem a solidariedade e segurança entre os moradores.

Outros pontos citados como positivos foram os grupos de ajuda (NA e AA) presentes nas Regiões Vila Toninho e Central e as intervenções culturais descentralizadas que ocorrem nas Regiões Talhado, Represa e Schmitt.

- **LARANJA –** marcas e características de identidade do território
    1. Polo turístico (Schmitt);
    2. Complexo (Cidade da Criança);
    3. Shopping (HB);
    4. Saúde (HB);
    5. Represa/Swift (Represa);
    6. Rodoviária (Central);
    7. Basílica (Central);

8. Calçadão (Central);
9. Biblioteca (Central);
10. Zoológico (Bosque);
11. Cristo (Central);
12. UNESP (Bosque);
13. FAMERP (HB);
14. Pinheirinho (Pinheirinho);
15. Campo de futebol São Francisco (HB);
16. Centro Esportivo Eldorado (Cidade da Criança);
17. Praça de Esporte e Cultura (Schmitt);

Destaca-se, nesse tópico, que de forma geral os participantes apresentaram a oferta de serviços públicos, bem como os espaços de convivência, esporte e cultura como importantes marcas e características de identidade dos territórios do município. Ressaltou-se a importância desses espaços e serviços como referências para a população e usuários dos serviços ofertados.

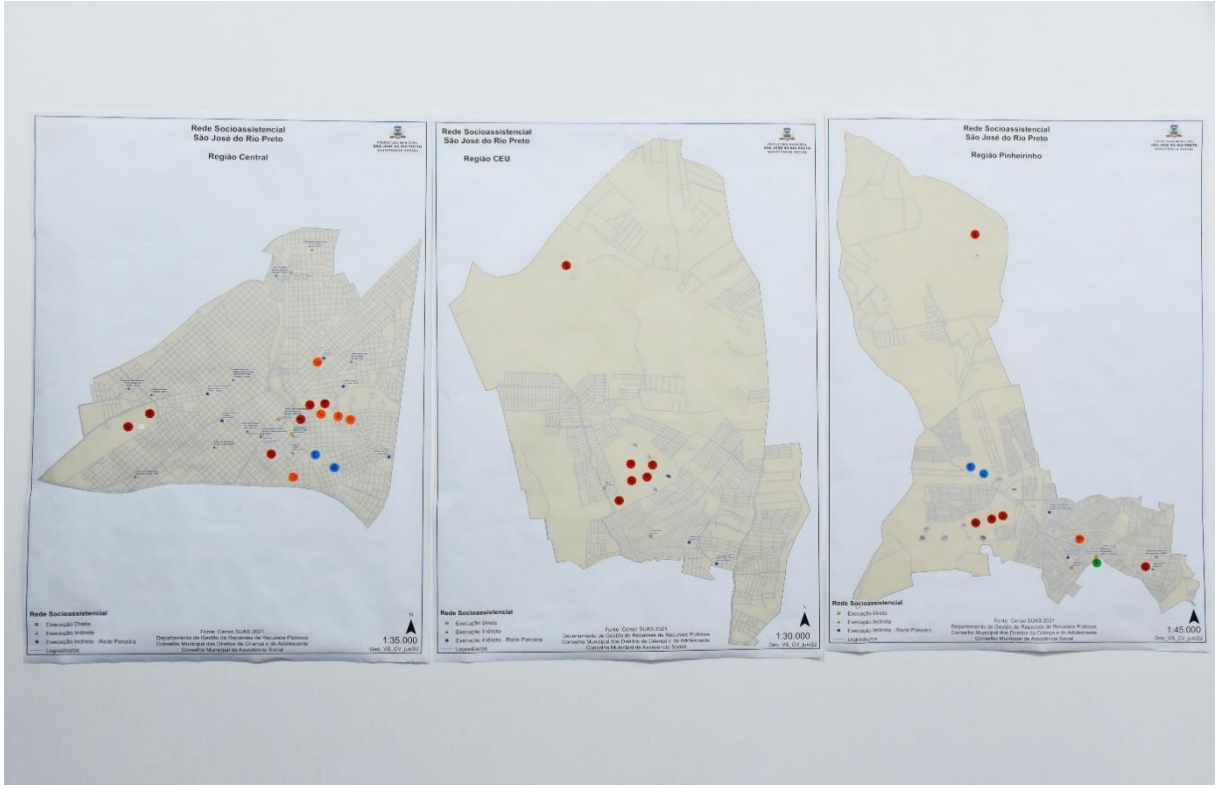
Apontamentos finais

Na finalização das discussões foi dada a oportunidade ao grupo de analisar a atividade e expor seus pontos de vista. Foi mencionado, como ponto positivo, que o Diagnóstico tem sido um processo “bacana”, participativo e democrático. Como ponto negativo citou-se o fato de Rio Preto, apesar de ser uma metrópole, possuir muitos pontos a serem melhorados em diversas políticas públicas, como as políticas para pessoas idosas, já que a cidade está “envelhecendo” e, segundo o grupo, as políticas não têm acompanhado esse indicador social. Também foi explicitado o fato de as políticas públicas não chegarem até os espaços que poderiam ser utilizados para oferta de seus serviços. Observou-se que muitos espaços possuem potencial para o desenvolvimento de ações e atividades, mas são subutilizados ou não são devidamente utilizados por falta de divulgação e da integração entre as políticas.

Por fim, o grupo refletiu sobre a importância da função vigilância, ressaltando que essa não é só de competência da Política de Assistência Social, mas de todas as políticas públicas sociais e seus equipamentos. Nessa direção, avaliou-se a relevância da atividade do Mapa Falado, como exemplo da sistematização das demandas, já que

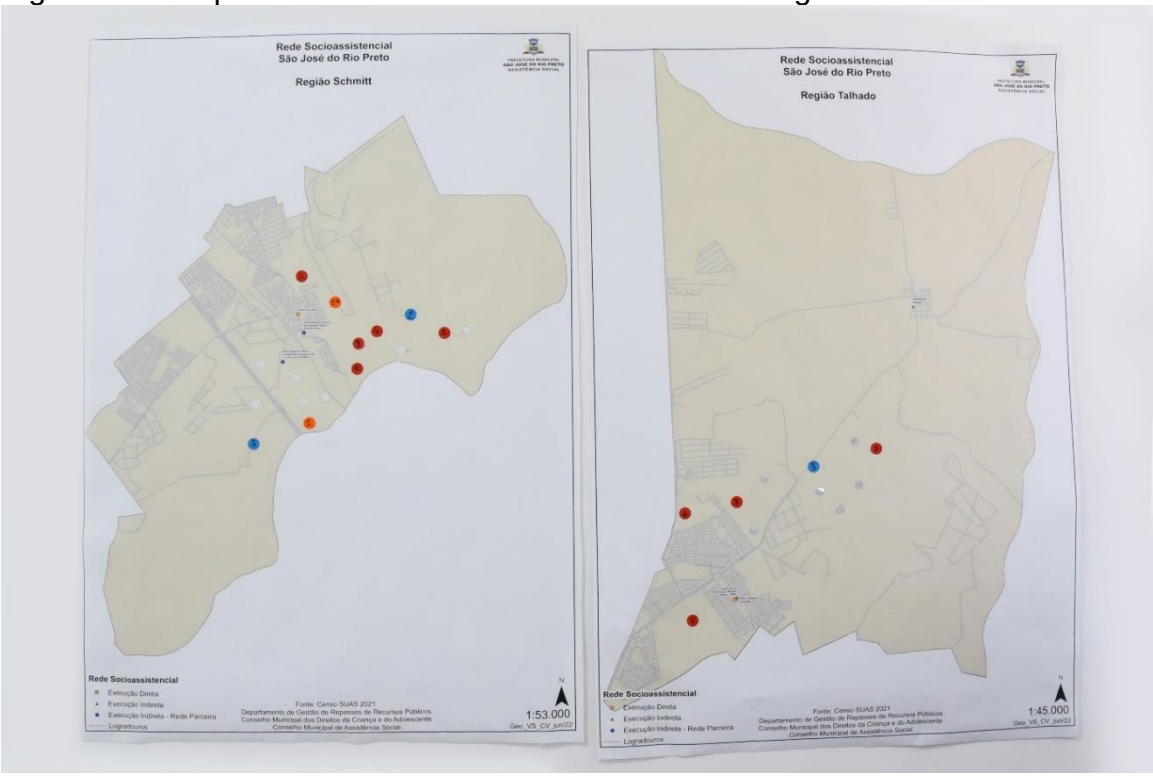
muitas não chegam aos Conselhos de Direitos por não terem sido sistematizadas e reduzidas a termo, impedindo que as instâncias competentes atuem, de forma direta e objetiva, para saná-las.

Figura 4 — Mapa falado realizado com conselhos de direitos. Regiões Central, CEU e Pinheirinho.



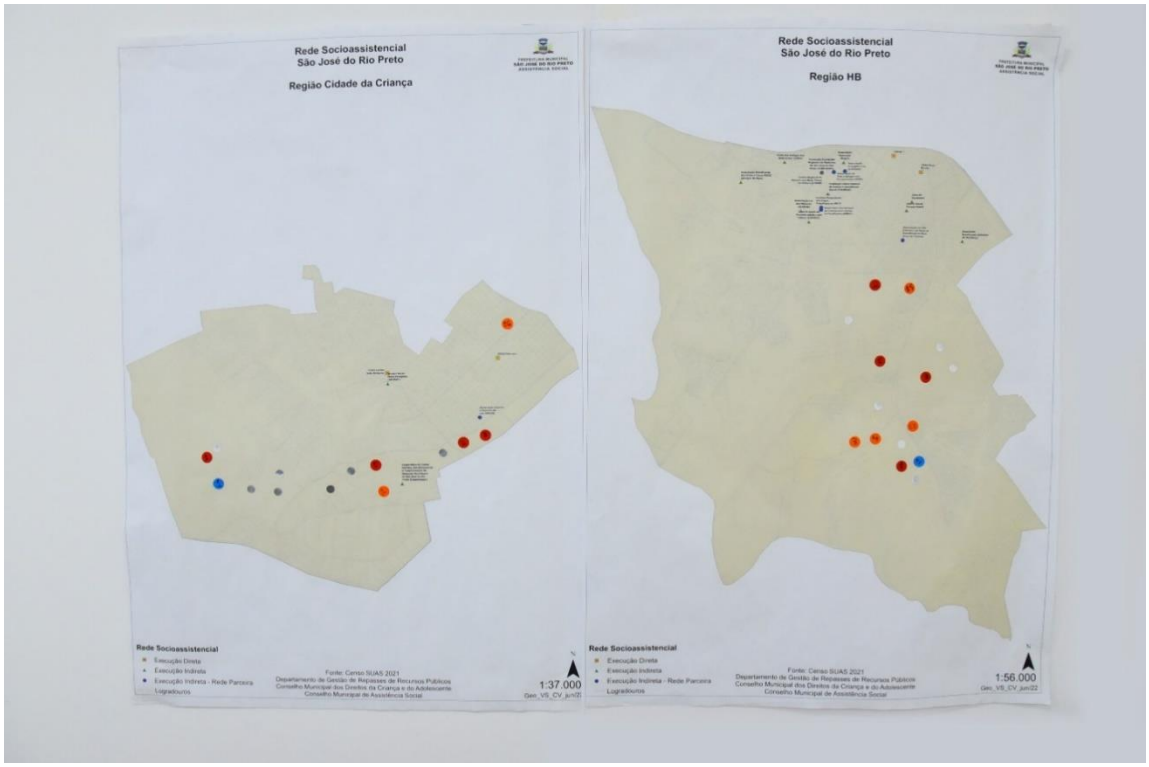
Fonte: SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 5 — Mapa falado com conselhos de direitos - Regiões Schmitt e Talhado.



Fonte: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 6 — Mapa falado com conselhos de direitos - Regiões Cidade da Criança e HB.



Fonte: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 7 — Mapa falado com conselhos de direitos - Regiões Vila Toninho, Bosque e Represa.

Fonte: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

RELATOS DE CASOS ALTA COMPLEXIDADE

Referente à alta complexidade, o Departamento de Proteção Social Especial, em conjunto com o Departamento de Vigilância Socioassistencial, traz o relato de casos de jovens que estão no Serviço de Acolhimento Institucional para adolescentes em abrigo da OSC Comunidade Terapêutica Só Por Hoje, com um quadro descritivo de seus contextos de vida, enumerados de A até D, e uma análise fazendo a correlação com o importante papel das políticas públicas.

Quadro 10 — Breve histórico dos adolescentes do Serviço de Acolhimento em Abrigo Institucional para adolescentes – OSC Só Por Hoje – Casa 1.

Nomes fictícios	Descrição
"A" **17 anos** Acolhido neste Serviço desde: 23/11/20	- Acolhimento por negligência e abandono; - Acolhimento em outro serviço desde criança; - Baixa tolerância à frustração; - Envolvimento com o uso e tráfico de drogas; - Internação no CIAPS - 15 dias devido a uso de substâncias; - Dificuldade com figuras de autoridade; - Dificuldade com normas e regras escolares; - Comportamento de agressividade devido às adversidades; -Acompanhamento no CAPS AD III - Schmitt, realizou acompanhamento ambulatorial em torno de 06 meses, prescrita medicação controlada, mas nega fazer uso; - Mudança de período escolar para o noturno na tentativa de busca de emprego, atingirá sua maioridade em outubro/2022; - O serviço de acolhimento, através da Vara da Infância e Juventude conheceu uma empresa no ramo de peças automotivas para caminhão, na qual o proprietário teve a sensibilização com a história dos adolescentes acolhidos, e outros dois adolescentes que passaram por acolhimento tiveram uma oportunidade nesta empresa; - No início de fevereiro /2022 – foi realizado um teste na empresa descrita, na área de separação de itens para venda, o adolescente apresentou interesse de aprendizagem, foi realizada junto à equipe e empresa a importância de continuar estudando, para a possibilidade de crescimento dentro da empresa; - **"A"** começou a frequentar a escola com assiduidade, iniciou um relacionamento com uma adolescente da sala que o estimula com as questões escolares e de trabalho; - Não vem apresentando, até o momento, nenhuma situação de risco e uso de substâncias; - Com o primeiro salário, comprou uma bicicleta e um celular e relatou ser a *"primeira vez que teve dinheiro do seu suor"* ; (sic) - Apresenta interesse de buscar uma vida autônoma, e constituir sua própria família.
"B" **18 Anos**	- Órfão de mãe; - Negligenciado pelo genitor; - Situação de rua e uso de substâncias; - Evasão escolar; - Dificuldade de aprendizagem; - Tratamento ambulatorial CAPS I CENTRO; - Permaneceu no acolhimento cerca de 14 meses, no período retomou a rede de ensino; - Realizou curso de Jovem Aprendiz na ARPROM, foi contratado como estagiário por uma rede de supermercados, apresentou bom desempenho, foi demitido devido à extensão do período de pandemia; - O serviço de acolhimento entrou em contato com uma empresa e relatou que o adolescente precisaria de um trabalho, pois teria que trabalhar sua autonomia para o a saída do acolhimento; - O serviço o ajudou na locação de um local próximo ao trabalho, para a economia do transporte; - O adolescente precisou de todo um aparato do acolhimento e da empresa, para a construção de sua autonomia, como auxílio da gestão financeira, compras de itens domésticos etc. - O jovem está há dois anos empregado e residindo sozinho.

"C" **17 Anos** Acolhido neste Serviço desde: 18/01/22	- Acolhido por motivo de negligência; - Sem contato familiar; - Evadido da escola; - Atualmente concluiu o ensino fundamental no sistema EJA, aguardando liberação para a inclusão no ensino médio do ensino regular; - Iniciou há cerca de 20 dias o estágio em uma empresa e ainda está em período de teste.
"D" **17 ANOS** Acolhido neste Serviço desde: 14/09/21	- Acolhido por motivo de negligência; - Cumprindo medida de Liberdade Assistida por motivo de agressão; - Cursando o 2º ano do ensino médio; - Durante a seleção de estagiários uma empresa ficou sensibilizada pelo fato de o adolescente estar em contexto de acolhimento e decidiu, juntamente com a equipe, dar uma oportunidade de trabalho para o adolescente; - Estagiando na empresa há cerca de 2 meses.

Fonte: OSC Só Por Hoje e Departamento de Proteção Social Especial.

Análise e Discussão

Os adolescentes acolhidos apresentam em comum nas suas trajetórias de vida, situações de vulnerabilidade social, rompimento de vínculos familiares e comunitários e violação de direitos em diversos âmbitos. Alguns destes adolescentes, na busca pela sobrevivência, se envolveram no tráfico de drogas, considerada a pior forma de trabalho infantil e pela sociedade, um caminho sem volta.

Os relatos apresentados apontam retorno à escola, inserção no trabalho, resgate dos vínculos familiares, superação da dependência química e o alcance da autonomia. É instigante pensarmos: quais os elementos que propiciaram a mudança da trajetória de vida dos adolescentes? Inclusive um dos relatos testemunha que mesmo com a maioridade tal mudança permaneceu. Porque permaneceu? Para respondermos estas questões é necessário compreender o serviço de acolhimento.

O acolhimento institucional tem como objetivo a proteção integral do adolescente, devendo ser desenvolvido com o adolescente e sua família trabalho social que oportunize espaço para reflexão, atividades socioeducativas, retorno à escola, capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho e cuidado integral à saúde.

O adolescente acolhido tem garantido no acolhimento institucional condição habitacional digna, alimentação, material de higiene, vestuário, rede de internet, vaga em escola próxima à residência ou do trabalho, cursos de capacitação e vale transporte para o desenvolvimento de atividades. O acolhimento institucional, ainda,

por intervenção do juiz da infância e juventude, conta com parceiros que priorizam os adolescentes na oferta de vagas de estágio e emprego. Temos ainda equipe técnica, formada por psicóloga e assistente social, que em conjunto com os educadores, terá a missão de supervisionar/orientar os acolhidos, além de realizar atendimentos particularizados com os adolescentes e seus familiares. A finalidade é o resgate do vínculo familiar e apoio na construção de estratégias para a superação das dificuldades a serem enfrentadas no cotidiano, sempre sob a égide do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Pela descrição do serviço de acolhimento institucional visualizamos que o adolescente tem acesso aos direitos apregoados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o que nos leva a pensar que mesmo o adolescente que já vivenciava diversas desproteções e situações de risco podem ter uma mudança de trajetória. Infelizmente, a realidade experimentada pelos adolescentes e suas famílias antes do acolhimento institucional era de muitas desproteções (renda, habitação, alimentar, escolar e etc.).

Fleury (2010) em texto sobre os modelos de proteção social elabora o conceito de cidadania invertida “[...] na qual o indivíduo tem que provar que fracassou no mercado para ser objeto da proteção social”.

O acolhimento institucional é uma medida judicial aplicada em casos graves, quando se reconhece a impossibilidade de proteção por parte da família e o esgotamento das ações do estado em atuar junto à família para a proteção de seus membros, portanto, falamos de fracasso. Todavia, é este fracasso que permite ao adolescente e sua família ascender à condição de cidadania universal, pois “Os benefícios passam a ser concedidos a partir das necessidades, com fundamentos nos princípios da justiça social [...]” (FLEURY, 2010).

Concluímos que o acesso à cidadania universal viabiliza a segurança de autonomia, é promotora de sonhos, assegura aos adolescentes escolhas, tornando-os protagonistas de sua própria história. Assim, também questionamos as teses meritocráticas que responsabilizam os sujeitos por seus sucessos ou fracassos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único** [Internet]. Brasília: DF, Ministério da Cidadania, [2019]. Disponível em: http://www.cidadania.gov.br/servicos/cadastro-unico. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. IBGE. **Desemprego.** [Internet]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional 95 de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/07/1990. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Portal da Transparência**. [Internet]. Disponível em: http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios/consulta?tipoBeneficio=6&ordenarPor=municipio&direcao=asc. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Painel de Informações do Novo CAGED**. [Internet]. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWI5NWI0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749. Acesso em: 7 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta**. Brasília, 2014.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009c. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. IPEA. **Carta de Conjuntura**. [Internet]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200702_cc_48_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 14 jul 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social LOAS e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos** do Sistema Único de Assistência Social – **NOB**-**RH**/SUAS, **2006**. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS). Portaria nº 115, de 20 de março de 2017.

BRASIL. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS **NOB** - RH/**SUAS**. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome - MDS. **2005**. BRASIL, Política Nacional da Assistência Social - PNAS - Versão Original.

BRASIL. **Resolução nº 109 de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011. Altera a **Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993,** que dispõe sobre a organização da Assistência Social. *Diário Oficial da União* 2011; 7 set.

FLEURY, S. Políticas sociais. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: https://gestrado.net.br/verbetes/politicas-sociais/. Acesso em 10 jun. 2022.

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SUAS E DA SEGURIDADE SOCIAL. **Informe 4 A Vigilância Socioassistencial em tempos de calamidade emergência: estratégias para Proteção Social.** [Internet]. Disponível em: https://conferenciadeassistenciasocialhome.files.wordpress.com/2020/06/informe4_vigilanciasocioassistencial-1.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto N° 18.571 de 24 de março de 2020**. Reconhece estado de calamidade pública no Município de São José do Rio Preto decorrente da Pandemia do Covid-19 (COVID-19) e estabelece medidas de enfrentamento. São José do Rio Preto, 2020ª. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/coronavirus/DECRETO_N_18571.pdf. Acesso em: 14 jul 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Covid-19 (COVID-19).** São José do Rio Preto, 2020. [Internet]. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/coronavirus/#notas. Acesso em: 21 jul. 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 1.071 de 5 de janeiro de 1965**. Institui a Fundação Riopretense de Assistência Social. São José do Rio Preto, SP, 1965.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 2.104 de 2 de maio de 1977**. Dispõe sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal de São José do Rio Preto. São José do Rio Preto, SP, 1977.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Leo nº 3.045 de 7 de junho de 1982. Constitui a assessoria do bem-estar social. São José do Rio Preto, SP, 1982.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto Municipal nº 2.883 de 14 de junho de 1982**. Define a constituição da Assessoria de Bem-Estar Social. São José do Rio Preto, SP, 1977.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 3.162 de 14 de setembro de 1982**. Estrutura administrativa constituída pelos órgãos da administração direta, constante no ítem I do art. 10 da Lei nº 2.104/77. São José do Rio Preto, SP, 1982.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 4.956 de 15 de maio de 1992**. Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências. São José do Rio Preto, SP, 1992.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto nº 18.073 de 29 de junho de 2018**. Institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões e dá outras providências. Diário Oficial do Município, São José do Rio Preto, SP, 01 de julho de 2018. Ano XV - nº 4396. Disponível em: <file:///C:/Users/cvissechi/Downloads/pgm-decreto_18073.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2022.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto nº 18.571 de 24 de março de 2020**. Reconhece estado de calamidade pública no Município de São José do Rio Preto decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19) e estabelece medidas de enfrentamento. Diário Oficial do Município, São José do Rio Preto, SP, 25 de março de 2020. Ano XVII - nº 4922. Disponível em: < file:///C:/Users/cvissechi/Downloads/pgm-Decreto_18571.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2022.

APÊNDICE 1 – REDE SOCIOASSISTENCIAL NO MUNICÍPIO

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
1	Bosque	Associação Anjo da Guarda	Rua Antônio Munia, 1086 - Jd. Nazareth (17) 3363-4589	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	130			CMDCA; Censo SUAS 2021
2	Bosque	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo João Paulo II	Rua Rosa Generosa Pinheiro, 441- João Paulo II (17) 3224-5384	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	120	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Lar de Fátima "In Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu-jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
3	Bosque	CRAS¹ João Paulo II	Rua Rosa Generosa Pinheiro, 401 João Paulo II - (17) 3223-8550 (17) 99779-0611 (17) 3221-5183	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Deficiência e Idosas	de vulnerabilidade social				
4	Bosque	Lar Maria José de Jesus	Rua Valdomiro Cornachione, 209 Bosque da Felicidade (17) 3224-8050	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Jovens a partir de 18 anos a idosos	30			Censo SUAS 2021
5	Central	Casa Evangélica de Recuperação Adonai (CERAI)	Rua Alexandre Tambury, 243 - Jd. Conceição (17) 3223-6468	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional em República	Homens adultos de 18 a 59 anos	12			Censo SUAS 2021
6	Central	Albergue Noturno Protetor dos Pobres	Rua Independência, 2611 - Centro (17) 3232-8260	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional e Casa de Passagem	Pessoas adultas ou famílias em situação de rua, desabrigo por abandono, migração, ausência de residência e pessoas em trânsito	Pernoite e Jantar (média diária): 40; Casa de Passagem (mensal): 10; Jantar (média diária):100	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
7	Central	Associação Filantrópica Mamãe Idalina (AMAI)	Sede: Rua Rubião Jr, 2056 - Boa Vista (sede da equipe) (17) 3222-5121	Especial de Alta Complexidade	Serviço de acolhimento Institucional 4 Casas-lares e crianças e adolescentes em reintegração familiar obs. O serviço atende todas as regiões do município.	Crianças e adolescentes	10 vagas para cada casa lar	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
8	Central	Associação Rio-pretense de promoção do Menor (ARPROM)	Rua Prudente de Moraes, 3308 - Centro (17) 3214-6830	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes de 14 a 17 anos	700		X	CMDCA; CMAS
9	Central	Associação Casa de Caridade Pão da Vida	Rua Borba Gato, 149 - Jd. Paulista (17) 3305-3028	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional	Adultos	15			Censo SUAS 2021
10	Central	Associação Madre Teresa de Calcutá	Rua Maximiano Mendes, 157 - Santa Cruz (17) 3235-4645	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	18 a 29 anos, 30 a 59 anos e idosos	30			Censo SUAS 2021
11	Central	Centro Pop[3]	Rua Antônio de Godoy, 2839 - Centro (17) 3237-3000 (17) 3231-6939 (17) 99709-0301	Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado em Abordagem Social	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência	-			Censo SUAS 20211
					Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência				
12	Central	CRAS Centro	Rua João Teixeira, 260 - Vila Santa Cruz (17) 3212-7670	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 99779-1276 (17) 3215-3300		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
13	Central	CREAS² II	Rua Maximiano Mendes, 154 - Santa Cruz (17) 3227-2520 (17) 3212-8217 (17) 99734-8969	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	Famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)				
14	Central	Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)	Rua Dr. Presciliano Pinto, 3300 - Boa Vista (17) 3211-2953	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes e jovens de 14 a 24 anos	-		X	CMDCA; CMAS

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
15	Central	Centro Social Santa Cruz	Rua Silva Jardim, 3925 - Santa Cruz (17) 3232-2678	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	55		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
16	Central	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Vila Novaes	Av. Philadelpho M. Gouveia Neto, 785 - Vila Novaes (17) 32222-1614	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	110	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Lar de Fátima "in Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu-jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
17	Central	Grupo de Atendimento e Prevenção do Câncer (GAPC)	Av. Dr. Cenobelino de Barros Serra, 3003 Pq. Industrial (17) 3500-2100	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	30			Censo SUAS 2021
18	Central	Lar São Vicente de Paulo de São José do Rio Preto	Rua Fernão Dias Paes Leme, 414 - Vila Maceno (17) 3224-6435	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Idosos e suas Famílias - Centro Dia para Idosos	Idosos	38	X		Censo SUAS 2021 Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa	Idosos	Até 50	X		

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Permanência para Idosos - ILPI)					
19	Central	Legião da Boa Vontade (LBV)	Rua Dom Pedro I, 2776 - Jd. Canaã - (17) 3235-1811	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	150		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
20	Central	Instituto Comboniano São Judas Tadeu	Rua José Bonifácio, 1598 - Jd. Roseiral (17) 3215-9200	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	300	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021
21	Central	Associação dos Ostomizados de São José do Rio Preto e Região (AORP)	Rua Floriano Peixoto - nº 926, bairro: Boa Vista (17) 30225636	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	20			Censo SUAS 2021
22	Central	Rede de Assistência Social Cristã (RASC)	Rua Cila, 2866 - Vila Imperial	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes e jovens de 14 a 24 anos	125		X	CMDCA; CMAS
23	CEU	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Planalto	Rua Amélia Ferreira Del Campo, 125 - Jd. Planalto (17) 3236-8887	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	200	X	X	Censo SUAS 2021; CMDCA Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Lar de Fátima "In Fight" Início 01/04/2021	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos,			X	Departamento de Gestão de Repasse de

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
				Término 31/01/2023 22 meses		ofertando o jiu jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.				Recursos Públicos
24	CEU	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (sede) (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado Atender 200 crianças e adolescentes e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
25	CEU	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (sede) (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)		X	X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
26	CEU	CRAS Cidadania	Rua Zacarias Selime Alex André, 200 - Pq. da Cidadania (17) 3212-9195 (17) 3219-5220 (17) 99729-0423	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
27	CEU	CRAS Santo Antônio	Rua Josefina Reis Assunção, 385 - Santo Antônio (17) 3217-8024 (17) 3219-7104 (17) 99645-4742	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
28	CEU	Instituto Lar Esperança	Rua Edson Pupin, 651 - Jd. Santo Antônio (17) 3219-9720	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Idosos e suas Famílias - Centro Dia para Idosos	Idosos	20	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)	IDOSOS	Até 20	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
29	Cidade da Criança	Associação Espírita a Caminho da Luz (AELUZ)	Rua Theodoro Sanches, 2300 - São Jorge (17) 3236-6098	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adultos de 30 a 59 anos	30		X	Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			Rua Theodoro Sanches, 2300 - São Jorge (17) 3219-8325	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Residência Inclusiva	Jovens e adultos com deficiência de 18 a 59 anos	Até 16	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos; CMDCA
30	Cidade da Criança	Serviço Social Maria Peregrina (SESMAP)	Rua Francisco Rodrigues de Freitas, 184 Jardim Belo Horizonte (17) 3219-9970	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	130		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
31	Cidade da Criança	Comunidade Só Por Hoje	Sede: Av. Das Hortênsias, 660 - Jardim dos Seixas (17) 3236-3696	Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado em Abordagem Social	Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência	70	X	X	CMDCA; CMAS; gestão de parcerias
			Sede: Av. Das Hortênsias, 660 - Jardim dos Seixas (17) 3236-3696	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Casa Lar - Casa Compartilhada[4] obs: O Serviço atende todas as Regiões do Município	Crianças e adolescentes do município, de 10 a 17 anos, de ambos os sexos, com transtornos mentais, em situação de risco pessoal e social, sob medida de proteção	10	X	X	CMDCA; CMAS; Gestão de Parcerias

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			Sede: Av. Das Hortênsias, 660 - Jardim dos Seixas (17) 3236-3696	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional obs: O Serviço atende todas as Regiões do Município	Adolescentes homens, de 12 a 17 anos, em situação de risco pessoal e social, sob medida de proteção	ATÉ 10	X	X	CMDCA; CMAS; Gestão de Parcerias
32	Cidade da Criança	CRAS Eldorado	Rua Brás Repizo Nabas, 262 - Vila Romana (17) 99733-4507 (17) 3219-0186	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
33	Cidade da Criança	CRAS Jardim Belo Horizonte	Rua Rogério Cozzi, 657 - Jd. Anielli (17) 3222-4256 (17) 3219-0078 (17) 99718-2169	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com	Pessoas com deficiência e/ou idosas que vivenciam situação				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Deficiência e Idosas	de vulnerabilidade social				
34	HB	Associação Beneficente dos Vinte e Cinco - ABVIC (Amigos da Hipo)	Rua Joaquim Fernandes Diniz, 100 - Tarraf II (17) 3216-4160 (17) 99644-3678	Básica	Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de Sua Integração à Vida Comunitária	Crianças e adolescente de um ano e cinco meses a 12 anos	100			CMAS
35	HB	Associação Lar dos Menores (ALARME)	Av. Anisio Haddad 6580 - Jardim Aclimação (17) 3226-4100	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	200		X	CMDCA, Censo SUAS 2021
36	HB	Associação dos Amigos da Criança com Câncer ou Cardiopatia (AMICC)	Rua Dr. Lino Braile, 355 - Jd. Francisco Fernandes (17) 2137-0777	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Casa de Passagem	Crianças, adolescentes e famílias	46	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
37	HB	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Rua Dr. Raul Silva, 1863 - Nova Redentora (17) 3227-1200 /2136-1200	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias - Centro Dia	Pessoas com deficiência	160 (sede e Schmitt)	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
38	HB	Centro Social Parque Estoril	Rua Olavo Guimaraes Correa, 815 - Jardim Ouro Verde (17) 3201-1550	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	80		X	CMDCA; Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
39	HB	Clube dos Amigos dos Deficientes (CADE)	Rua Rosa Gregório Gomes, 495 - Jd. Maracanã (17) 3231-7463	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de sua integração à vida comunitária	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	180			Censo SUAS 2021; CMAS
40	HB	Casa de Apoio ao Paciente Adulto com Câncer (CAPACC)	Rua Saad k. Saad Aboujaoude, 161 - Jd. Michel Jacob (17) 3216-1593 / (17)3227-2676	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional	Adultos e idosos	54			Censo SUAS 20211
41	HB	Casa de Eurípedes	Rua Olavo Guimarães Correa, 600 - Jd. Urano (17) 3227-4733	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescente de 07 a 14 anos	60		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
42	HB	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI)	Av. Brigadeiro Faria Lima, 5544 - Vila São Pedro - 3º andar (17) 3227-3484	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Família Acolhedora e Programa Guarda Subsidiada	Crianças e adolescentes com medida de proteção	Até 15 famílias acolhedoras até 25 famílias subsidiadas	X	X	CMDCA; gestão de parcerias
43	HB	CRAS Novo Mundo	Rua Centenário, 1299 - Jd. Novo mundo (17) 3226-3131	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3227-0169 (17) 99779-2480		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
44	HB	CREAS I	Rua José Polachini Sobrinho, 575 - Jd. Sinibaldi (17) 3216-2226 (17) 3216-3155	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	Famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)				
45	HB	Fundação Líbero Badaró de Ensino e Assistência Social (FULBEAS)	Av. Francisco das Chagas Oliveira, 1175 Chácara Municipal (17) 3201-4900	Básica	Ações de promoção da integração ao mercado de trabalho	Adolescentes mulheres a partir de 15 anos e 08 meses a 17 anos	90		X	CMDCA; CMAS

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
46	HB	Instituto Riopretense dos Cegos Trabalhadores (IRCT)	Rua Cleo Oliveiro Roma, 200 - Jd. Morumbi (17) 3355-5001	Especial de Média Complexidade	Ações de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária	Pessoas com deficiência visual	48	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
47	HB	Associação Evangélica Lar de Betânia	Rua Roberto Simonsen, 430 - vila São José (17) 3227-2200	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)	Idosos	Até 43	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
48	HB	Associação Operação Alegria	Rua Doutor Raul Silva, 1523 - Nova Redentora (17) 3305-6127	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional	Adultos	26		X	CMDCA, Censo SUAS 2021
49	HB	Associação Beneficente Jerônimo de Mendonça	Av. Faiez Nametalh Tarraf, 1.180 - São Marcos (17)32273311	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adultos de 30 a 59 anos	40			Censo SUAS 2021
50	HB	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa de Cireneu)	Av. Benedito Rodrigues Lisboa, 400 - São Francisco (17) 3229-3769	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e de Emergências	Pessoas adultas de ambos os sexos que se encontram em situação de rua e desabrigo	Até 50	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
51	Pinheirinho	CRAS Antunes	Rua Nagib Abissamira, 1801 - Jd. Antunes (17) 3236-5611	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3219-0060 (17) 99717-9120		Integral à Família (PAIF)					
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
52	Pinheirinho	CRAS Solo Sagrado	Rua Beatriz da Conceição, 241 - Solo Sagrado (17) 3217-3200 (17) 3237-3333 (17) 99772-7435	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
53	Pinheirinho	Instituto Educacional Casa da Criança	Rua Nagib Abissamra, 1665 - Ana Célia (17) 3236-1960	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 06 a 17 anos	140		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
54	Pinheirinho	Associação Espírita Rancho de Luz “Paulino Garcia”	Rua Maria da Encarnação Ferreira, 365 Solo Sagrado (17) 3236-1013	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças, adolescentes e jovens de 07 a 29 anos	40	X		Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
55	Pinheirinho	Instituto As Valquírias	Rua Paschoal Decrescenzo, 599 - Jd. Itapema (17) 99151-2686	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Todas os ciclos de vida, a partir dos 7 anos	60		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
56	Pinheirinho	Projeto Educacional Profissionalizante do Adolescente (PROEPAD)	Rua Alcina Medeiros Pinto César, 99 Residencial Califórnia (17) 3219-1467	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	50	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
57	Pinheirinho	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado atender 200 crianças e adolescentes e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
58	Represa	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (17) 3224-5616	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	120		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
59	Represa	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)				Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
60	Represa	CRAS São Deocleciano	Rua Olinda Loria Khauan, 151 - pq. São Miguel	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3223-1238 (17) 99706-9526		Integral à Família (PAIF)					
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
61	Represa	Projeto Maquininha do Futuro	Av. Benedito Sufredini, 655 - São Deocleciano (17) 3221-6251	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos; jovens de 18 a 29 anos e adultas (os) de 30 a 59 anos	200	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021
62	Schmitt	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - núcleo rural (APAE)	Rural - Engº Schmitt (17) 3227-1201	Especial de Média Complexidade	Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias - centro dia	Pessoas com deficiência	160 (sede e Schmitt)	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto Equoterapia	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término: 30/10/2022 17 meses	Inovar e ampliar o serviço clínico de saúde, nas instalações da APAE Rural de São José do Rio Preto. APAE SEDE - Central APAE Rural - Schmitt			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
63	Schmitt	Associação e Oficina de	Rua Voluntários da Pátria 44 -	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional -	Idosos	Até 84	X		Censo SUAS 2021; Departamento

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
		Caridade Santa Rita de Cássia	Schmitt (17) 3808-1527		Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)					de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
64	Schmitt	CRAS - Engenheiro Schmitt	Rua Voluntários da Pátria, 460 - Engº Schmitt (17) 3808-1412 (17) 3808-1010 (17) 99657-9597	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
65	Talhado	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (sede) (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
66	Talhado	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (17) 997164691	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	30		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
67	Talhado	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado atender 200 crianças e adolescentes			X	Departamento de Gestão de Repasse de

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
						e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor				Recursos Públicos
68	Talhado	Associação Filantrópica Mamãe Idalina - AMAI	Rua Geraldo de Paiva Ferreira (projetada 15), s/n Lealdade e Amizade ao lado do CRAS Lealdade e Amizade	Projeto Vem Ser o Futuro	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término: 31/05/2022 12 meses	Atender até 150 crianças e adolescentes de 06 a 17 anos e 11 meses, de forma virtual.		X	X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
69	Talhado	CRAS Lealdade e Amizade	Rua Geraldo de Paiva Ferreira, s/n - Residencial Lealdade e Amizade (17) 3229-7566 (17) 99761-4234 (17) 3214-0592	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
70	Vila Toninho	Associação Filantrópica Mamãe Idalina (AMAI)	Rua Azaim Pinto Murta, 136 - Vitória Régia (17) 3238-1457	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	50	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

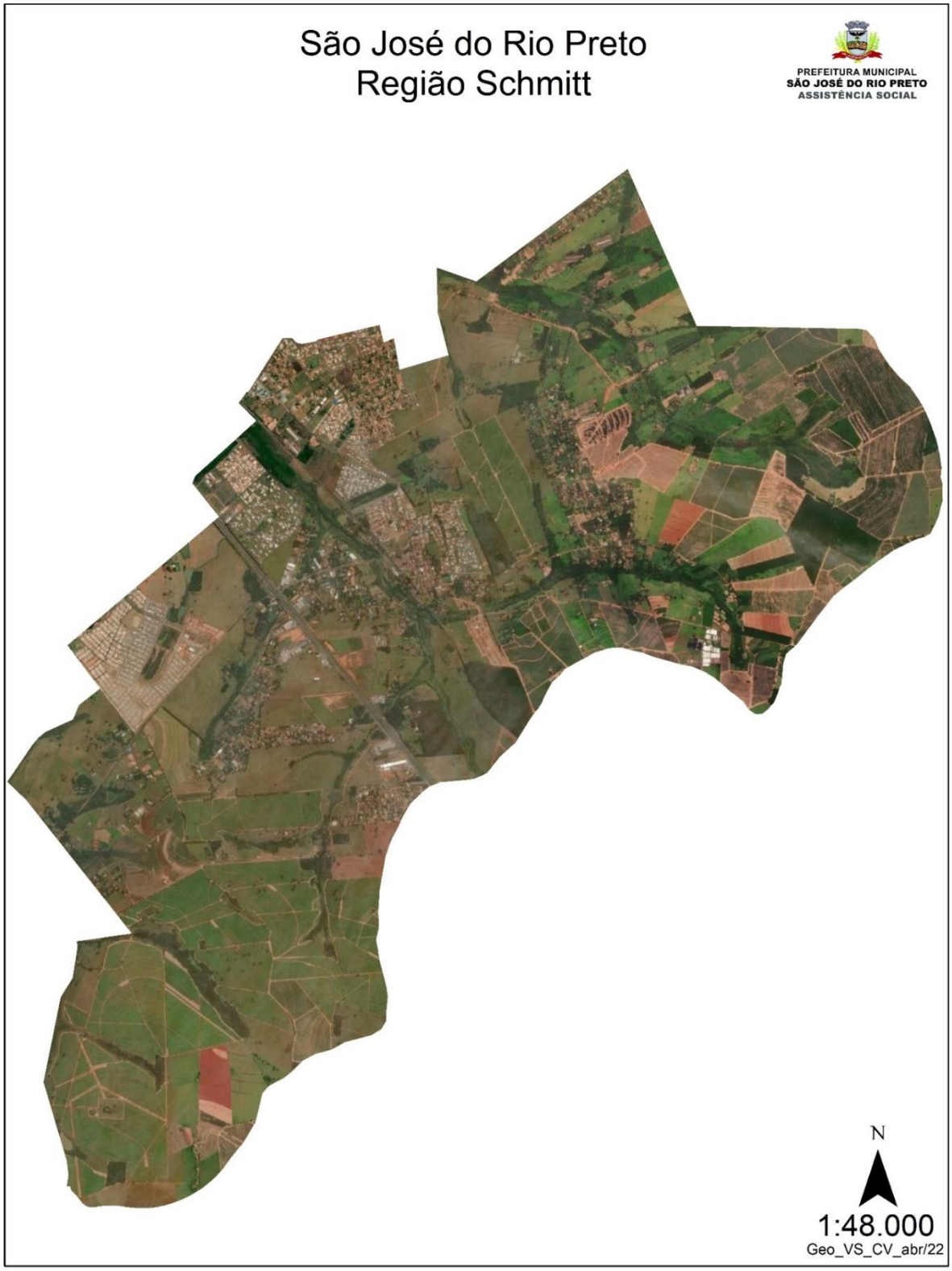
Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
71	Vila Toninho	Associação Renascer	Av. Amélia Cury Gabriel, 4701 - Jd. Soraia (17) 3213-9595	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias - Centro Dia	Pessoas com deficiência	82	X	X	CMDCA CMAS Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Pediasuit e Snoezeien Início: 01/06/2021 Término: 30/06/2022 13 meses	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término: 30/06/2022 13 meses	Atendimento gratuito a 40 pessoas com deficiência intelectual e dificuldades físicas associadas ou não, e autismo, de 0 a 14 anos, em 02 métodos inovadores: sendo 30 vagas no Snoezelen e 10 vagas no Pediasuit, por 13 meses.		X		
72	Vila Toninho	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Vitória Régia	Rua Hermelinda Martins Vieira Rocha, 77 Vitória Régia (17) 3238-5442	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	115	X	X	CMDCA Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de fomento lar de Fátima "in Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
73	Vila Toninho	CRAS Vila Toninho	Rua Maria Onofre Lopes Santos, 1273 - Vila Toninho (17) 99772-7439	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3218-1430 (17) 3238-1012		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
74	Vila Toninho	Instituto Educacional Francisco de Assis (IEFA)	Rua Benedito Guagliardi, 291 - Romano Calil (17) 3218-3336	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes de 14 a 17 anos, e adultos de 18 a 59 anos	350		X	CMDCA; CMAS

PARTE II

Região Schmitt

Facilitadora: Geis de Oliveira Benevides



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....81
2. HISTÓRICO DA REGIÃO.....83
3. ABRANGÊNCIA DA REGIÃO DE SCHMITT.....84
4. PERFIL DA REGIÃO.....85
4.1 Rede Socioassistencial da Região.....86
4.1.1 Ofertas e demandas da rede socioassistencial.....87
4.2 Rede Intersetorial da Região.....88
4.2.1 Articulação com a rede intersetorial.....88
5. IMPACTOS DA PANDEMIA NO SCFV ADOLESCENTES E JOVENS.....92
6. DEMANDA POR SERVIÇOS E BENEFÍCIOS.....92
7. DESEMPREGO E RENDA.....93
8. VILA RAMOS.....95
9. COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS COMO FONTE DE RENDA.....96
10. MOBILIDADE URBANA.....96
11. PAEFI: VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS NO TERRITÓRIO.....98
11.1 Violência autoprovocada no território.....104
11.2 Impactos da mobilidade urbana nas violências e violações de direitos.....104
11.3 Medida Socioeducativa em Meio Aberto Região Schmitt.....105
11.4 Pessoa em Situação de Rua na Região Schmitt.....109
12. COLETA DE DADOS.....110
12.1 Apresentação e análise da coleta de dados com usuários e rede – Região Schmitt.....110
12.2 Análise da coleta de dados com usuários dos serviços de CRAS e CREAS da Região Schmitt.....112
12.3 Análise da coleta de dados com a rede da Região Schmitt.....122
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....127
REFERÊNCIAS.....130
ANEXO 1 – Linhas do transporte público municipal da Região de Schmitt.....131

APÊNDICE 1 – Memória das reuniões para construção do Diagnóstico da Região Schmitt.....133
APÊNDICE 2 – Instrumental de coleta de dados com usuários.....134
APÊNDICE 3 – Instrumental de coleta de dados com a rede socioassistencial e intersetorial.....135

1. INTRODUÇÃO

Construir um diagnóstico é sempre um desafio, pois se trata de uma análise interpretativa de uma determinada realidade. E, nesse processo de construção, é necessário submeter essa realidade a um olhar intencional, organizado, direcionado e sistemático. Pois, um diagnóstico na esfera do SUAS deve ser acompanhado de uma intenção de intervir, em outras palavras, é uma etapa de um plano de intervenção.

E se tratando do SUAS, entende-se que uma das realidades a serem submetidas a uma análise, pensando em um plano de intervenção local, é o território. Contudo, para compreensão, leitura e interpretação dessa realidade específica, é preciso considerar que território não se limita à mera divisão política ou espaço estrito. O território é um espaço vivido e incorpora as relações sociais, no qual se materializam desigualdades, relações de poder, riscos, vulnerabilidades e potencialidades. Assim, é um espaço dinâmico e contraditório, constitui-se como espaço de fragilidades e potencialidades, de proteção e desproteção.

O Diagnóstico Socioterritorial é um instrumento relevante para subsidiar as ações da Política de Assistência Social nos seus diferentes níveis de gestão, visto que contribui para processos de planejamento e implantação de serviços socioassistenciais na perspectiva regional, ou seja, a partir da realidade local, em consonância com as demandas e requisições da população usuária do SUAS no território.

Sob essa perspectiva, ressalta-se a importância do Diagnóstico Socioterritorial ser construído pelos atores sociais locais para, desse modo, apreender as particularidades da Região e dos diferentes territórios e subterritórios que a compõe, capitando as vulnerabilidades, potencialidades e propostas levantadas por quem de fato vivencia as relações e impactos locais.

A construção coletiva ocorreu por meio de reuniões realizadas de forma presencial e remota, em função da pandemia de COVID-19, nos dias 28/10/2021 01/12/2021, 09/03/2022 e 07/04/2022. Os momentos de reflexão e discussão, de forma geral, tiveram a participação das equipes do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Schmitt, CREAS I - com o Serviço de Medidas Socioeducativas (MSE) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Centro Pop e Abordagem Social, Vigilância Socioassistencial e Gestão do Trabalho. A equipe da Vigilância atuou como

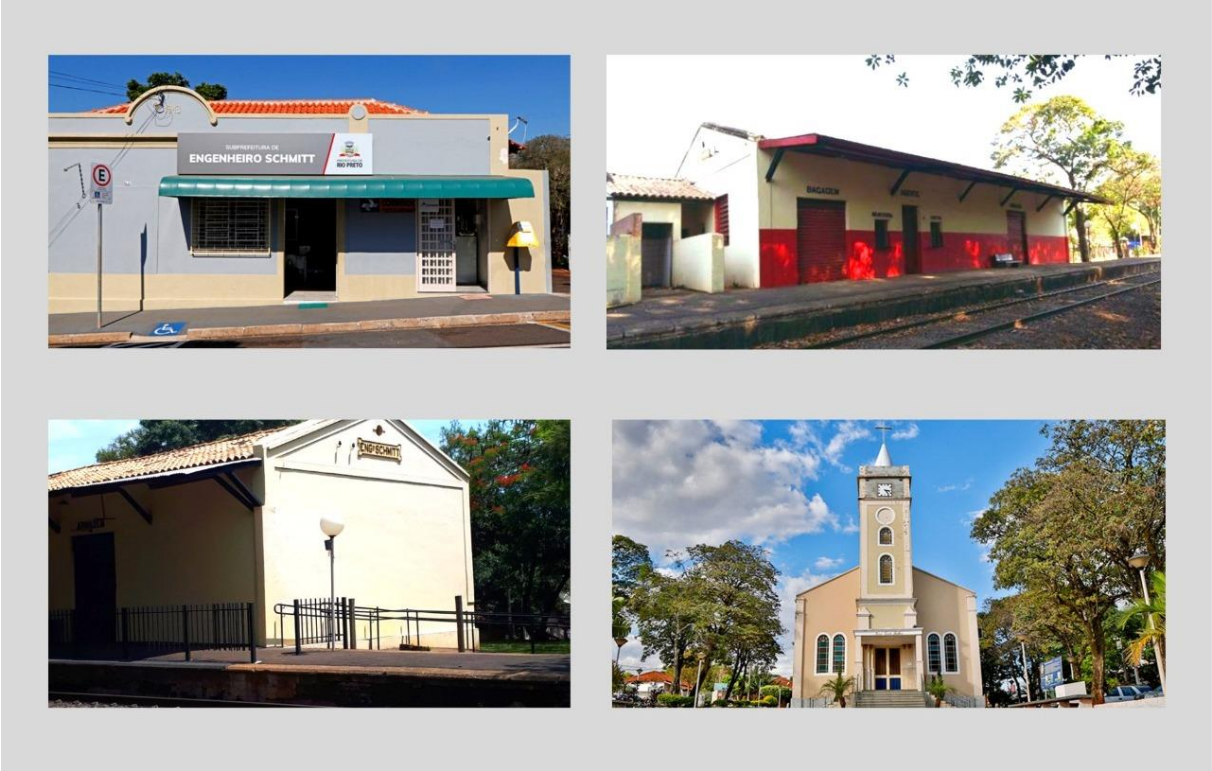
facilitadora, esteve presente fomentando e impulsionando as discussões a partir da apresentação de dados quantitativos e auxiliou na escrita do documento. As equipes de referência, com base na vivência do cotidiano de trabalho no território, contribuíram com a qualificação das informações, realização da coleta e análises dos dados apreendidos com os usuários e rede de atendimento local, bem como, com o desenvolvimento e sistematização do texto do Diagnóstico Socioterritorial. Nesse processo, foram levantados o perfil da Região e dos diversos territórios que a compõem (Distrito de Schmitt, bairros adjacentes, estâncias e chácaras), impactos da Pandemia de COVID-19 no cotidiano da população usuária dos serviços do SUAS, as fragilidades e potencialidades, as demandas e requisições locais, e, ainda, a articulação e relação do CRAS com os serviços socioassistenciais e intersetoriais ofertados no território e em São José do Rio Preto.

Os resultados desta construção coletiva são apresentados em duas etapas. A primeira é direcionada à apresentação do perfil da Região, caracterização do território, Serviços prestados pela Política de Assistência Social (Proteção Social Básica e Especial), atendimentos realizados junto às famílias, demandas e necessidades da população local. A segunda traz os resultados da sistematização e análise da pesquisa empírica, realizada com os usuários dos serviços do SUAS e profissionais da rede de atendimento local, na qual se buscou levantar potencialidades e dificuldades, situação de emprego, renda e subsistência familiar, demandas e ofertas de serviços por segmentos (criança, adolescente, jovens e idosos) e oferta de serviços públicos das diferentes políticas setoriais na Região.

Em suma, este documento apresenta a leitura do território e análise das particularidades locais, a fim de contribuir para com a construção de políticas públicas efetivas que vão ao encontro das demandas e requisições locais, especialmente as que devem ser atendidas no âmbito da Política de Assistência Social, com vistas a assegurar o acesso a direitos, viabilizando melhorias na qualidade de vida da população usuária dos serviços socioassistenciais.

2. HISTÓRICO DA REGIÃO

Figura 1 — Subprefeitura/ Estação Ferroviária Engenheiro Schmitt/Praça Santa Apolônia.



Fonte: Foto1: site Prefeitura Municipal de São José do Rios Preto/Foto 2: Thiago Silva/Foto 3: Dhoje Interior/Foto 4: site Prefeitura Municipal de São José do Rios Preto.

A história do distrito de Engenheiro Schmitt[4] está inteiramente ligada à história de São José do Rio Preto. O local foi uma antiga parada de tropeiros, conhecida como "Parada do Ipezal". Seus primeiros habitantes chegaram por volta de 1885 e o local servia como ponto de referência e passagem para imigrantes, mascates e viajantes que seguiam em direção aos sertões dos Estados do Mato Grosso, Triângulo Mineiro e Paraná.

Posteriormente, a área foi ocupada por fazendeiros e sitiantes que mantinham roças de subsistência, uma agricultura comercial em bases rudimentares de cana-de-açúcar, com a utilização de engenhos para industrialização do produto e a instalação de olarias para o fornecimento de tijolos e telhas.

[4] Esse histórico foi pesquisado no site Wikipedia.

A história do nome de Engenheiro Schmitt está ligada diretamente à construção da ferrovia no Noroeste Paulista. O nome do distrito é uma homenagem a um dos engenheiros responsáveis pela instalação dos trilhos.

Foi na década de 1910 que o engenheiro alemão Karl Ebenhardt Jacob Schmitt, em algumas citações Carlos Everardo Jacó Schmitt ou simplesmente Carlos, como era chamado, trabalhou na construção de diversas ferrovias do Estado de São Paulo e era chamado de “alemão das mulas”, por percorrer todo o estado montado em uma mula. O engenheiro morreu em agosto de 1913, aos 59 anos, depois de construir a última estação ferroviária antes de chegar a Rio Preto.

Criado por meio de um decreto estadual em 28 de novembro de 1927 e assinado por Júlio Prestes, foi estabelecido o “Distrito de Paz de Engenheiro Schmitt com sede na povoação de igual nome, do município e comarca de São José do Rio Preto”.

Os tradicionais doces produzidos por três fábricas instaladas no território ajudaram a consolidar de vez o local como capital dos doces artesanais. turistas de todo o Brasil é atraído pelos doces, cristalizados e em caldas, dos mais variados sabores.

O distrito de Engenheiro Schmitt também é conhecido como um roteiro de fé e muita religiosidade. O Padre Mariano de La Mata, que viveu no distrito, já é quase um santo, foi beatificado pelo Vaticano em 2006. Todos os anos, os devotos percorrem a pé o caminho que ele fazia entre a igreja de Santa Apolônia até a igreja de São Luiz Gonzaga, em Cedral. A igreja de Santa Apolônia é a padroeira do distrito e fica localizada na Praça Central.

3. ABRANGÊNCIA DA REGIÃO DE SCHMITT

Com a reorganização territorial, ocorrida em 2018, por meio do decreto nº 18.073 de 2018 que estabeleceu a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões, o território de Engenheiro Schmitt deixa de atender a região dos bairros Residencial do Lago, Morada Campestre e Estância Bela Vista (Lagoa). Neste processo de adequação, foram incorporados à área de abrangência do CRAS Schmitt alguns novos territórios, ficando com a seguinte configuração para desenvolvimento do trabalho social:

Quadro 01 — Área de abrangência do CRAS Schmitt.

Bairros, Estâncias e Chácaras
Ana Claudia, Chácara Bela Vista 1ª Parte, Chácara Bela Vista 2ª Parte, Chácara Rec. João Bernardino de Souza, Engenheiro Schmitt, Estância Jardim Veneza, Estância Manacás, Estância Nossa Senhora de Fátima, Estância Pazzotti, Estância Primavera II, Estância Santa Catarina, Estância Santa Luzia, Estância Santa Maria, Estância São Francisco, Fazenda Rio Preto, Jardim Schmidt, Loteamento Empresarial Spotti, Loteamento Ideal Life Ecolazer Residence, Loteamento Maza, Parque das Amoras, Parque das Amoras II, Parque Residencial Buona Vita, Residencial Antoniassi, Residencial Cortina D' Ampezzo, Residencial Maria Adélia, Residencial Santa Regina e Vila Velha.

Fonte: Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2021.

4. PERFIL DA REGIÃO

Segundo dados da Conjuntura Econômica 2021 de São José do Rio Preto/Secretaria Municipal de Planejamento, a Região Schmitt compreendia uma população de 15.239 habitantes, o que correspondia a 3% da população total do município. Possui 53.424,05 Km², correspondendo a aproximadamente 14% da extensão territorial do município, de acordo com dados informados pela Secretaria Municipal de Obras, que se baseou no decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018, que institui a Divisão Geográfica da área do município de São José do Rio Preto em Regiões.

De acordo com dados de projeção da Secretária de Saúde, no ano de 2020, a Região Schmitt possuía 760 crianças de 0 a 3 anos, e 719 de 4 a 6 anos, representando a primeira infância. De 7 a 12 anos eram 1.172 crianças, e 1.036 adolescentes de 13 a 17 anos. Fazendo a proporção da faixa etária de crianças e adolescentes em relação ao total de pessoas de abrangência do CRAS, estes contavam com aproximadamente 24% da população. Já a estimativa de idosos era de 20%, sendo um total de 3.003.

4.1 Rede socioassistencial da Região

Quadro 2 — Área de abrangência do CRAS Schmitt.

Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - núcleo rural (APAE)	Rural - Engº Schmitt (17) 3227-1201	Especial de Média Complexidade	Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias - centro dia	Pessoas com deficiência	160 (sede e Schmitt)	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
		Projeto Equoterapia	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término: 30/10/2022 17 meses	Inovar e ampliar o serviço clínico de saúde, nas instalações da APAE Rural de São José do Rio Preto. APAE SEDE - Central APAE Rural - Schmitt			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia	Rua Voluntários da Pátria 44 - Schmitt (17) 3808-1527	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)	Idosos	Até 84	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
CRAS - Engenheiro Schmitt	Rua Voluntários da Pátria, 460 - Engº Schmitt (17) 3808-1412 (17) 3808-1010 (17) 99657-9597	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social				Censo SUAS 2021
			Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
			Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio	Pessoas com deficiência e/ou pessoas				

Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			para Pessoas com Deficiência e Idosas	idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial - SEMAS.

4.1.1 Ofertas e demandas da rede socioassistencial

O território tem duas organizações não governamentais que ofertam serviços à população. Contudo, essas instituições ofertam serviços específicos para Proteção Social Especial, sendo o Centro Dia da APAE Rural, que atende especificamente pessoas com deficiência. Existe também a ILPI, a Associação Oficina Santa Rita de Cássia, mais conhecido como “Lar de Schmitt”, que se caracteriza por ser tipificada como instituição de alta complexidade e longa permanência para pessoas idosas que demandam proteção integral. Ambos os serviços não são exclusivos do subdistrito, sendo assim, a oferta ocorre em nível municipal.

Considerando a quantidade de crianças e adolescentes no território, observa-se a necessidade de serviços de convivência para estes em OSCs. Atualmente, essa demanda é encaminhada para atendimento em outros territórios, especialmente na Região Vila Toninho, que oferta SCFV nos núcleos do Vitória Régia e São Judas Tadeu, por serem mais próximos da região de Schmitt. Contudo, a dificuldade de mobilidade urbana se apresenta como ponto dificultador, que muitas vezes limita ou até mesmo impede, a locomoção e o acesso dos usuários a esses núcleos. Ressalta-se que, no território, também não há projeto de contraturno escolar ou jornada ampliada, sendo esta uma demanda reprimida da população. Observa-se que as famílias têm como preferência e necessidade um projeto que contemple o período extraescolar dos filhos ou aulas em período integral. A ausência desses programas tem impacto direto na vida socioeconômica do membro provedor familiar, principalmente em famílias monoparentais, que muitas vezes permanecem na informalidade ou mesmo na dependência de PTRs, por ter que ofertar os cuidados aos filhos no período inverso do horário escolar. Nos casos de adolescentes que não necessitam de cuidados, o fato de permanecerem na ociosidade, favorece o acesso

às ruas em busca de vínculos sociais, o que muitas vezes facilita o uso e/ou tráfico de drogas, mundo do crime, trabalho infantil e prostituição.

4.2 Rede Intersetorial da Região

Quadro 3 — Área de abrangência do CRAS Schmitt.

Educação
Escolas Municipais: E.M. Vera; E.M Gracia Maria da Silva Bortoleto (unidade I e II); Complexo Educacional Maria Siqueira Campos (E.M.E.I Prof.ª Rita Mambreu. E.M Prof.ª Ieda Seixas Souza) e E.M.E.I Israel Cestari; **Escola Estadual:** E.E. Padre Clemente Marton Segura
Saúde
Atenção Básica: UBSF Schmitt e UBS Fraternidade; **Saúde Mental: Centros de Atenção Psicossocial** de Álcool e Outras Drogas - CAPS Ad III e Centro Integrado de Atenção Psicossocial - CIAPS
Segurança pública
Base da Policia Militar; Base da Guarda Civil Militar - GCM
Administração pública
Subprefeitura Em breve Inauguração do Ganha Tempo que vai contemplar serviços da Prefeitura e da Secretaria do Trabalho.
Esporte, cultura e lazer
Praça de Esportes Cultura e Lazer
Campo Municipal de futebol de Eng° Schmitt
Piscina Municipal de Eng° Schmitt

Fonte: CRAS Schmitt e Vigilância Socioassistencial.

4.2.1 Articulação com a rede intersetorial

As articulações com a rede intersetorial se dão diariamente de acordo com a necessidade apresentada, e mensalmente por meio das reuniões no território de abrangência. São realizadas, ainda, reuniões específicas para articular e discutir casos. As reuniões durante a pandemia ocorreram remotamente por meio de plataformas tecnológicas. Essas reuniões possibilitam otimizar e articular as outras políticas, na solução da demanda apresentada pela família, de forma mais direcionada e específica.

Um aspecto dificultador é a articulação com a unidade escolar local da rede estadual, pois esta não envia representantes para participarem das reuniões intersetoriais, onde se discute melhorias para o território. Também há dificuldade no agendamento/realização de reunião para discussão de caso e, quando ocorrem,

sempre se dão com a direção e/ou coordenação pedagógica e nunca com a participação dos professores, monitores etc.

No mais, há dificuldade na articulação/pactuação de ações conjuntas que tenham como objetivo auxiliar a família na sua capacidade protetiva e proativa, uma vez que o olhar é de culpabilização do adolescente e, na maioria das vezes, de seus responsáveis.

Figura 2 — CRAS Schmitt e trabalho social no território no território Schmitt.

Fonte**:** Equipe de referência CRAS Schmitt.

O CRAS de Engenheiro Schmitt foi implantando em 2010, a partir do redimensionamento dos territórios de atendimento da Proteção Básica, de acordo com o que preconiza o SUAS, e está instalado em território de vulnerabilidade social. O território apresenta histórico de precarização de moradia; aumento de loteamentos irregulares; bolsões de pobreza; acesso precário - e às vezes nulo - às políticas públicas (saúde, habitação, educação, transporte, segurança pública, cultura e trabalho/renda) e tráfico de drogas.

Conforme levantamento, na última busca ativa realizada no território em 2012, as situações de vulnerabilidades aprendidas naquele momento foram:

- 80% - Famílias em que o responsável e seus integrantes encontram-se em situação de desemprego, trabalho informal ou temporário;
- 58% - Adultos com baixa escolaridade;
- 57% - Famílias sem moradia própria - (alugada, cedida, invadida ou ocupada);
- 55% - Famílias com renda baixa - per capta inferior a R$ 140,00/ mês;
- 51% - Moradia sem infraestrutura básica - (esgoto, água e luz);
- 42% - Dificuldades nas relações familiares.

Em dados mais atualizados do território de Schmitt em relação às famílias que possuem inscrição no Cadastro Único, no quadro 4, demonstra-se o número de inscritos tendo como referência dezembro/2021, o que retrata os impactos da pandemia COVID-19 e pós pandemia. Dessa forma, a distribuição de faixa de renda ficou da seguinte forma.

Quadro 4 — População estimada, famílias inscritas no Cadastro Único e renda per capita.

População Estimada na Região Schmitt em 2021: 15.239			
Famílias inscritas no Cadastro Único: 1.036			
Faixas das famílias inscritas no Cadastro Único			
Até R$105,00	R$105,01 a R$210,00	R$210,01 até 1/2 Salário Mínimo	Acima de 1/2 Salário Mínimo
446	65	215	310

Fonte: Conjuntura Econômica de são José do Rio Preto 2021; CECAD - Cadastro Único 12/2021.

Segundo dados do Relatório Circunstanciado de fevereiro/2022, o CRAS de Schmitt possui 2.240 cadastros/prontuários, das quais temos 442 famílias beneficiárias de Programas de Transferência de Renda a nível federal: 137 Benefícios de Prestação Continuada para pessoa idosa (BPC-I); 102 Benefício de Prestação Continuada para pessoa com deficiência (BPC-PCD).

São 37 famílias beneficiárias do Projeto Viva leite (Governo Estadual) e 37 do programa de aquisição de alimentos da Secretaria de Agricultura (cesta de legumes). Deste mesmo Programa é disponibilizado ao CRAS Schmitt uma cota de 50 cestas básicas ao mês, que beneficiam famílias de extrema pobreza que não conseguem prover sua alimentação.

Em junho de 2022 havia 17 famílias que estavam em acompanhamento no Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF) e 10 no Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio (PSBD). Não há usuários inseridos nos Programas Renda Cidadã e Ação Jovem.

No que se refere ao acompanhamento das famílias PAIF, observa-se a predominância de familiares que demandam intervenções do CRAS e até mesmo do CREAS. As principais situações de risco e vulnerabilidade decorrem de conflitos familiares, com suspeitas de todos tipos de violações de direitos contra idosos que têm a saúde debilitada. Ainda, se destacam crianças e adolescentes com suspeitas de violência e abusos sexuais, em sua maioria, com demandas advindas de órgãos de proteção.

Há situações decorrentes dos descumprimentos de condicionalidades do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, salientando que esse Programa de Transferência de Renda do Governo Federal foi encerrado, sendo substituído pelo Auxílio Brasil. Este mantém os mesmos critérios e exigências de cumprimento de condicionalidades (saúde e educação) para permanência no programa. Quando ocorrem os descumprimentos, as famílias automaticamente entram em acompanhamento PAIF, por tempo determinado, de acordo com as situações que ocasionaram o não cumprimento das condicionalidades exigidas pelo programa.

Com o retorno presencial das atividades do CRAS, o acompanhamento familiar é realizado por meio de visitas domiciliares, contatos telefônicos, atendimentos particularizados no CRAS. São realizadas reuniões de discussão de caso envolvendo a rede intersetorial, a qual define as ações necessárias para melhor efetividade do acompanhamento das famílias, já que muitas dessas ações exige a atuação conjunta das Políticas de Saúde e Educação, assim como do Conselho Tutelar.

Entretanto, o maior desafio em relação às ações integradas esbarra na lentidão das respostas pactuações ocorridas nestas reuniões de discussão de caso, especialmente da política de saúde e do Conselho Tutelar, visto que a agilidade das intervenções impacta diretamente na efetividade das intervenções propostas para o acompanhamento familiar.

5. IMPACTOS DA PANDEMIA NO SCFV ADOLESCENTES E JOVENS

Para a equipe de referência do CRAS, a pandemia esvaziou o grupo de SCFV de jovens, pois, a maioria dos adolescentes que participam moram em estâncias e no bairro Fraternidade, sendo a locomoção apresentada como dificultador para o acesso, mesmo com a oferta do vale transporte. Antes da pandemia os adolescentes saiam da escola e já participavam do SCFV do CRAS. A questão da mobilidade urbana acaba impactando no não acesso de adolescentes e jovens.

Também se observa que um dos fatores atrativos que incentivavam os adolescentes a participarem dos encontros do SCFV era o Programa Ação Jovem, o qual não está havendo inclusões. O programa de transferência de renda aos jovens era um incentivo para se sentirem produtivos na vida financeira familiar e social, além de contribuir para o despertar no mundo do trabalho.

6. DEMANDA POR SERVIÇOS E BENEFÍCIOS

A equipe de referência observa nos atendimentos que houve um aumento de moradores na Região de Schmitt, especificamente na Vila Ramos, e se associa ao fato do valor do aluguel ser mais acessível e sem burocracia, atraindo famílias e indivíduos de outras regiões do município.

As principais demandas que se apresentam no CRAS são as solicitações de cesta básica (fornecidas no CRAS), cesta de legumes (inscrição em lista de atendimento pela Secretaria de Agricultura) e inclusão no Projeto Viva Leite (Estadual). Normalmente são famílias numerosas, que estão em situação de desemprego, em busca de reduzir gastos e precisam arcar com toda a subsistência familiar.

Também se observou o expressivo aumento de atendimentos referentes aos bairros Fraternidade I e II. Estes novos usuários da Política de Assistência Social buscam a inclusão no Cadastro Único e orientações sobre os Programas de Transferência de Renda (PTR) devido à situação de desemprego e/ou a insuficiência de renda familiar.

No território não há projetos de contraturnos escolares, voltados para crianças, as quais, muitas vezes, ocupam as ruas para brincar e interagir com os vizinhos. Ressalta-se que o território é atravessado por vicinais, onde há um fluxo grande de veículos, portanto, conforme pontuado anteriormente, é necessário a criação e implantação de serviços públicos que possam atender urgentemente essas famílias, visto que muitas crianças e adolescente ficam em situação de desproteção, dadas as situações de vulnerabilidades e risco social que podem terminar em violações de direitos.

7. DESEMPREGO E RENDA

Muitas pessoas perderam o trabalho formal ou ficaram impedidos de realizar o trabalho que desempenhavam, seja porque a procura por esses trabalhos ficou escassa diante da crise econômica, seja porque, com a pandemia, tiveram que encerrar as atividades durante o período de isolamento social.

Nos atendimentos particularizados realizados no CRAS neste período, era bastante comum relatos de pessoas que não conseguiram voltar para o mercado de trabalho, pois tiveram que se desfazer de seu material de trabalho para gerar renda, além da não procura pelo serviço que desempenhavam, assim como a não recontratação.

Essas características foram observadas principalmente entre a população adulta, entre 30 e 65 anos, que sentiram o impacto da ausência de emprego. Por trabalharem boa parte da vida laboral de forma informal, não realizaram contribuições previdenciárias ou, se as realizaram, não possuíam direito a qualquer benefício, seja pela insuficiência de tempo de contribuição, seja por não terem atingido a idade exigida. Essa população também não se enquadra nos critérios de acesso ao BPC, ficando totalmente desamparadas.

O fechamento das escolas durante a pandemia impactou fortemente nas jovens mães que precisaram sair do mercado de trabalho para conseguir cuidar dos seus filhos, o que também impactou na renda familiar, principalmente ao se considerar famílias monoparentais. Essas famílias passaram a depender quase que exclusivamente da ajuda de familiares, amigos, comunidade, ofertas dos serviços do CRAS e coleta de material reciclável.

Os rebatimentos da pandemia também impactaram fortemente nas famílias que residem no bairro Estância Santa Catarina, onde se observou que a perda do trabalho informal fez com que famílias, antes residentes em imóveis separados, passassem a residir juntos, em espaços reduzidos, como estratégia para cortar gastos.

Assim, tornou-se comum que famílias inteiras se mudassem para a residência de parentes que tivessem uma renda mensal garantida, normalmente os avós, beneficiários principalmente de BPC idoso, que passaram a ser os principais responsáveis pelo sustento familiar. Isto também levou com que os adultos, antes trabalhadores informais das mais diversas áreas, passassem a coletar reciclagem como forma de complementar essa renda.

Já no bairro Fraternidade, o agrupamento de núcleos familiares decorre da migração, visto que, famílias provenientes, em sua maioria da região Nordeste do país, vem para Rio Preto em busca de melhores condições de vida. Estes costumam locar casas no referido bairro, nas quais convivem diferentes núcleos familiares em um único imóvel, concentrando assim um grande número de famílias compartilhando a mesma casa e demais despesas.

Importante salientar que o território também possui empresas e indústrias que necessitam de mão de obra. Porém, há exigência de qualificação profissional, o que resvala no nível de escolaridade. Como a população do território possui baixa escolaridade e qualificação profissional, não se enquadram na oferta de vagas existentes.

Identifica-se a necessidade da oferta de supletivo no território (EJA), desde que sejam associados a cursos de qualificação profissional e que, após conclusão, já sejam direcionados ao mercado de trabalho na sua área de interesse. Para tanto, é necessário parceria entre as Secretarias Municipais de Educação e Trabalho e Emprego.

Nessa direção, a equipe do CRAS destaca uma avaliação de que as ações referentes às políticas de trabalho e emprego podem não ser efetivas para a Região, pois não atende as necessidades apresentadas pela população, principalmente na referente articulação dos candidatos aos postos de trabalhos e empresas contratantes, como também na capacitação, qualificação e preparação para a ocupação das vagas de trabalho disponíveis. Estes fatos dificultam a inserção de muitos trabalhadores no mercado de trabalho formal.

Outra questão fundamental é que essa oferta se dê dentro do próprio território, considerando-se as questões de mobilidade urbana, objeto de constante reclamação da população, fato já apontado em outros estudos realizados sobre o território, inclusive no Plano Diretor, audiência pública sobre o transporte urbano, intersetoriais, etc.

8. VILA RAMOS

A macrorregião de Engenheiro Schmitt possui uma dimensão territorial bastante extensa, esparsa e heterogênea, cada bairro ou estância apresenta características singulares, o que dificulta a compreensão de sua totalidade, que não pode ser lido ou interpretado a partir da dinâmica de um único bairro.

A Vila Ramos trata-se de um bairro localizado na região central do Distrito de Engenheiro Schmitt e destaca-se por suas particularidades. Ele é constituído por uma única rua (Rua São Judas Tadeu) com edificações situadas em apenas um dos lados da via, pois no lado oposto dela existe um córrego. Os moradores utilizam a vegetação das margens desse córrego para pastagem de animais como também criação de galinhas. Em alguns espaços onde há prevalência de sombras das árvores, os moradores fazem extensões de seus domicílios, portanto, é comum encontrar mulheres, crianças ali sentados, confraternizando e brincando no local.

Quase todas as edificações são geminadas e edificadas de forma irregular, às margens da linha férrea. Assim, a energia elétrica também é irregular sendo bastante comum cortes por parte da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Outra singularidade deste bairro é o intenso tráfico de substâncias psicoativas, que já se naturalizou por seus moradores.

Com relação à violência doméstica ou crimes acabam por tornarem-se invisíveis, também pela naturalização dos moradores, o que acarreta a subnotificação. Isto posto, as violações de direitos não chegam ao conhecimento dos órgãos de proteção ou mesmo das autoridades competentes e, por conseguinte, no acompanhamento no PAEFI (CREAS) e demais serviços de média complexidade.

No mais, por ser um local com locação de imóvel facilitada, ou seja, sem burocracia e valores acessíveis, muitas famílias optam por permanecer ou se instalar ali, advindas de outros territórios, bairros ou mesmo de outros municípios e estados, possuindo forte presença de migrantes da Região Nordeste. Outra característica é

que a população ali residente tem por hábito mudar de residência com frequência, embora permaneçam dentro do bairro.

Essas características fazem com que a Vila Ramos se destaque e se diferencie do restante da região central de Engenheiro Schmitt, no qual a população, em geral, é antiga no território, provenientes de famílias que foram pioneiras em sua povoação e constituição de comércios locais, as quais são proprietárias de suas residências e comércios.

9. COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS COMO FONTE DE RENDA

Quanto à população que sobrevive da coleta de materiais recicláveis, observa-se, de forma geral, a escolaridade até o quarto ano do Ensino Fundamental, ou seja, caracteriza-se por serem pessoas com baixa escolaridade e com dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal.

Em um levantamento feito durante as ações particularizadas neste equipamento e nos domicílios, constata-se que a principal fonte de renda de uma parcela da população é proveniente da venda de produtos e ou materiais recicláveis.

Justifica-se ainda que nas proximidades deste território há condomínios de alto padrão, empresas e comércios variados que produzem em grande quantidade materiais recicláveis, dos quais, por não terem uma coleta seletiva e um descarte apropriado, se tornam fonte para coleta da população em situação de desemprego.

Embasados neste contexto, o CRAS solicitou, por meio de uma reunião intersetorial e de articulação com a subprefeitura, a instalação de um Ponto de Apoio da Cooperlagos neste território para facilitar e agilizar o comércio de materiais recicláveis, inserindo essa população na geração de renda.

10. MOBILIDADE URBANA

Em levantamento realizado com a população, averígua-se uma desigualdade relevante dentro do próprio território de Schmitt. As maiores diferenças acontecem em bairros mais distantes em relação ao centro do subdistrito, principalmente em três áreas importantes:

1. Estâncias;
2. Fraternidade;

3. Centro de Schmitt.

Nas Estâncias como Santa Catarina, Santa Luzia e Nova Veneza, os horários de transporte coletivo são reduzidos, com o argumento da falta de demanda. A situação se agrava em estâncias mais distantes, como a Primavera, pois a população precisa andar quilômetros até encontrar um ponto de ônibus. Para melhor entendimento, vide anexo 1, que apresenta os horários dos ônibus que passam no território (dados tirados do site www.riopretrans.com.br em 04/02/2022).

Outro ponto negativo é a inexistência da ligação interbairros. Considerando os extremos do território, Estância Santa Catarina e Estância Nova Veneza, por exemplo, não há conexão entre eles através das linhas de ônibus hoje existentes. O ônibus que passa pela Estância Santa Catarina não chega à Estância Nova Veneza, vindo apenas para o centro de Schmitt e retornando ao terminal pela rodovia vicinal ou pela rodovia Washington Luís.

Situação pior encontra-se na linha que passa pela Estância Nova Veneza, que nem ao menos adentra o território central de Schmitt. Nesta situação, caso algum residente do bairro precise ir até a UBSF do território, por exemplo, terá que ir até o terminal central para pegar outro ônibus e retornar a Engenheiro Schmitt.

Esta situação sempre existiu e, apesar de diversos apontamentos feitos pela população, não há qualquer perspectiva de que se altere, o que acaba por inviabilizar o acesso da população aos serviços públicos. Muitos preferem, por exemplo, passar pelos serviços de saúde do território da Vila Toninho, já que o ônibus que sai do Nova Veneza adentra aquele território antes de ir para o terminal central.

Ainda vale destacar que as dificuldades de mobilidade urbana vivenciadas pela população local são agravadas pela falta de infraestrutura. As chuvas fortes acabam comprometendo as ruas e estradas das estâncias onde o asfalto é precário e feito de modo improvisado, sem a infraestrutura necessária. Assim, as chuvas abrem crateras que dificultam ou inviabilizam a passagem de veículos (automóveis, ônibus, etc.).

Na zona rural, onde não há asfalto, o excesso de chuvas isola a população e os prejuízos são imensuráveis, considerando-se a perda de dias de trabalho, as faltas das crianças e adolescentes na escola e, em caso de doença, a falta de condições para que chegue o socorro via SAMU ou mesmo que a população chegue, por meios próprios, até o serviço público de saúde.

No bairro Fraternidade, além dos horários reduzidos e poucas opções de transporte coletivo ao longo do dia, caso algum morador queira se locomover até o centro de Schmitt (para acessar algum serviço público, como o CRAS, UBSF e escolas) é necessário utilizar o ônibus indo até o centro de Rio Preto e voltando para o centro de Schmitt. Muitas vezes, os moradores preferem se locomover a pé ao invés de usar o transporte público, devido ao tempo que demoram para acessar esses serviços via circular.

Já no centro de Schmitt a realidade é diferente. Apesar da facilidade de locomoção e maior quantidade de ônibus no decorrer do dia, existem poucas opções de horários de transporte coletivo, porém, é importante destacar que a conjuntura social no âmbito de mobilidade urbana é completamente desigual em relação aos bairros distantes, conforme explicitado anteriormente, uma vez que aqui, apesar de haver poucos horários de ônibus, eles existem e são prestados ininterruptamente, o que não ocorre no caso da zona rural.

Dessa forma, se faz necessária uma reestruturação na logística da mobilidade urbana, considerando que futuramente haverá o Ganha Tempo no Centro Schmitt, além da dificuldade da população para acessar os serviços públicos do território e em São José do Rio Preto, como por exemplo, serviços de saúde especializados, educação e comércio, dentre tantas outras necessidades cotidianas.

11. PAEFI: VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS NO TERRITÓRIO

De acordo com os dados apresentados pela Vigilância Epidemiológica de São José do Rio Preto, foram identificadas 2.237 notificações realizadas pela ficha Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no ano de 2020 no município.

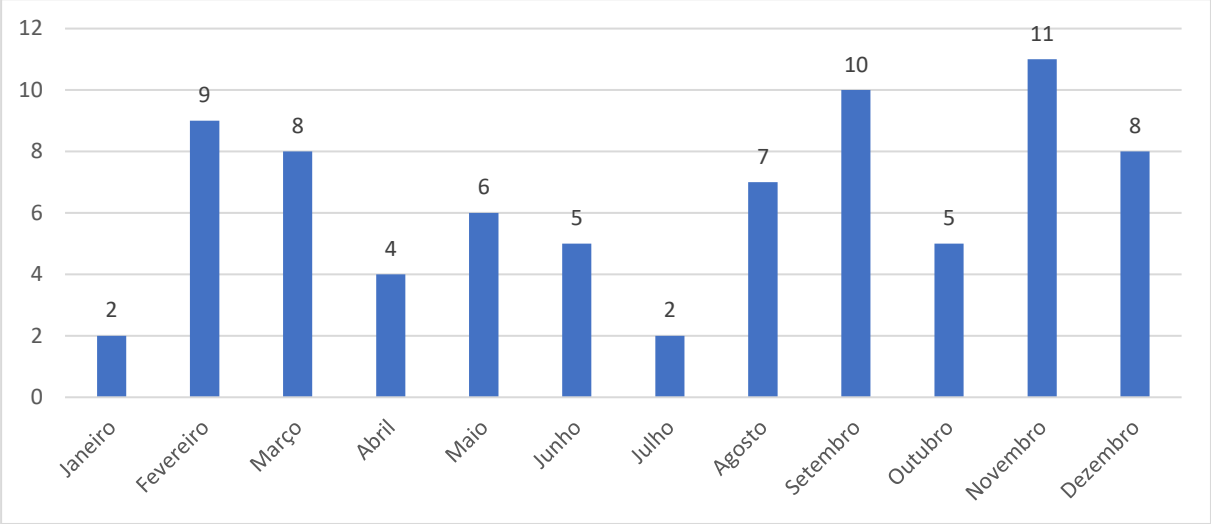
Deste montante, a Proteção Especial de Média Complexidade acompanhou 691 famílias nos dois CREAS existentes no município durante ano de 2020. No decorrer do ano de 2020, o CREAS I atendeu o total de 423 famílias ou indivíduos no PAEFI, sendo 63,59% dos casos relacionados a crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, seguidos de idosos com 30,26% e pessoas adultas de 18 a 59 anos com 6,14%.

Na Região Schmitt, foram notificados por meio da ficha SINAN, no ano de 2020, 77 casos suspeitos e/ou confirmados de violência interpessoal e/ou autoprovocada. Os meses em que mais ocorreram notificações foram setembro, com 12,98% casos e

novembro com 14,28% dos casos. Observa-se queda nas notificações nos meses de abril, com 5,19% em janeiro e julho com apenas 2,59% de casos notificados.

A equipe do PAEFI destaca, com base no gráfico abaixo, que no primeiro semestre da pandemia as notificações no SINAN de violação de direitos diminuíram, possivelmente pelo não funcionamento dos serviços de educação, SCFV e serviços de saúde básica, além dos períodos de *lockdown* decretados a partir do segundo trimestre de 2020 no município.

Gráfico 1 — Distribuição das notificações de janeiro a dezembro de 2020, Região Schmitt, Total 77, São José do Rio Preto, 2021.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância em Saúde/Vigilância Epidemiológica, Prefeitura de São José do Rio Preto.

Dos 77 casos identificados pela Vigilância Epidemiológica no território, a maior incidência dos casos refere-se às situações de violência física, com o total de 25 casos, seguida da autoprovocada 20 casos e a psicológica/moral 17 casos notificados.

Quadro 5 — Tipo de violência, janeiro a dezembro de 2020, Região Schmitt, São José do Rio Preto, 2021.

FÍSICA	25
PSICOLÓGICA/MORAL	17
TORTURA	1
SEXUAL	6
TRÁFICO DE SERES HUMANOS	0
FINANCEIRA/ECONÔMICA	0
NEGLIGÊNCIA/ABANDONO	8
TRABALHO INFANTIL	0
INTERVENÇÃO LEGAL	0
AUTOPROVOCADA	20

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância em Saúde/Vigilância Epidemiológica, Prefeitura de São José do Rio Preto.

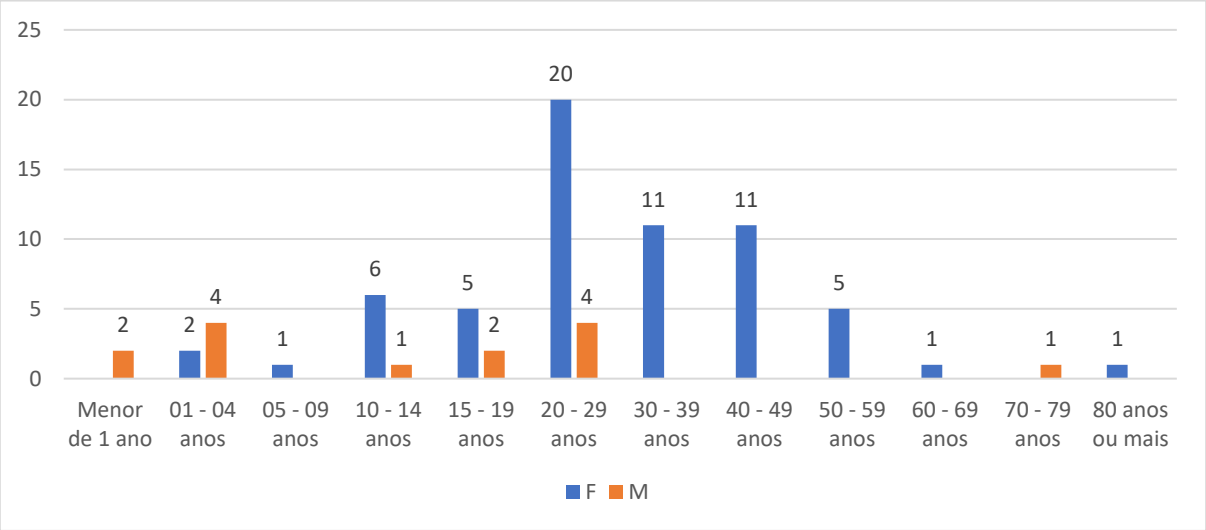
O CREAS atendeu 48 famílias, cerca de 62,3% dos casos notificados em 2020, em virtude de suspeita ou confirmação de violação de direitos do território de abrangência do CRAS de Schmitt.

Analisando os dados das famílias inseridas em PAEFI no ano de 2021, através das listas nominais, pode-se observar que as situações de negligência/abandono correspondem a 47% dos casos, seguidos pela violência física 26%, o abuso sexual com 15% e violência psicológica com 10%. Ressalta-se que durante acompanhamento PAEFI são identificadas outras violações e outros fatores (como uso de substância psicoativas, por exemplo), porém, os dados complementares junto às listas nominais ocorrem manualmente, o que interfere na atualização dos dados.

Observa-se que devido à escassa oferta de espaços protetivos à criança, adolescente, idoso e pessoa com deficiência, os familiares que não possuem rede de apoio, obrigatoriamente precisam se ausentar de seu domicílio para trabalho, deixando assim, seu familiar exposto a risco.

Com relação à idade das vítimas, destaca-se a faixa etária de 20 a 29 anos, com 31,16% dos casos notificados. Referente as faixas etárias de 30 a 69 anos, somaram 36,36% dos casos. As notificações indicaram como predominantes vítimas do sexo feminino, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 2 — Distribuição das notificações por faixa etária e sexo, janeiro a dezembro de 2020, Região Schmitt, Total 77, São José do Rio Preto, 2021.



Fonte: Secretaria Municipal d e Saúde, Vigilância em Saúde/Vigilância Epidemiológica, Prefeitura de São José do Rio Preto.

Nessa direção, a equipe do CRAS, em discussão coletiva realizada em reunião para construção do Diagnóstico Socioterritorial, pontua que, no cotidiano dos atendimentos e acompanhamentos PAIF, a violência contra mulher se apresenta, predominantemente, sob a forma de violência doméstica, decorrentes de situações de violência física, psicológica e patrimonial. Os casos são encaminhados para atendimento e acompanhamento no Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM), lotado na Secretaria da Mulher, Pessoa com Deficiência e Igualdade Racial. Contudo, no que tange às ações pertinentes à Política de Assistência Social, as situações decorrentes da violência contra a mulher são atendidas no âmbito da Proteção Social Básica pelo CRAS e CREAS, visto que as mulheres são, em sua maioria, as responsáveis familiares de crianças e adolescentes em acompanhamento no PAEFI. Vale destacar que, nos casos de violência doméstica, as situações de violação de direitos se estendem a crianças e adolescentes.

Os dados de notificação SINAN demonstram que ocorreu aumento das notificações do município referente ao trabalho infantil, de 2018 a novembro de 2021,

com aumento em 113%. Com relação à Região Schmitt, ocorreu apenas uma notificação durante todo o ano de 2020 e nenhuma notificação em 2021. Salientamos sobre a subnotificação e a dificuldade de notificação de trabalho infantil devido à naturalização desta violação pelas famílias e sociedade em geral.

De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância em Saúde/Vigilância Epidemiológica, no ano de 2020 foram 188 notificações de violência sexual no município, destes, 6 casos, o que representa 3,19%, foram identificados na região de Schmitt para acompanhamento da PSE de Média Complexidade. Em 2021, o CREAS acompanhou em PAEFI três casos por situação de abuso sexual no território.

Observa-se que, mesmo havendo um fluxo municipal estabelecido, há desencontros na comunicação/orientação da condução dos casos nos diversos equipamentos da rede de proteção, tanto municipal como em órgãos de Defesa de Direitos.

Muitas vezes os casos que advêm da Delegacia da Mulher e/ou encaminhados pela Vara da Infância e Juventude, são encaminhados ao CREAS sem a realização de atendimento no CAPS ou outro serviço de saúde mental. Considerando os casos de violência sexual, percebe-se que o trabalho desenvolvido no PAEFI não é compreendido pelos demais atores da rede, assim como o fluxo de atendimento estabelecido no município. Afinal, os órgãos citados esperam equivocamente que o CREAS realize ações que são de competência da rede de atendimento de saúde.

Diante das situações de suspeita e/ou confirmação de violação de direitos e a demasiada dificuldade de compreender e executar o fluxo de notificação do município, resulta na subnotificação e falta de preenchimento do SINAN.

Com base nos dados das famílias acompanhadas em PAEFI, durante o ano de 2021, pode-se apontar que 30% dos casos foram encaminhados pelo Conselho Tutelar, seguidos pela demanda espontânea com 30%, CRAS Schmitt com 20%, Vara da Infância e Juventude com 10% e UBS Schmitt e Delegacia da Mulher, ambas com 5% cada.

Contudo, faz-se necessário apontar que a rotatividade de técnicos que atuam na PSE de média complexidade implica diretamente na identificação das demandas e potencialidades do território e vinculação com família/usuário, comprometendo diretamente os objetivos do acompanhamento na superação da violação vivenciada.

Pontua-se ainda que a inexistência de um fluxo de atendimento construído em conjunto com as demais políticas contribui para o agravamento das violações notificadas, o que compromete diretamente o acompanhamento realizado em PAEFI. Para o alcance dos objetivos deste Serviço, o qual visa a superação da violação, se requer um tempo de acompanhamento e em conjunto com demais serviços das políticas públicas, rede socioassistencial e Poder Judiciário, portanto, sem esse engajamento a família/indivíduo acaba por ser negligenciada pelo próprio Estado.

Discorrendo sobre as notificações SINAN, no decorrer do ano 2020, 64,94% dos casos notificados no território do CRAS Schmitt são provenientes de violência por repetição, ou seja, já ocorreram outras vezes, enquanto 27,27% do total de casos referem-se às novas situações de violência. Tem-se a predominância de situações que vieram a reincidir, de modo que o ciclo de violência e violações de direitos não foram superados e muito se deve em função da negligencia institucional por parte do Estado.

Na análise das notificações por violações de direitos, com recorte do território Vila Ramos (bairro próximo a linha do trem no Distrito de Schmitt), verifica-se o não acompanhamento por situação de suspeita/e ou confirmação durante o ano de 2021 pelo PAEFI, ou seja, não foram identificadas famílias em situação de violação de direitos. Tal fato é de extrema preocupação, o que amplia a reflexão acerca da subnotificação, seja ela em decorrência da naturalização das situações de violência pela comunidade local ou pelo distanciamento das políticas públicas e suas ofertas junto à população.

Identifica-se ainda que a solicitação de inclusão em ILPI tem sido constante no território. Acredita-se que, devido à escassa oferta de serviços à pessoa idosa, as famílias não contam com o auxílio de políticas públicas locais que possam contribuir com o suporte do cuidado do idoso em domicílio. Os familiares que não possuem rede de apoio precisam, obrigatoriamente, se ausentar de seu domicílio para trabalho, deixando assim, seu familiar exposto à risco, não conseguindo efetivar a proteção de forma independente, contribuindo com o aumento da solicitação de acolhimento de idosos em ILPI.

11.1 Violência autoprovocada no território

A equipe de referência do CRAS Schmitt identifica que uma das situações de violências mais evidentes no território é a autoprovocada, sendo que muitos dos casos são notificados pela rede local de educação, pois, geralmente, trata-se de crianças e adolescentes. Também são identificados pela UBS local, visto que são situações de violências que decorrem de tentativas de suicídio e estão relacionados a pessoas com histórico de saúde mental e dependência de medicação controlada. Relatam ação da UBS local, que disponibiliza um farmacêutico para fazer o acompanhamento em domicílio dos pacientes que fazem uso de medicamento controlado, para prevenir tentativas de suicídio por ingestão de medicamentos.

Conforme dados da Secretaria da Saúde/Vigilância em Saúde e Vigilância Epidemiológica (2022), nos anos de 2019, 2020 e 2021, foram notificadas o total de 55 situações de violência autoprovocada na Região Schmitt. A violência autoprovocada/auto infligida compreende casos de ideação suicida, autoagressões, tentativas de suicídios e até mesmo a realização deles. E com relação aos acompanhamentos desses casos, as intervenções e ações são realizadas pelas equipes de saúde, sendo acompanhadas pelo CRAS e CREAS, quando identificadas demandas pertinentes a Política de Assistência Social.

11.2 Impactos da mobilidade urbana nas violências e violações de direitos

Os acompanhamentos PAEFI do território estão relacionados a situações de negligencias envolvendo idosos e violência física à crianças e adolescentes, na maioria dos casos. São idosos com vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos que necessitam de cuidados para as atividades da vida diária e que não têm condições de acesso a demais serviços da rede, pois moram em estâncias de difícil acesso.

Quanto às violências físicas, observa-se que há muitas crianças e adolescentes que sofrem violência de seus genitores, por vezes, associadas a situações em que estes familiares são usuários de drogas ou são intolerantes às questões de gênero e diversidade sexual, sendo este fator ligado à grande predominância religiosa cristã.

Essas situações chegam à rede de atendimento em forma de denúncia por parte de vizinhos e conhecidos. A equipe destaca que em muitas situações de violências e violações ocorridas nas estâncias, a população local costuma intervir (fazem justiça com as próprias mãos), visto que o acesso à rede de atendimento é difícil. Não tem policiamento efetivo nas estâncias e a dificuldade de mobilidade contribui para que muitos casos não cheguem a ser denunciados oficialmente, dessa forma, constitui-se situações de violências agravadas que ficam isoladas nas localidades mais longínquas do território.

Vale destacar que, mesmo a Região contando com bases da Guarda Civil Municipal e Polícia Militar, não é possível acioná-las diretamente. As chamadas e ocorrências devem ser efetuadas na central, que se localiza em Rio Preto, e posteriormente são transferidas para as unidades locais. Os usuários relatam que esse processo é demorado, de forma que quando estes chegam nos locais já não é mais necessário, principalmente em casos de violência doméstica.

11.3 Medida Socioeducativa em Meio Aberto Região Schmitt

Introdução

A seguir apresentaremos alguns dados coletados sobre 9 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa da região de Schmitt em São José do Rio Preto, tendo como recorte o mês novembro/2021. Como complemento, serão apresentados também alguns dados do diagnóstico realizado pelas equipes do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE/MA) dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) I e II no ano de 2019, tendo como público alvo os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa referenciados ao serviço, que somaram 229 participantes (lista nominal de acompanhamento de novembro de 2019).

Na ocasião, este Diagnóstico foi elaborado com a perspectiva de dar visibilidade às particularidades e demandas dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, com o objetivo de ser utilizado como ferramenta de diálogo com as demais políticas públicas e sensibilizá-las sobre a necessidade e a responsabilidade de adequarem-se para atendê-los, visto que apenas através do acesso a tais direitos seria possível garantir a proteção integral destes adolescentes (BRASIL, 1990).

Dados das medidas socioeducativas

A Liberdade Assistida (LA) constitui a maior parte das Medidas Socioeducativas (MSE) executadas por este Serviço no território, sendo 86% dos casos, e a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) apenas 14% do seu público. A maioria dos adolescentes atendidos não é reincidente no cumprimento de medida socioeducativa (86%). A taxa de descumprimento das medidas socioeducativas é de 14%.

O ato infracional de maior representatividade neste território é o furto qualificado (29%), seguido por: tráfico de drogas, estupro de vulnerável, importunação sexual e descumprimento de medida sanitária preventiva, todos com 14%.

Pela infração de falsidade ideológica, cumprem medida socioeducativa um grande número de adolescentes, especialmente de classe média e classe média alta, que frequentam as festas da cidade. Pela infração de perigo à vida ou saúde de outrem, cumprem medida socioeducativa adolescentes muito jovens, quase crianças, que ainda brincam de empinar pipa.

Dados gerais

As idades dos adolescentes atendidos variam de 14 a 18 anos, sendo: 14 anos (14%), 15 anos (29%), 16 anos (43%) e 18 anos (14%). Quanto ao gênero, predomina o público masculino (100%).

No momento de elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), a maioria dos jovens se auto declararam como: branco (57%), pardo (29%). Nenhum dos adolescentes se declara negro. Não há informação de declaração de etnia de 14% dos adolescentes.

No que tange à sexualidade, não se têm dados declarados dos adolescentes. É importante destacar que a equipe respeitou a autodeclaração dos adolescentes na coleta destas informações, independentemente de divergência com a realidade.

Não há adolescentes com filhos, o que geralmente está relacionada ao quantitativo de usuárias do gênero feminino que em grande maioria são mães solo.

Saúde

Todos os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Schmitt relataram que não fazem acompanhamento em saúde.

De acordo com o levantamento do SMSE-MA 2019, dos 229 adolescentes, os poucos adolescentes (13%) que referiram fazer algum tipo de acompanhamento em saúde indicaram, em sua maioria (5%), frequentar o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Observamos que a principal demanda em saúde não atendida por este público é em Saúde Mental (44%).

A maioria dos adolescentes do território (86%) não declarou informações sobre fazer ou não fazer o uso de substâncias psicoativas, temos declarado o não uso de substâncias de 14% dos adolescentes.

Educação

Dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, que são moradores de Schmitt, 43% estão matriculados na escola e 57% estão fora da rede de ensino ou sem informação.

Com relação à escolaridade, 6 adolescentes estão no ensino médio e 3 no ensino fundamental.

De acordo com o levantamento feito pelo SMSE-MA 2019, 27,07% dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em Rio Preto relataram ter tido dificuldades para efetivar sua matrícula escolar, tendo como destaque alguma forma de embaraço do procedimento escolar (9%), a falta de vagas (3%) e a família não ter comparecido à escola para fazê-lo (6%). Relataram ter tido dificuldade em permanecer na escola 62% dos adolescentes. Em 11% dos casos estudados, foi relatada a necessidade não atendida do adolescente passar por uma avaliação pedagógica na escola.

Trabalho e Renda

Dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa moradores de Schmitt, 29% informaram estar trabalhando, porém, nenhum deles por vínculo formal de trabalho, sendo 100% com vínculo informal. De acordo com o levantamento SMSE-MA 2019, a principal ocupação dos adolescentes em trabalho informal é em algum tipo de trabalho braçal (servente de pedreiro, por exemplo).

De acordo com o levantamento SMSE-MA 2019, dos 229 adolescentes atendidos, 60% foram encaminhados às agências para inserção no mercado de trabalho formal (seja por vínculo de estágio ou Jovem Aprendiz), 21% não foram encaminhados porque não tinham interesse e 19% não foram encaminhados por não

atenderem aos critérios mínimos de idade e escolaridade.

Ainda usando como referência este levantamento de 2019, 48% dos adolescentes fizeram algum tipo de curso profissionalizante. A maioria (59%) os fez durante o período de internação na Fundação Casa. Os cursos que mais fizeram foram: informática (31%), auxiliar de escritório (12%) e alimentação (8%).

Segundo o levantamento SMSE-MA 2019, 28% dos adolescentes não fizeram o curso e alegam não ter interesse, 22% alegam como impeditivo o custeio do curso, 18% alegam que os cursos gratuitos não são de seus interesses, 6% alegam não ter vaga no curso de seu interesse, 9% não atendem aos critérios para poder matricular-se nos cursos disponíveis, 4% informaram que os cursos eram ofertados em locais distantes, 6% relataram conflito entre o horário de trabalho e os cursos disponíveis, 4% alegam não poder custear o transporte.

Cultura, Lazer e Esportes

Nenhum adolescente da Região afirmou estar inserido em programas de esportes.

Conforme o levantamento SMSE-MA 2019, dos adolescentes que referem conhecer espaços de cultura em Rio Preto, apenas 7% os frequentam. Aqueles que não os frequentam, 91% dos casos alegam não ter interesse e 9% deles dizem não ser prioridade.

O espaço de cultura mais frequentado pelos adolescentes é o cinema (10%), seguido pela Batalha de Rap (1%) e shopping (1%).

No que tange às diversas atividades entendidas como lazer pelos adolescentes, passatempo com os amigos é o relato que mais aparece (28%), seguido por: ir ao campo de futebol (11%), usar o celular (10%), assistir filme/TV (9%) e ir ao shopping (8%). Afirmaram praticar esportes 64% dos adolescentes, enquanto 34% não são adeptos. O esporte mais praticado é o futebol, sendo realizado por 74% dos adolescentes

Desafios encontrados na execução das MSE em Meio Aberto

Observa-se que os números apresentados colocam muitos desafios tanto ao serviço de medidas socioeducativas como às demais políticas públicas no sentido de garantir a proteção integral dos adolescentes.

Destacamos como principais desafios, a necessidade de propostas de metodologias interessantes para adolescentes de 13 anos a 20 anos, atendendo às particularidades de cada faixa etária. A necessidade de atender qualificadamente as adolescentes do gênero feminino, evitando que suas particularidades e necessidades sejam invisibilizadas pela baixa incidência de mulheres em cumprimento de MSE. Há necessidade em trabalhar as temáticas sobre raça/etnia e gênero, como modelos de masculinidades, heteronormatividade, paternidade, autocuidado etc.

Com relação às políticas públicas, vê-se a necessidade de dialogar com a saúde no sentido de garantir atendimento às demandas destes adolescentes, especialmente no que tange à saúde mental. Com relação à educação, observa-se o desafio de garantir o acesso e permanência destes adolescentes no ambiente escolar, incluindo a atenção às necessidades especiais que possam apresentar.

Com relação ao trabalho e renda, reconhece-se a urgência de garantir que tais adolescentes tenham acesso aos cursos que efetivamente têm interesse e que as agências não apenas flexibilizem as políticas de encaminhamento para as vagas, como também se engajem no desafio de inserir tais adolescentes no mercado formal, de acordo com os parâmetros de proteção ao trabalhador entre 14 e 17 anos (BRASIL, 1990).

Com relação ao esporte, cultura e lazer, nota-se que os adolescentes de baixa renda têm pouco acesso a eles, o que requer a criação de ações específicas que os atendam em seus territórios de vivência.

11.4 Pessoa em Situação de Rua na Região Schmitt

A Região Schmitt tem apenas um ponto consolidado de concentração de pessoas em situação de rua, que fica no próprio Distrito Engenheiro Schmitt (rodoviária e imediações) e um usuário que tem familiares no Distrito. Dessa forma, o Centro Pop e Abordagem Social não identificam outros pontos de aglomeração de pessoas em situação de rua nesta Região.

De forma geral, os chamados da comunidade local e da subprefeitura diminuíram. Todavia, o Centro Pop e Abordagem Social realizam ações no território, sendo que as ações e intervenções realizadas dependerão das demandas apresentadas pelos usuários. As ações mais pontuais são relacionadas aos usuários encaminhados para atendimento no CAPS AD III e que, devido a desistência ou evasões, acabam ficando na Região.

A permanência no território dependerá das demandas e necessidades apresentadas, portanto, permanecem no local até conseguirem dinheiro ou vale-transporte para retornarem a Rio Preto, ou também para o consumo de álcool e outras drogas, mais especificamente, na Vila Ramos. O perfil dessa população se caracteriza por ser predominantemente do sexo masculino, em idade economicamente ativa e histórico de uso abusivo de álcool e outras drogas.

A equipe do CRAS relata que quando eles saem do CAPS AD III e permanecem no território, costumam acessar o serviço para solicitar vale-transporte ou tentar resolver questões emergentes, além do fato de se dirigem para Vila Ramos, para fazerem consumo de álcool e demais drogas.

O Serviço Especializado em Abordagem Social realiza atendimento uma vez por semana no Distrito.

12. COLETA DE DADOS

12.1 Apresentação e análise da coleta de dados com usuários e rede – Região Schmitt

A metodologia

Nessa etapa do diagnóstico, serão apresentadas as análises da coleta de dados realizada junto aos usuários e rede intersetorial da Região Schmitt. O objetivo desta fase foi apreender, a partir da vivência e cotidiano, a percepção dos usuários e rede de atendimento local sobre as principais demandas, ausências e ofertas por segmento populacional, fragilidades e potencialidades do território.

Ressalta-se que os resultados da coleta de dados são importantes para constituição do Diagnóstico Socioterritorial, pois complementam a leitura do território realizada pelas equipes do CRAS Schmitt e CREAS I, contribuindo com o planejamento e oferta de serviços públicos em consonância com as demandas e requisições apreendidas a partir do território vivido. Portanto, é um processo fundamental para que os agentes profissionais envolvidos no atendimento desses usuários realizem o trabalho social de acordo com os parâmetros e diretrizes que norteiam a Política de Assistência Social.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionário semiestruturado, tanto para os usuários como para rede. As questões que

constituíram os questionários foram elaboradas a partir das categorias apreendidas nas discussões coletivas, realizadas e sistematizadas na construção da primeira etapa do diagnóstico. Nessa direção, as questões direcionaram-se para apreensão das potencialidades, fragilidades, demandas e ofertas para idosos, crianças e adolescentes, desemprego e renda, transporte público e mobilidade urbana no território.

Na sequência, após o levantamento das famílias que potencialmente poderiam participar da pesquisa, a amostragem inicial foi delimitada a 20 usuários/as dos programas e serviços da socioassistenciais do SUAS. A amostragem buscou abranger usuários do CRAS e CREAS (PAEFI e MSE em Meio Aberto), considerando a disponibilidade dos usuários participarem da coleta de dados, no período entre 18/03/2022 a 30/03/2022. Foram efetivados o total de 13 entrevistas e os questionários foram aplicados presencialmente nas visitas domiciliares, nos atendimentos individuais e antes da realização dos grupos do CRAS.

Para pesquisa com a rede, optou-se pela aplicação do questionário via Google Forms. E para operacionalização desta etapa da coleta de dados, a coordenação do CRAS realizou a divulgação da atividade durante a Reunião Intersetorial da Região Schmitt, no dia 17/03/2022. Na ocasião, também foi esclarecida a finalidade da consulta à rede e sobre o direcionamento dado ao questionário, com vistas a contribuir para apreensão das percepções das particularidades do território e das principais demandas apresentadas pela população usuária dos serviços públicos locais. O questionário foi encaminhado para as unidades escolares do território, UBSF, CAPS, Praça de Cultura e Esportes e Subprefeitura. Ao todo foram encaminhados nove e-mails para os equipamentos do território, contudo, apenas cinco das unidades prestadores de serviço público responderam o questionário.

No que se refere à sistematização e análises dos dados, estes foram apresentados em blocos, sendo organizados de acordo com as questões norteadoras do questionário aplicado. A análise realizada caracteriza-se por ser descritiva e qualitativa, desenvolvida a partir das principais categorias empíricas apreendidas na fala dos participantes da pesquisa.

12. 2 Análise da coleta de dados com usuários dos serviços de CRAS e CREAS da Região Schmitt

Quadro 6 — Apresentação e caracterização das usuárias participantes da pesquisa.

Sujeitos	Idade	Gênero	Cor (autodeclarada)	Renda	Bairro	Tempo de residência no território
S1	-	Feminino	Amarela	R$ 1.500,00	Eden Leste	17 anos
S2	31	Feminino	Parda	R$ 0,00	Veneza	2 anos
S3	58	Feminino	Branca	4.800.00	Bela Vista	32 anos
S4	69	Feminino	Morena	R$ 1.210,00	Córrego do Cedro	52 anos
S5	34	Feminino	Branca	R$ 0,00	Vila Ramos	7 anos
S6	35	Feminino	Branca	R$ 0,00	Vila Ramos	Não informado
S7	63	Feminino	Parda	R$ 0,00	Vila Ramos	Não informado
S8	44	Feminino	Parda	R$ 0,00	Santa Catarina	Não informado
S9	39	Feminino	Branca	R$ 2.500,00	Santa Catarina	22 anos
S10	36	Feminino	Branca	R$ 1.500,00	Fraternidade 2	2 anos
S11	49	Feminino	Negra	R$ 1.212,00	Santa Luzia	23 anos
S12	30	Feminino	Preta	R$ 1.212,00	Vila Ramos	7 meses
S13	65	Feminino	Preta	R$ 0,00	Estância Primavera	27 anos

Fonte: CRAS Schmitt.

Os 13 usuários que participaram da coleta de dados caracterizam-se por serem todas do sexo biológico feminino, fato que demonstra que o público da Política de Assistência Social no território é, predominantemente, composto por mulheres. Aproximadamente 75% das usuárias entrevistadas correspondem à população em idade adulta, com idades entre 31 a 58 anos. O restante é composto por pessoas idosas, com idades entre 63 e 69 anos.

O intervalo de renda é discrepante, pois abrange desde famílias na condição de extrema pobreza, sem renda declarada e até a faixa de renda de quase quatro salários mínimos. O tempo médio de moradia no território, dos participantes que informaram, é de 19 anos, sendo dois anos menor tempo de residência e 52 anos o maior período.

Bloco 1 – Potencialidades do território

De acordo com os dados coletados, o CRAS e a UBSF local são unidades prestadoras de serviços públicos que mais foram citadas como potencialidades no território. Na mesma direção, apareceram os demais equipamentos de ofertas de

serviços públicos, tais como escolas, creches e praças de esportes. Uma importante observação consiste na apreensão de que essas pontuações apareceram com maior frequência nas falas dos usuários residentes no Distrito de Schmitt e bairros adjacentes.

Contudo, também há o apontamento de que, embora se tenha a presença de serviços públicos no território, as ofertas não atendem a totalidade da demanda apresentada pelos usuários. Esse apontamento pode ser observado nas falas de usuários das estâncias e do bairro Fraternidade 2

> Importante creche e posto de saúde, mas não atende a população (S10/Fraternidade 2). (sic)

Quanto à especificidade do bairro Fraternidade 2, a equipe de referência do CRAS pontua que a UBS do bairro Fraternidade não está em funcionamento. Ela atendeu emergencialmente na Pandemia de COVID-19, mas não foi inaugurada oficialmente, portanto, ainda não está atendendo a população. No tocante à situação da escola, trata-se de uma creche que atende a faixa etária de até 05 anos, acima dessa faixa etária é preciso acessar as ofertas de educação na Vila Toninho e em Schmitt. Assim, a unidade de ensino do bairro não contempla demais faixa etárias.

No que concerne à percepção das usuárias residentes nas estâncias e chácaras, estas são categóricas em afirmar que não identificam potencialidades no território vivido. Essa afirmativa foi observada, especialmente, na fala das usuárias moradoras do Santa Catarina, Veneza e Estância Primavera

> Nada! Não existe projetos para atender a população; passa dois ônibus, só na rua principal (S2/Veneza). (sic)

Sobre esses apontamentos, destaca-se que as estâncias são bairros que não ofertam infraestrutura básica para a população. Em relação aos moradores da Vila Ramos, observa-se que não se sentem pertencentes ao distrito, portanto, as possíveis potencialidades do bairro não foram identificadas e apropriadas por eles. Embora o bairro seja composto por apenas uma rua, os seus moradores vivenciam o território de modo à parte do Distrito de Schmitt, tanto que crianças e adolescentes da Vila Ramos não frequentam as praças, parquinhos e atividades esportivas ofertadas na Praça Esporte e Cultura.

Foi identificada como potencialidade a presença de indústrias, contudo, a equipe de referência identifica que a presença dessas empresas não está relacionada a possiblidades de emprego e renda para a população local. Os trabalhadores

contratados formalmente por essas indústrias vêm de outras regiões, a mão de obra local é absorvida pelas fábricas de doces e de móveis de sisal, que trabalham com terceirização (produção doméstica que envolve todos os membros da família) e remuneração por produtividade, sem proteção pela CLT. Há casos de situação de trabalho infantil, que trabalham no corte de frutas e legumes que serão utilizados na fabricação de doces nas fábricas. São situações de trabalho infantil veladas e não são denunciados pela população.

Assim, se conclui que as repostas indicam que as usuárias entrevistadas vivenciam o território de forma diferente, em virtude da localidade e dificuldades de acessar serviços básicos, por exemplo: UBSF, CRAS e escolas. Quem reside no distrito e adjacências do bairro Schmitt tende a trazer as potencialidades do território, pois esses têm mais facilidade de acessar os serviços públicos. Já quem reside nas estâncias não visualizam potencialidades, pois o seu cotidiano é marcado pelas ausências e dificuldades de acesso aos serviços ofertados, que são apenas no centro de Schmitt. Os usuários relacionam as potencialidades do território com o atendimento de demandas, possibilitando seus acessos aos direitos básicos.

Bloco 2 – Fragilidades do território

Neste bloco serão apresentadas as análises da questão que buscou apreender, a partir da vivência cotidiana, quais são as principais fragilidades identificadas pela população do território.

Para as moradoras das estâncias, as fragilidades do território estão relacionadas à falta de manutenção nas estradas para acesso aos bairros. A situação é agravada pela ausência de asfalto e/ou de manutenção nas ruas das estâncias Veneza, Primavera e Santa Catarina. Em algumas situações, foram relatadas até mesmo a precária infraestrutura e falta de saneamento básico (Santa Catarina, Santa Luzia e Primavera). Ainda foi colocado como fragilidade a oscilação na rede elétrica, vivenciada pelos moradores das estâncias Veneza e Jardim Éden

> Mais horários de ônibus, e manutenção nas ruas; energia cai com frequência” (S2/Veneza). (sic)

Do mesmo modo, foram evidenciadas as dificuldades de mobilidade urbana decorrente da ineficiência do transporte público, isso porque os horários dos itinerários das linhas de ônibus são considerados insuficientes para a população residente nas

estâncias e Vila Ramos. Fato esse que impacta no direito à mobilidade urbana e locomoção, pois interfere diretamente nas questões básicas, tais como trabalho e políticas públicas, localizados no Distrito de Schmitt e em Rio Preto

> Não possui coleta de lixo, não tem serviços de correio, falta de limpeza falta de esgoto dos terrenos, mato alto, muito inseto, difícil acesso aos serviços de saúde" (S13/Estância Primavera). (sic)

Foi apontada precária ou ausência de limpeza urbana, bem como de ações de manutenção da limpeza pública (coleta de lixo, poda de árvores, limpeza de terrenos e limpeza das ruas) para moradores das estâncias Primavera, Veneza e Vila Ramos. Destaca-se que a coleta de lixo nas estâncias Primavera e Veneza não atende integralmente as demandas da população, visto que não ocorre diariamente e que os moradores têm que percorrer uma longa distância para depositá-lo no ponto de coleta, que se localiza apenas na entrada dos bairros.

Também foi pontuado sentimento de insegurança em função de roubos e tráfico em algumas localidades da Região: Vila Ramos, Fraternidade e Córrego do Cedro. As moradoras locais destacaram que tais questões decorrem da fragilidade da segurança pública.

Outro problema apresentado, tanto nas colocações dos moradores do Distrito, bairros adjacentes e estâncias, decorre da falta de unidades prestadoras de serviços bancários e ausência de unidades prestadoras de serviços públicos (Poupatempo e Ganha Tempo) e serviços privados. Por fim, foi colocada a falta de serviço no contraturno escolar e SCFV para crianças e adolescentes.

Bloco 3 – Desemprego e renda

Nesse bloco, serão apresentados os principais resultados das análises da questão que buscou apreender a situação de trabalho e renda das participantes da coleta dedos.

As análises demonstram que todas são mulheres. Sendo que as autodeclaradas pardas e pretas estão, na maioria, em situação de desemprego. As situações de extrema pobreza e insuficiência de renda são predominantes na Vila Ramos, Jardim Veneza, Estância Primavera e Santa Catarina. E do quantitativo de quatro usuárias da Vila Ramos, três estão em situação de extrema pobreza.

Nesse contexto, 61% informaram que a família enfrenta problemas relacionados a situação de desemprego e insuficiência de renda. Vale ressaltar que

46% dessas mulheres não têm nenhuma fonte de renda, portanto, dependem de Programas de Transferência de Renda, especialmente do Auxílio Brasil, visto que os PTRs do estado de São Paulo estão em processo de reformulação

> Sim, sobrevive com Auxílio Brasil. E vendia tapete, mas não tem dinheiro para vale transporte" (S13/Estância Primavera). (sic)

A insuficiência e ausência de renda interfere nas condições de subsistência familiar dessas mulheres. Nesse sentido, apreende-se que, mesmo inseridas em PTR, o valor não é o suficiente para assegurar as necessidades básicas. Dado o exposto, nota-se que elas recorrem ao apoio da rede comunitária, composta por vizinhos e familiares, para suprir questões básicas relacionadas à subsistência familiar

> Sim, há 8 meses enfrento dificuldades para me manter, tenho dificuldade com a alimentação; com uma criança na fralda, na faixa etária de 1 ano. Dependo da ajuda de vizinhos (S2/Veneza). (sic)

Destaca-se que mesmo as usuárias que informaram fonte de renda, salientam que esta não é o suficiente para assegurar a subsistência da família, demonstrando a necessidade de um complemento na renda familiar, ainda que esteja inserida no mercado informal de trabalho, pois vivenciam problemas relacionados a renda

> Sim, tendo dificuldade para arrumar trabalho extra (S13/Estância Primavera). (sic)

Nessa direção, a equipe de referência do CRAS reconhece a predominância de famílias monoparentais femininas, com dificuldades de prover a subsistência dos filhos, nos acompanhamentos e atendimentos do PAIF. Situação essa que foi agravada em decorrência da Pandemia de COVID-19, período no qual muitas mulheres perderam seus empregos formais e, até mesmo, formas de trabalho informais.

Bloco 4 – Acesso e demandas de políticas públicas para adolescentes e jovens

Quanto a este bloco, os usuários residentes nas estâncias (Eden Leste, Jardim Veneza e Bela Vista) informam a predominância de idosos, portanto, não têm muitos adolescentes e jovens nos respectivos bairros. Desse modo, não observam a necessidade de serviços públicos para essa faixa etária. Contudo, apontam que, por se tratar de áreas de estâncias, há a presença de muitas chácaras, e essas são

locadas para festas nos finais de semanas. Nessas festas, a presença de jovens e adolescentes de outros bairros é grande e acabam por fazer o uso de álcool e outras drogas

> Não, região composta por idosos, e chácaras para locação(S1). (sic)
>
> O bairro é formado por chácaras para alugar e quando ocorre festa, tem frequência de jovens de outros bairros, ocorre uso de drogas/ álcool (S2/Veneza). (sic)

Para os usuários da Vila Ramos e Santa Catarina, o território não oferta programas e serviços profissionalizantes que possam preparar jovens e adolescentes para o mercado de trabalho, principalmente na condição de jovens aprendizes. Destacam também que o ensino público ofertado deixa a desejar, comprometendo assim o processo de formação profissional desse segmento populacional. Outro fator importante destacado pelos participantes das entrevistas é referente à falta de projetos, serviços e cursos para atender esse público no período extraescolar

> Oportunidade de jovem aprendiz dentro do território não existe" (S5/Vila Ramos). (sic)
>
> Projeto de contraturno e cursos profissionalizantes para o jovem aprendiz. Falta de mercado de trabalho (S9/Santa Catarina). (sic)

Os usuários dos bairros Fraternidade, Santa Luzia, Vila Ramos e Estância Primavera apontam que a ausência de projetos e serviços para atender jovens e adolescentes acabam por condicioná-los a utilizarem os espaços públicos de forma inadequada, muitos utilizam esses espaços para fazer uso de álcool e outras drogas. Assim, a oferta de serviços, programas e projetos voltados para essas faixas etárias promove o acesso a serviços de cultura, esporte, lazer, formação profissional, contribuindo para proteção desse público

> Os jovens permanecem nas ruas o dia todo usando drogas, álcool, sem acesso às políticas públicas, pela ausência de projeto (S12/Vila Ramos). (sic)
>
> Não tem projetos, nem praças públicas, e o bairro possui jovens que ficam ociosos, sem acesso a serviços e programas para a faixa etária deles" (S13/Primavera). (sic)

Bloco 5 – Acesso e demandas de políticas públicas para idosos

Os usuários do Eden Leste, Veneza, Bela Vista e Córrego do Cedro relatam que nos referidos bairros não se têm muitos idosos, por se tratar de áreas mais rurais. Assim como não tem associação de moradores, serviços públicos de fácil acesso, não há oferta de serviços e espaços de conivência. Vale destacar que os entrevistados pontuam que ausência de igrejas é um importante fator que contribui para a não socialização e convivência comunitária dos idosos

> O número de idosos é pequeno, os mesmos não têm acesso a nenhum tipo de serviço, neste bairro não tem igreja, sem associação de bairro (S2/Veneza). (sic)

Evidenciam a importância do SCFV ofertado pelo CRAS Schmitt, entretanto, a dificuldade de acesso impossibilita a participação desses idosos nas atividades ofertadas

> Não tem atividades voltada para idosos, o único serviço oferecido é do CRAS Schmitt, que é distante, não tendo horário aproximado de ônibus para frequentar (S4/Córrego do Cedro). (sic)

Os usuários entrevistados ressaltam que essas dificuldades de acesso se dão pelos problemas de mobilidade urbana, tornando-se um impeditivo também para que os idosos acessem os serviços de saúde, tanto na UBSF local quanto nos serviços especializados, que são centralizados em Rio Preto. Quanto a essa questão, a equipe do CRAS observa que, de forma geral, a população não tem conhecimento sobre o direito de concessão de vale transporte para acesso aos serviços de saúde em Rio Preto. É preciso se atentar para particularidades das estâncias e chácaras, pois, além da distância, os poucos horários do itinerário do transporte público dificultam a locomoção e nem sempre os horários atendem as necessidades da população. Foi indicado que em algumas estâncias e chácaras o ultimo horário de ônibus se encerra às 19h00, impedindo acesso aos serviços públicos básicos à noite, gerando situações de risco e desproteção

> Também a falta de horário de ônibus pontua que o último horário é às 19:00 (S8/Fraternidade 2). (sic)

A situação acima citada é agravada por outros fatores. Usuários da estância Santa Luzia e Santa Catarina, por exemplo, relatam que a distância das chácaras e estâncias prejudica os atendimentos imediatos e urgentes, como chamadas para o SAMU e Policia Militar

Demora do SAMU em atender aos chamados. O mesmo ocorre com a polícia (S11/Santa Luzia). (sic)

Bloco 6 – Acesso e demandas de políticas públicas para crianças

Observa-se que, de forma geral, tanto usuários das estâncias, como do Fraternidade 2 e do Distrito de Schmitt, apontam a ausência de projetos e serviços para atendimento de crianças no período adverso das escolas. Ressaltam, principalmente, a falta de SCFV (com período integral, não oficinas) e o contraturno escolar no território.

É importante destacar, como particularidade, que os moradores indicaram a falta de parque, praça e oferta de atividades esportivas para esse público específico na Vila Ramos. Contudo, no Distrito de Schmitt são ofertadas atividades e tem uma praça para ações de socialização e convivência. Sobre isso, a equipe do CRAS ressalta que os moradores desse bairro não se sentem pertencentes ao território de Schmitt, portanto, não se apropriam dos espaços públicos e não participam de atividades e ações públicas de outras regiões do Distrito.

Ainda, referente à ausência de SCFV e contraturno escolar, os entrevistados salientam que essa situação é agravada em função da não oferta de vale-transporte ou transporte para crianças acessarem serviços e projetos ofertados em outras Regiões do município. Reforçam que muitos pais não têm condições financeiras de arcar com os custos do vale-transporte

> Não tem projeto para crianças. Não há ofertas para crianças frequentarem outros locais, a maioria não tem condição financeira de participar de projetos devido ao vale transporte (S13). (sic)

Identifica-se que a ausência de SCFV e contraturno escolar no território de Schmitt expõem crianças a situações de vulnerabilidades e risco social, pois muitas ficam sob os cuidados de irmãos e/ou vizinhos, outras ficam sozinhas em casa, e ainda têm aqueles que, sem supervisão, saem para ruas, praças, ficando na companhia de adultos desconhecidos e sujeitas ao tráfico e uso de substâncias psicoativas

> Ficam nas praças com os mais velhos usando droga (S10). (sic)

> Sim as crianças ficam sozinhas e sobre aos cuidados (irmãos/vizinhos). Ficam nas ruas já inseridas no consumo e tráfico de drogas (S12). (sic)

Bloco 7 – Impactos do transporte público e mobilidade urbana no acesso ao CRAS e CREAS

Referente à mobilidade e transporte para acesso ao CRAS alguns informaram ser *"satisfatório"* já que a unidade fica no Distrito de Schmitt. No entanto, outros usuários residentes em estâncias entendem o acesso como distante e dificultoso. Tal fato se relaciona aos problemas relacionados ao transporte público, com horários e itinerários das linhas que são escassos, reforçando o não atendimento das necessidades desses moradores.

O apontamento específico desses moradores é expresso pela vivência de obstáculos de acesso às políticas públicas no quesito mobilidade urbana, mesmo que seja fornecido o vale transporte, como por exemplo, o disponibilizado pelo CRAS para usuários que residem em locais distantes do equipamento, em algumas situações, realizam o trajeto até o CRAS caminhando

> Péssimo, dois horários de ônibus no dia, ônibus não entra em Schmitt, tem que descer até o ponto do posto de gasolina, para ter acesso ao ônibus, tarifa é absurda, muitas vezes para acessar os serviços, do território em Schmitt vou a pé, ou pego carona com os vizinhos. Não tenho condições para pagar o transporte público (S2/Veneza). (sic)

Quanto ao CREAS, 61,53% dos usuários entrevistados afirmaram que desconhecem os serviços ofertados pela unidade de PSE, e os que utilizam ou já utilizaram dos serviços do CREAS pontuaram a dificuldade de acesso ao equipamento. Assim como o CRAS, a questão da mobilidade urbana é um empecilho de locomoção até a unidade do CREAS que se localiza em São José do Rio Preto, sobretudo aos moradores das estâncias (relatos de entrevista de residentes nas Estâncias Primavera e Santa Catarina). Nessas entrevistas foi sugerido a implantação de uma unidade de CREAS no território. Considerando a política de assistência social, esse apontamento tem como referência as diretrizes de territorialidade.

De forma geral, apreende-se que os usuários dos serviços socioassistenciais vivenciam os impactos da "ineficiência" do transporte público e demais dificuldades provenientes das condições de mobilidade urbana ofertada, especialmente os que residem em chácaras e estâncias. Os entrevistados que moram no bairro Fraternidade 2, por exemplo, informaram que o ônibus que circula no bairro não passa pelo Distrito de Schmitt e os usuários precisam se deslocar até o terminal central de Rio Preto e

utilizar outra linha que retorne especificamente para o Distrito de Schmitt, somente dessa forma conseguem utilizar os serviços públicos na região.

Outra manifestação das pessoas da estância Santa Catarina refere-se ao período noturno em que o último horário de circulação do ônibus é às 19h. Nos finais de semanas os horários são reduzidos e os itinerários tornam-se ainda extensos e demorados, dificultando a locomoção e retorno para casa na estância Santa Luzia.

O valor da passagem do ônibus foi uma informação considerada de custo alto, sendo na maioria das vezes inacessível, pois descreveram a impossibilidade de arcar com o valor atualmente cobrado

> Ônibus de hora em hora, mas o último que passa é as 19 da noite, precisa ter mais horários para reduzir o número de espera. E o valor da passagem é alto (S8/Santa Catarina).
>
> Pouco horário de ônibus e trajetos muito demorados. Fica pior aos finais de semana (S11/Santa Luzia).

12.3 Análise da coleta de dados com a rede da Região Schmitt

Quadro 7 — Apresentação dos representantes da rede que participaram da pesquisa.

Sujeito	Política pública que representa	Tempo de atuação no local de trabalho
S1	Secretaria de Esportes	1 ano e 3 meses
S2	Subprefeitura de Engenheiro Schmitt	2 anos
S3	Saúde	2 anos
S4	Educação Infantil	6 anos
S5	Educação	10 anos

Fonte: CRAS Schmitt.

A seguir serão apresentados os resultados da coleta de dados realizada com representantes da rede de atendimento que responderam o questionário. Ressalta-se que, objetivando preservar inteiramente as informações fornecidas pelos participantes, os dados apresentados são provenientes do processo de sistematização e categorização dos conteúdos temáticos apreendidos. Entende-se que não cabe realizar análise e interpretação das categorias apreendidas na consulta com a rede, visto que o objetivo dessa etapa foi apreender a percepção sobre o

território e demandas apresentadas pelos usuários, por meio dos profissionais que trabalham diretamente no atendimento dessa população.

As categorias apreendidas foram apresentadas em blocos, definidos em consonância com as questões do questionário. A discussão e problematização dos dados apreendidos com a rede irão compor o fechamento e considerações do Diagnóstico Socioterritorial da Região Schmitt.

Bloco 1 – Acesso a emprego e renda

Este bloco foi organizado a partir da sistematização das duas primeiras questões norteadoras do questionário, as quais visam apreender as percepções dos agentes públicos sobre as necessidades das famílias referentes às condições de emprego e renda. De acordo com os resultados da sistematização da coleta as declarações foram:

- Muitas situações de desemprego, pouca oferta de postos de trabalho e alta procura de emprego pelo público feminino.
- Algumas famílias atendidas demonstram dificuldade de acesso à renda e, devido à essa ausência, observa-se que muitas mulheres comparecem na unidade para solicitar cesta básica;
- As famílias que residem na Vila Ramos apresentam maior vulnerabilidade social e econômica;
- Em pesquisa realizada em 2019, observou-se que a maioria das famílias de nossos alunos, cerca de 60%, viviam com a renda de 1 a 3 salários mínimos mensal e cerca de 10% eram beneficiários do Programa Bolsa Família;
- Na grande maioria das famílias atendidas, os responsáveis pelo provimento dos seus entes ocupam-se de trabalhos informais;
- Sobre o mercado de trabalho local, observa-se que muitas famílias residentes da zona rural são caseiras nas chácaras, cuidam das granjas ou seringueiras localizadas nas estâncias. Já os moradores da região urbana ocupam-se das mais variadas funções, trabalhando nas fábricas de doces, bebedouros ou de produtos para cabelo e demais indústrias que pertencem ao distrito. Outra parte da população trabalha como domésticas e porteiros no comércio de São José do Rio Preto.

Bloco 2 – Impactos das relações familiares

A questão que orientou a elaboração deste bloco teve por finalidade a busca do entendimento da rede em relação aos aspectos facilitadores e dificultadores das relações familiares, principalmente no que se refere à proteção ou desproteção das famílias/usuários na sua unidade de trabalho. Todavia, se observa nos resultados sistematizados que os participantes manifestaram somente aspectos dificultadores, conforme apresentado a seguir:

- Famílias migrantes que mudam para cidade e, por não terem rede apoio, acabam passando por necessidades;
- Dificuldades na proteção de criança e adolescente em situação de vulnerabilidade econômica e social;
- O uso abusivo de drogas e álcool, situações recorrentes de desemprego, nenhum acesso à renda e pouco tempo destinado ao convívio familiar;
- Observa-se a falta política pública “para auxiliar as famílias mais carentes”.

Bloco 3 – Demandas e acesso para crianças, adolescentes e jovens no território

Neste bloco, as sistematizações foram pautadas sobre questões relacionadas às crianças, adolescentes e jovens do território:

- Necessidade de mais programas sociais voltados para público jovem;
- Programas de Transferência de Renda para famílias com crianças;
- Realização de cursos profissionalizantes para inserir adolescentes e jovens no mercado de trabalho. Ressaltando a atenção com relação à falta de oferta de trabalho pelo comércio e indústria local;
- Faltam ações voltadas para este público, inclusive para aqueles que não são atendidos no CRAS;
- O Distrito conta com poucas opções de lazer, esportes, cultura e contraturno escolar, pois não tem praticamente nenhuma opção de cursos complementares para atender adolescentes e jovens, especialmente para aquelas famílias em que os pais estejam trabalhando;

- Escola de Educação Infantil que propicie espaço adequado para o desenvolvimento da criança;
- Atendimento pediátrico para atender emergências com mais rapidez;
- Implementar mais opções de aulas de esportes variados e apresentações culturais relacionadas ao universo infantil.

Bloco 4 – Demandas e acesso para idosos no território

As categorias apresentadas neste bloco relacionam-se aos idosos do território, em que os representantes das unidades de serviço público e socioassistencial pontuaram as suas compreensões, sendo elas:

- Temos ótimas atividades para idosos no CRAS;
- Há bons investimentos para este público, mas poderia investir na integração de algumas ações com outros equipamentos;
- Falta de acesso a esporte, cultura, lazer e atividades em geral para essa faixa etária.

Bloco 5 – As relações de solidariedade no território/Região

As manifestações das relações de solidariedade no território/Região (vizinhos, parentes, amigos, igreja, comunidade) tiveram como respostas:

- A vizinhança é bastante solidária, quando solicitada temos muitas doações;
- O Distrito é bem acolhedor;
- As vezes não são muito solidários com doações de roupas, calçados e alimentos. Assim, muitas vezes é necessário recorrer a outros territórios;
- As relações são bem estabelecidas.

Bloco 6 – Articulação entre as políticas públicas no território/Região.

Quanto ao trabalho articulado entre as políticas públicas, em relação ao atendimento das demandas das famílias/usuários destacaram:

- Existem, mas precisam melhorar;
- Cidade com ótima estrutura pública;

- A articulação para atendimento é boa e consegue atender as necessidades locais;
- Precisa de mais investimento no que se refere à articulação dos equipamentos sobre as demandas das famílias;

Bloco 7 – Dificuldade com relação ao território/Região.

As categorias apresentadas abaixo correspondem às percepções aprendidas na questão que buscou conhecer as dificuldades com relação ao território:

- Temos alguns bairros com dificuldades como, por exemplo, Santa Catarina, Vila Ramos;
- Ausência de espaço no qual sejam discutidas, com os vários equipamentos do território, as demandas referentes às famílias/crianças;
- No Distrito houve aumentou da população e das demandas nos últimos anos. Uma das principais dificuldades observadas é em relação ao atendimento médico na rede pública, principalmente as especialidades como neurologia, psicologia, fonoaudiologia, psicologia e outras. Os atendimentos são demorados e todos são centralizados na Região Central do município, o que dificulta o acesso dos munícipes, principalmente os que necessitam de transporte público;
- Necessita de uma escola de Educação Infantil num único espaço com adequações às especificidades da infância, pois a já existente (em 2 prédios pequenos) não atende as necessidades.

Bloco 8 – Potencialidades do território/Região.

O tema abordado sobre potencialidades do território/Região teve os seguintes pontos de vista dos entrevistados:

- No momento não tem, pois há coisas para melhorarem;
- Cidade em pleno desenvolvimento;
- Horta comunitária e envolvimento da igreja nas ações;
- É um território muito potente, há investimento de políticas públicas por meio dos vários equipamentos;

- Tem potencialidades, mas referente à área rural é possível dar mais visibilidade à produção da região;
- As ações da igreja católica em relação às manifestações culturais são boas e podem melhorar a articulação com a comunidade como um todo;
- Os equipamentos esportivos existem no território, mas precisam ser melhorados para a utilização da população. A Praça de Esportes, por exemplo, não tem um espaço coberto para a prática esportiva durante o dia.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do Diagnóstico foi iniciada no dia 28/10/2021 e, ao longo de sete meses, foram realizadas quatro reuniões para o seu desenvolvimento. A metodologia adotada objetivou assegurar um processo de construção coletiva e participativa da realidade local, a partir de diferentes olhares. De forma geral, visou assegurar a leitura e análise das relações e organização do território, que é dinâmico e contraditório, e que por esses motivos é vivenciado de forma diferente pelos usuários dos serviços.

Nessa direção, o objetivo foi identificar as fragilidades e potencialidades dos territórios, bem como verificar a oferta de serviços públicos da Região, correlacionando as ofertas e demandas com as situações de vulnerabilidade e risco social presentes na Região Schmitt. O fortalecimento do SUAS no território perpassa pela apreensão e compreensão da intrínseca relação entre desproteção e proteção social para planejar e operacionalizar os serviços socioassistenciais, em consonância com as demandas apresentadas pela população usuária.

Para compreender e apreender as potencialidades e fragilidades, a partir da relação de proteção e desproteção, foi necessário estudo sobre aspectos qualitativos e quantitativos da Região Schmitt. Buscou-se, coletivamente, olhar para sua história, perfil e composição territorial, bem como identificar as ofertas de serviços públicos, apreender as principais demandas e requisições locais com base na vivência cotidiana dos trabalhadores/as do CRAS Schmitt e CREAS I, dos usuários dos serviços socioassistenciais e rede intersetorial e, ainda, como se dá a relação usuário/ serviços sob o olhar dos usuários da Política de Assistência Social.

Sob essa perspectiva, a Região Schmitt trata-se de um território heterogêneo, composto por Distrito, bairros adjacentes, estâncias, chácaras e Fraternidades 1 e 2. As usuárias vivenciam o território de formas diferentes em virtude da localidade onde

residem, afinal esse pode facilitar ou se tornar um aspecto dificultador para trabalhar ou acessar serviços básicos, por exemplo, UBSF, CRAS e escolas.

Outra questão evidenciada são as dificuldades relacionados à mobilidade urbana, que se manifesta na insuficiência de itinerários e horários das linhas de ônibus. Essas situações são mais agravadas e vivenciadas pelos usuários residentes nas estâncias, que sofrem com a debilidade do transporte público e impactos da falta de infraestrutura nas ruas e estradas. Ainda, cabe destacar que a questão da mobilidade urbana, principalmente, as associadas às estâncias, contribuem para situações de violação de direitos, conforme apontado pelos trabalhadores/as e usuários.

Nessa direção, também é apontado a necessidade de melhorias quanto à segurança pública nas localidades mais distantes da Região Schmitt, visto que a população das estâncias e chácaras vivenciam situações de violências, estas por sua vez não são denunciadas e não chegam à rede de atendimento, gerando subnotificações. Ainda foi evidenciado a necessidade de melhorias na pavimentação e manutenção das vias públicas, a fim de facilitar a circulação dos moradores locais e do transporte coletivo, o que contribuiria para o acesso aos pontos de ônibus e de coleta de lixo, bem como para a organização e segurança nos locais mais distantes.

Apesar da existência de escolas municipal, estadual e creches, foi indicada a necessidade de criação e ampliação de vagas no território, especialmente para o serviço de contraturno escolar, consideradas insuficientes diante da demanda. Referente aos serviços socioassistenciais para criança e adolescente, apontou-se a necessidade de criação de SCFV, visto que na Região não há núcleos desse serviço. As vagas para esse público ficam em outras Regiões do município e os responsáveis não têm condições de arcar com o transporte. A ausência de SCFV e contraturno escolar foram pontuadas como questões importantes questão, e que colocam crianças e adolescentes em situações de riscos.

Já para adolescentes e jovens, foi ressaltada a necessidade de investimento em atividades de esporte, cultura e lazer, como forma de prevenção e proteção social. Ainda para esse público, a importância de programas e serviços profissionalizantes que possam preparar jovens e adolescentes para o mercado de trabalho. A falta de oportunidades para inserção no mercado formal de trabalho, principalmente, na condição de jovens aprendizes, demanda investimento em políticas públicas voltadas para o fomento de contratação de adolescentes e jovens em idade para trabalho.

No que tange à situação socioeconômica da população, apreendeu-se que os efeitos da crise econômica e sanitárias da pandemia de COVID-19 impactou diretamente nas condições de sobrevivência das famílias. O aumento do desemprego potencializou o agravamento da desigualdade social, evidenciando a redução, cada vez maior, da distribuição de renda e ampliação da pobreza. Tem-se a progressiva precarização das condições de renda e subsistência dos usuários da Política de Assistência Social e, nessa direção, é importante destacar que as mulheres são predominantemente as usuárias desta política pública, portanto, o empobrecimento das famílias é acentuado pelo recorte de gênero. Questão essa que ficou evidente na etapa de coleta de dados com os usuários e rede de atendimento local, na qual foi demonstrada a situação de insegurança de renda e de alimento a mulheres chefes de famílias e responsáveis pelos cuidados dos filhos.

Constata-se que, em detrimento do agravamento das condições de subsistência da população, reflexo da atual conjuntura socioeconômica do país, houve aumento expressivo na busca por inclusão no Cadastro Único pelos programas, serviços e benefícios socioassistenciais, sendo intensificada a demanda por inclusão em Programas de Transferência de Renda e solicitações por Benefícios Eventuais (cesta básica), nos atendimentos do CRAS. Tais circunstancias demonstram a necessidade de se planejar os serviços socioassistenciais a partir dos desafios impostos pela pandemia, pois se vivencia um contexto de agravamento das condições de subsistência das famílias usuárias do SUAS que rebate em todas as esferas da vida social, implicando em ações articuladas e integradas, de acordo com a realidade local, para a promoção e prevenção da proteção social.

Por fim, conclui-se que a leitura do território permitiu identificar problemas e necessidades que se apresentam no plano coletivo, portanto, é esta expressão da realidade que deve balizar as estratégias e a organização das ofertas das políticas públicas locais. A Região Schmitt apresenta demandas e requisições que necessitam de ações continuadas, articuladas e integradas para atender integralmente a população usuária dos serviços socioassistenciais e demais serviços públicos.

Assim, ao finalizar esse documento, contesta-se a exigência de ampliar e estender as ações do SUAS, de modo igualitário, para todas as localidades do território. Fica evidente a importância de fomentar ações e criar estratégias para atender a população a partir das situações de vulnerabilidades e riscos sociais aqui identificadas, efetivando o caráter preventivo e proativo da política.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal no. 8.069, de 13 de julho de 1990**, com suas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm acesso em 18/07/ 2021 às 19:41.

BRASIL. **Dados e Indicadores SINASE**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e adolescente/dados-e-indicadores/sinase. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. **LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf. Acesso em 17 jul. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº109, de 11 de nov. de 2009. Brasília, 2009.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018**. Institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões e dá outras providências. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/decreto/2018/1808/18073/decreto-n-18073-2018-institui-a-divisao-geografica-da-area-do-municipio-de-sao-jose-do-rio-preto-em-regioes-e-da-outras-providencias.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância em Saúde e Vigilância Epidemiológica. **Vigilância de violência interpessoal e autoprovocada**. 2022. Disponível em: https://public.tableau.com/app/profile/secretaria.municipal.de.sa.de8655/viz/ViolIncia/VIOLENCIA.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico Ciência, Tecnologia e Inovação. **Conjuntura Econômica de São José do Rio**. 36. ed. - São José do Rio Preto, 2021. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/conjuntura/Conjuntura-2021.pdf. Acesso em 08 abr. 2022.

SILVA, Ana Célia. **Branqueamento e branquitude**: conceitos básicos na formação para a alteridade. In: NASCIMENTO, A.D. HETKOWSKI, T.M., (Orgs). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007.

ANEXOS

Anexo 1 – Linhas do transporte público municipal da Região de Schmitt

Itinerário: Terminal Central, Rua Pedro Amaral, Rua Antônio De Godoy, Rua Marechal Deodoro, Rua Machado De Assis, Rua Jose Bonifácio, Av. Murchid Homsi , Av. Lino Jose De Seixas, Av. Nadima Damha, Estrada Vicinal Joao Parise, Av. Manoel Roberto Cassillas, Rua Dr. Alberto Andalo, Rua Sao Sebastiao, Terminal De Schmitt, Rua Sao Sebastiao, Rua Rio Preto, Rua Sao Bento, Rua Maj Miguel Azem, Rua Dr. Alberto Andalo, Rua Santo Antonio, Estrada Municipal Joaquim Nunes Cavalcanti, Av Perci Gandini, Av. Tancredo Neves, Rodovia Washington Luis, Marginal Gov. Adhemar P. De Barros, Av. Alberto Andalo, Terminal Central**.**

Linha 410ª – Eng. Schmitt Represa

Segunda a Sexta	Tempo médio de percurso
06:00 /06:20/07:20/07:40/09:00/10:20/11:40/13:00/14:20/15:40/17:00/18:20	70 min
Sábado	
06:20/07:40/09:00/10:20/11:40/13:00	70 min
Domingo e Feriado	
Não tem	Não tem

Itinerário: Terminal Central, Av. Alberto Andalo, R. Pedro Amaral, R Antonio De Godoy, R Independencia, Av. Alberto Andalo, Av. Arthur Nonato, Rodovia Estadual Washington Luiz, Av Mario Andreazza, Av. Alfredo Folchini, Estr. Vicinal Dr. Joaquim Nunes Coutinho Cavalcante, R Santo Antonio, R Sao Bento, R Sao Sebastiao, R Otavio Zanetoni, Av. Familia Pazoti, R. Eurico Gomes De Moraes, R Sao Bento, Rodovia Joao Parise, Avenida Mario Aquino Tanaka, Estrada Vicinal Joao Parise, Av. Nadima Damha, Av Lino Jose De Seixas, Av. Murchid Homsi, R. Aterrado, R. Reg Feijó, R Pedro Amaral, Terminal Central.

Linha: 410B – Eng. Schmitt W. Luiz

Segunda a Sexta	Tempo médio de percurso
05:35/05:45/ 06:50/ 07:00/ 08:20/ 09:40/ 11:00/ 12:20/ 13:40/ 14:20/ 15:00/ 15:40/16:20/17:00/17:40/19:00/ 20:20/ 21:40/ 23:00	70 min
Sábado	
05:50/07:00/08:20/09:40/11:00/12:20/13:40/15:00/16:20/17:40/19:00/20:20/21:40/23:00	70 min
Domingo e Feriado	
05:50/07:00/08:20/09:40/11:00/12:20/13:40/15:00/16:20/17:40/19:00/20:20/21:40/23:00	70 min

Itinerário 1: Terminal Central, R. Pedro Amaral, R. Antonio De Godoy, R. Independencia, Av Alberto Andalo, Av. Arthur Nonato, Rodovia Estadual Washington Luiz, Av Mario Andreazza, Estr Municipal Jsr 485, Av. Marginal, Rua Barnabe, Rua Damiao Chaves Correa, Av. Marginal, Av Alfredo Folchini, Jardim Veneza 2, Av Alfredo Folchin,av. Luis Guareschi, Rua C, Rua B, Rua 4, Rua A, Rua 5, Rua 3, Av. 1, Rua A, Rua D, Rua C, Av. Luis Guaresch, Rodovia Estadual Washington Luiz, Av. Percy Gandini, Av Tancredo Neves, Rodovia Estadual Washington Luiz, Av Gov. Adhemar Pereira De Barros, Av. Alberto Andalo, Terminal Central.

Linha: 409 – Nova Veneza

Segunda a Sexta	Tempo médio de percurso
04:50/16:00/19:20	105 min
Sábado	
Não tem	Não tem
Domingo e Feriados	
Não tem	Não tem

Itinerário 2 – Nova Veneza Via Pesqueiro Do Papa : Terminal Central, R Pedro Amaral, R Antonio De Godoy, R .Independencia, Av. Alberto Andalo, Av. Arthur Nonato, Rodovia Estadual Washington Luiz, Av. Mario Andreazza, Estr Municipal Jsr 485, Av. Marginal, Rua Barnabe, Rua Damiao Chaves Correa, Av. Marginal, Av. Alfredo Folchini, Jardim Veneza 2, Av. Alfredo Folchin, Av. Luis Guareschi, Rua C, Rua B, Rua 4, Rua A, Rua 5, Rua 3, Av. 1, Rua A, Rua D, Rua C, Av. Luis Guaresch, Rodovia Estadual Washington Luiz, Av. Percy Gandini, Av. Tancredo Neves, Rodovia Estadual Washington Luiz, Av Gov. Adhemar Pereira De Barros, Av. Alberto Andalo, Terminal Central.

Linha: 409 – Nova Veneza

Segunda a Sexta	Tempo médio de percurso
08:00/12:50	105 min
Sábado	
08:00/12:50	105 min
Domingo e Feriados	
08:00/12:50	105 min

Itinerário 3 – Nova Veneza Via Santa Regina
Terminal Central, R. Pedro Amaral, R. Antonio De Godoy, R Independencia, Av. Alberto Andalo, Av Arthur Nonato,rodovia Estadual Washington Luiz, Av Mario Andreazza, Estr Municipal Jsr 485, Av. Marginal, Rua Barnabe, Rua Damiao Chaves Correa, Av. Marginal, Av. Alfredo Folchini, Jardim Veneza 2, Av Alfredo Folchini, Av. Luis Guareschi, Rua C, Rua B, Rua 4, Rua A, Rua 5, Rua 3, Av. 1, Rua A, Rua D, Rua C, Av. Luis Guareschi, Rodovia Estadual Washington Luiz, Av. Percy Gandini, Av. Antonio Cabrera Mano, Rua Dolores Gimenes Fernandes, Rua Antonio Carlos Alves, Rua Marcelino Bertoni, Rua Dolores Gimenes Fernandes, Av. Antonio Cabrera Mano, Av. Tancredo Neves, Rodovia Estadual Washington Luiz, Av. Gov. Adhemar Pereira De Barros, Av. Alberto Andaló, Terminal Central.

Linha: 409 – Nova Veneza

Segunda a Sexta	Tempo médio de percurso
06:10 /17:30	105 min
Sábado	
06:10/17:30	105 min
Domingo e Feriados	
06:10/17:30	105 min

Itinerário: Terminal Central, Av. Alberto Andalo, Rua Mal Deodoro, Rua Machado De Assis, Rua Jose Bonifacio, Av Murchid Homsi, Av. Lino Jose De Seixas, Av Nadima Damha, Est Vicinal Joao Parise, Av. Manoel Roberto Cassillas, Rua Antonio Ismael Carozelli, Rua Lourival Saquete, Rua Silvio Panzarim, Rua Norberto Borsato, Rua Nildo Cesar Ferreira, Av. Manoel Roberto Cassillas, Rua Dr. Alberto Andalo, Rua Sao Sebastiao, Terminal De Schmitt, Rua Sao Sebastiao, Estrada Vicinal, Residencial Eden Leste, Rua Sao Bento, Av. Manoel Roberto Cassillas, Rua Nildo Cesar Ferreira, Rua Norberto Borsato, Rua Silvio Panzari, Rua Lourival Saquete, Rua AntÔnio Ismael Carozelli, Av. Manoel Roberto Cassillas, Rua Olga Inocencio, Rua Geraldo Rodrigues De Oliveira, Rua Waldemar Miguel De Lima, Rua Antonio Nardim, Rua Olga Inocencio, Av. Projetada 4, Av. Projetada 3, Av. Francisco Morel Filho, Estr Vicinal Joao Parise, Estrada Nelson Vitalino, Rua Jose Domingues Neto, Rua Maria Onofre Lopes Santos, Rua Odilon Amadeu, R. Joao Urias Gomes, Av. Treze De Maio, Rua Joao Arcanjo Cruz, Av. Major Leo Lerro, Rua Carlos Gomes, Av. Murchid Homsi, Rua Do Aterrado, Rua Regente FeijÓ, Rua Pedro Amaral, Terminal Central

Linha: 407A2 – Eden Leste/Santa Catarina/Vila Nobre

Segunda a Sexta	Tempo médio de percurso
06:10/07:50/09:30/11:10/12:50/14:30/16:10/18:00	65 min
Sábado	
07:50/12:50/17:15	65 min
Domingo e Feriados	
07:50/12:50/16:10	65 min

APÊNDICE 1 – Memória das reuniões para construção do Diagnóstico da Região Schmitt

Memórias das reuniões

28/10/2021: A primeira reunião ocorreu presencialmente no CRAS Schmitt, foi realizada a apresentação da proposta do diagnóstico regional (construção coletiva e democrática), na ocasião iniciou-se a discussão e qualificação dos dados quantitativos levantados pela Vigilância sobre a Região. Participação da equipe de referência do CRAS, profissionais do CREAS I responsáveis pelo acompanhamento PAEFI e MSE em Meio Aberto no território, profissionais do Centro Pop e Abordagem Social, Vigilância Socioassistencial e Gestão do Trabalho.

01/12/2021: A reunião foi realizada presencialmente no CRAS Schmitt, teve a participação da equipe de referência do CRAS, profissionais do CREAS I responsáveis pelo acompanhamento PAEFI e MSE em Meio Aberto no território, profissionais do Centro Pop e Abordagem Social e Vigilância Socioassistencial. Na ocasião os profissionais do Centro Pop e Abordagem Social fizeram apresentação das ofertas e serviços para a população em situação de rua, como também pontuou as particularidades das ações desenvolvidas no território. Ainda, referente à Proteção Social de Média Complexidade, foi realizada apresentação dos dados de violências, violações de direitos, PAEFI e MSE em Meio Aberto.

09/03/2022: a reunião foi realizada via Google Meet, contou com a participação da equipe de referência do CRAS, profissionais do CREAS I responsáveis pelo acompanhamento PAEFI no território e Vigilância Socioassistencial. Na reunião foi realizada a revisão da escrita coletiva, desenvolvida até a referida data, apontamento e pactuações para as equipes fazerem as retificações necessárias, assim, visando à finalização da primeira etapa do diagnóstico. Nessa data, também, foi definido e planejado a coleta de dados junto aos usuários dos serviços e rede socioassistencial e intersetorial presente e atuante no território. Optou-se pela aplicação de questionário semiestruturado com perguntas abertas, tanto para os usuários, como para rede, contudo, a consulta à rede será realizada via Google Forms, já com o grupo de usuários o questionário será aplicado presencialmente, nos atendimentos e visitas domiciliares. O grupo de usuários será composto por 20 participantes, sendo 16 usuários dos serviços do CRAS, 2 adolescentes das MSE em Meio Aberto e 2 usuários acompanhados pelo PAEFI no território.

07/04/2022: Nessa data foi realizada reunião com a participação do CRAS Schmitt, CREAS I (PAEFI e MSE) e Departamento de Vigilância, para análise da coleta de dados com os usuários e rede de atendimento. Também, na ocasião foi realizada o planejamento para finalização das pendências para fechamento e validação do documento final.

APÊNDICE 2 – Instrumental de coleta de dados com usuários

I - Identificação:

Idade:_____
Gênero:_____
Cor (autodeclarada):_____
Renda:_____
Bairro:_____
Há quanto tempo reside no território:_____

II - Questionário:

1 - O que você acha que a Região/bairro que você mora possui de importante? Que atende as necessidades de sua família e comunidade? (Aqui, o objetivo da pergunta é levantar as potencialidades)

2 - O que você acha que a Região/bairro que você mora possui de problemas? Se sim, indicar quais?

3 - Você, sua família vivencia problemas relacionados ao desemprego e/ou não ter renda suficiente para sobreviver?

4 - O que você observa com relação às necessidades dos jovens do bairro. (aqui o objetivo da perguntar é ver se a pessoa tem algum aspecto a considerar sobre problemas, tais como necessidade de acesso dos jovens às políticas públicas);

5 - O que você observa com relação às necessidades dos idosos do bairro. (aqui o objetivo da perguntar é ver se a pessoa tem algum aspecto a considerar sobre problemas, tais como necessidade de acesso dos idosos às políticas públicas);

6 - O que você observa com relação às necessidades das crianças no território/Região? (aqui o objetivo da perguntar é ver se a pessoa tem algum aspecto a considerar sobre problemas, tais como necessidade de acesso das crianças às políticas públicas);

7 - O que você observa de necessidade com relação à locomoção no bairro? Como é para acessar os serviços, fazer uso de transporte público? (aqui levantar a mobilidade, o recurso financeiro para o acesso: tem dificuldade com relação à mobilidade? tem dificuldade com relação a dinheiro para o transporte?)
Ainda referente a questão 7, caso a pessoa não elencar sobre a política de Assistência Social, perguntar: e referente aos serviços do CRAS, CREAS?

APÊNDICE 3 – Instrumental de coleta de dados com a rede socioassistencial e intersetorial

I - Identificação:
Política pública que representa:_____
Função que desempenha:_____
Há quanto tempo trabalha nesse local de trabalho:_____

II - Questionário:
Descrever como percebe as necessidades da vida das famílias/territórios em no que se refere:
1 - Acesso à renda (Descrever como percebe a necessidade das famílias com relação a renda);

2 - Acesso a emprego (Descrever como percebe a questão do emprego (trabalho formal, informal ou desemprego nas famílias/usuários atendidos na sua unidade de trabalho);

3 - Impactos das relações familiares (Descrever com percebe aspectos facilitadores e dificultadores das relações familiares na proteção ou desproteção das famílias/usuários na sua unidade de trabalho);

4 - O que você observa com relação às necessidades dos jovens do território/Região?

5 - O que você observa com relação às necessidades das crianças no território/Região?

6 - O que você observa com relação às necessidades dos idosos no território/região?

7 - Como se manifesta as relações de solidariedade no território/região (vizinhos, parentes, amigos, igreja, comunidade);

8 - Como você avalia a articulação entre as políticas públicas no território para atender as demandas das famílias/usuários do território/Região (o objetivo é levantar a articulação da rede e acesso dos usuários/famílias as diversas políticas públicas):

9 - Percebe alguma dificuldade com relação ao território/Região? Quais?

10 - Percebe potencialidade (s) no território/Região? Quais?

PARTE III

GLOSSÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: Conceitos aplicados ao trabalho social

SUMÁRIO

Apresentação.....140
A.....141
Abrangência.....141
Acolhida.....141
Acolhida no Serviço.....141
Acolhida Particularizada.....141
Acolhida no Domicílio.....142
Acolhida em Grupo.....142
Ação Particularizada.....142
Ação Particularizada no domicílio.....143
Ação Comunitária.....143
Ação Indireta.....143
Ação não continuada.....143
Acolhimento institucional.....144
Acompanhamento Especializado.....144
Acompanhamento Familiar.....144
Acompanhamento familiar em grupo.....145
Acompanhamento familiar particularizado.....145
Acompanhamento psicossocial.....146
Articulação de rede (trabalho em rede).....146
Ato infracional.....146
B.....147
Benefício de Prestação Continuada (BPC).....147
Benefícios eventuais.....147
Busca ativa.....147
Busca ativa na Proteção Social Básica.....148
Busca ativa na Proteção Social Especial (Serviço Especializado em Abordagem Social) 148
C.....149
Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único)..149

Carteira do idoso.....149
Centro de Convivência da Família (CCF) 149
Centro de Convivência da Juventude (CCJ).....149
Centro de Convivência do Idoso (CCI) 150
Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) 150
Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).....150
Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).....150
Ciclo de vida.....151
D.....152
Demanda Reprimida.....152
E.....153
Encaminhamento.....153
Estudo Social.....153
F.....154
Formas de acesso.....154
G.....155
Grupo.....155
O.....156
Oficinas.....156
Oficina com famílias.....156
P.....157
Plano de Acompanhamento Familiar no PAIF.....157
Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no PAEFI.....157
Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no Serviço Especializado para População em Situação de Rua.....157
Plano Individual de Atendimento (PIA) 158
Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU) 158
R.....159
Risco Social.....159
S.....160
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).....160
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).....160

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....160
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).....161
Serviço Especializado em Abordagem Social.....161
Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) 162
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.....162
V.....164
Violação de direitos.....164
Vulnerabilidade social.....164
REFERÊNCIAS.....166

APRESENTAÇÃO

O “Glossário da Assistência Social: conceitos aplicados ao trabalho social” produzido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto (SEMAS) é composto por conceitos-chave que aparecem de forma recorrente nas publicações mais representativas da área da Assistência Social.

O presente trabalho nasceu da necessidade de socializar e ao mesmo tempo buscar alinhar conceitos, na tentativa de oferecer uma fonte de consulta a todos os atores sociais do campo da assistência social. Nesse sentido, busca trazer para a reflexão alguns termos existentes em outros glossários ou documentos similares, dando a oportunidade de abrir alguns caminhos para dialogar com trabalhadores do SUAS, gestores, conselheiros, usuários, estudantes e demais interessados.

O conjunto de conceitos que integra este Glossário foi construído inicialmente a partir de uma primeira pesquisa conjunta iniciada em meados de 2015, com parte dos técnicos e técnicas da Secretaria, sobre os principais conceitos que apareciam no seu cotidiano profissional e nas suas leituras.

A SEMAS realizou *Oficinas para nivelamento de Conceitos* entre os anos de 2018 e 2019 com seus trabalhadores, visando a identificar os conceitos com entendimentos diversos. Por meio das Oficinas foi possível aprimorar a comunicação e o entendimento, bem como a definição conjunta de uma proposta de vocabulário comum a todos, tendo como base as legislações/normativas elaboradas pelo então Ministério da Cidadania e pela Política Nacional de Assistência Social. Os conceitos encontram-se definidos nesse Glossário e poderão ser retomados pelos trabalhadores, sempre que necessário.

Esta é uma publicação que resulta da atuação de muitos trabalhadores e trabalhadoras ao longo dos últimos anos e que avança na perspectiva de que todos e todas fazemos Proteção Social. O Departamento de Vigilância Socioassistencial sistematizou os materiais que haviam sido elaborados pelas equipes, respeitando o resultado de suas produções e elencou os principais conceitos utilizados no trabalho social. O documento apresenta os conceitos em ordem alfabética.

Eis um produto a serviço dos trabalhadores do SUAS e de uma política social que se estabelece enquanto direito do cidadão e dever do estado.

Helena Marangoni

Secretária de Assistência Social

A

Abrangência referência territorializada da procedência dos usuários e do alcance do serviço, delimitados de acordo com as especificidades de cada município (BRASIL, 2009a).

No ano de 2018, com base no decreto 18.037, São José do Rio Preto passou a ser dividida em 10 regiões: Bosque, Central, CEU, Cidade da Criança, HB, Pinheirinho, Represa, Schmitt, Talhado e Vila Toninho. O Decreto buscou padronizar e unificar as diferentes regiões da cidade, já que antes cada secretaria tinha sua própria divisão administrativa (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2019).

Acolhida constitui uma importante dimensão inerente ao trabalho social, compreendida sob duas perspectivas: 1-como ação/procedimento de acolhida, caracterizada pelo contato inicial das famílias/indivíduos com os serviços de assistência social, que envolve o recebimento dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em local com infraestrutura adequada e profissionais qualificados, e o direcionamento das suas demandas, contribuindo para a humanização do atendimento socioassistencial (BRASIL, 2011a). Tem como objetivo identificar as necessidades apresentadas pelas famílias e indivíduos, avaliar se realmente constitui situação a ser atendida e identificar demandas imediatas de encaminhamentos. Esse momento irá nortear as primeiras ações do profissional, bem como contribuirá para o início da construção de vínculo de referência e de confiança; 2- A postura acolhedora, ética e de respeito à dignidade e não-discriminação, afiançada pela segurança de acolhida, que deve nortear todas as ações na Assistência Social, na perspectiva do reconhecimento do usuário enquanto sujeito de direitos (BRASIL, 2011a, p. 59).

Acolhida no Serviço refere-se ao processo de acolhida que ocorre no espaço físico das unidades do SUAS. [...] é preciso garantir locais adequados, configurados para assegurar o bem-estar das famílias, ao expor suas demandas e vulnerabilidades, e para resguardar o sigilo das informações, devendo ocorrer, portanto, em uma sala de atendimento. Essa atividade, geralmente, é antecedida pela recepção da família na Unidade da rede socioassistencial (BRASIL, 2012, p. 22).

A acolhida no Serviço pode ser **particularizada** ou em **grupo**.

Acolhida Particularizada é o processo de acolhida de uma família, ou algum de seus membros, de modo particularizado. É o momento no qual o profissional

preenche ou atualiza o Prontuário da Família. Pode ocorrer no equipamento ou no domicílio da família (BRASIL, 2012, p. 22).

Acolhida no Domicílio consiste no processo de acolhida de uma família, ou de algum de seus membros, no seu próprio domicílio. Essa forma de acolhida deve ser utilizada em situações específicas, nas quais as famílias não respondem ao convite para comparecer à Unidade de Atendimento ou vivenciam situações de vulnerabilidade ou risco social e não procuram o Serviço. [...] deve ser pautada nos princípios de respeito à privacidade da família e da sua autonomia, tanto no que diz respeito à receptividade em seu domicílio, quanto à disponibilidade para responder às perguntas e para sua inserção nas demais ações dos Serviços Socioassistenciais [...] (BRASIL, 2012, pp. 22-23).

***Observação:** conforme definido na oficina de conceitos da SEMAS, para fins de relatório circunstanciado e Registro Mensal de Atendimentos (RMA) a visita domiciliar corresponde à soma da ação particularizada no domicílio e da acolhida no domicílio.

Acolhida em Grupo é o processo de acolhida realizado de modo coletivo (duas ou mais famílias). Utiliza-se como estratégia a formação de pequenos grupos de acolhida para: a) repasse de informações gerais sobre o Serviço; b) escuta das demandas gerais das famílias; c) compreensão dos impactos do território sobre tais demandas, e d) publicização e discussão de assuntos de interesse de um grande número de famílias ou da comunidade (informações sobre o Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família, outras políticas públicas, inclusão produtiva etc.). [...] As acolhidas particularizadas e em grupo se complementam [...]. (BRASIL, 2012, p. 21)**.**

Conforme pactuado na oficina de conceitos da SEMAS, os conceitos foram validados da seguinte forma:

- A acolhida é a primeira ação realizada para a família nos Serviços;
- Em caso de mudança de território ocorrerá uma nova acolhida;
- A acolhida em Grupo não exclui a necessidade da realização da acolhida particularizada, nem impede a realização de acolhida particularizada.

Ação Particularizada refere-se ao atendimento prestado pela equipe técnica do equipamento à família - algum (ns) membro (s) ou todo o grupo familiar, após a

acolhida, de modo individualizado. A opção pela utilização de ações particularizadas [...] têm por princípio conhecer a dinâmica familiar mais aprofundadamente e prestar um atendimento mais específico à família (BRASIL, 2012, pp. 41-42)**.**

A ação particularizada pode ocorrer no **Serviço** ou no **domicílio**.

Ação Particularizada no domicílio é o processo de atendimento individualizado prestado à família em sua unidade domiciliar [...]. O deslocamento até o domicílio da família possibilita aos técnicos conhecer a realidade dos territórios, as formas de convivência comunitária e arranjos familiares - rol de informações muito importantes para adequar as ações do PAIF para o alcance do seu caráter preventivo e protetivo (BRASIL, 2012, p. 43)**.**

***Observação:** conforme definido na oficina de conceitos da SEMAS, para fins de relatório circunstanciado e Registro Mensal de Atendimentos (RMA) a visita domiciliar corresponde à soma da ação particularizada no domicílio e da acolhida no domicílio.

Ação Comunitária são ações de caráter coletivo, voltadas para a dinamização das relações no território. Possuem escopo maior que as oficinas com famílias, por mobilizar um número maior de participantes, e devem agregar diferentes grupos do território a partir do estabelecimento de um objetivo comum (BRASIL, 2012, p. 37)**.**

São exemplos de ações comunitárias as palestras, campanhas, eventos comunitários e mobilizações (BRASIL, 2012).

Ação Indireta de acordo com a oficina de conceitos realizada pela SEMAS, consiste em toda ação realizada indiretamente, quando não se está pessoalmente diante do usuário do Serviço: articulação com a rede, reunião para discussão de caso, contato telefônico, elaboração de relatório, dentre outras ações elencadas por cada Serviço.

Ação não continuada de acordo com a oficina de conceitos realizada pela SEMAS, consiste no atendimento pontual ao usuário/pessoa. Após a avaliação técnica é compreendido que não se apresenta demanda de atendimento para a política de assistência social naquele momento. Utilizada para casos específicos e excepcionais, por exemplo: pessoa tem casa no território (herança), mora em outro município e foi pedir orientação no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) sobre inventário; idoso aposentado procurou o CRAS para o benefício de tarifa social, não possui critérios e não apresenta vulnerabilidades que demandem outros

atendimentos; pessoa procurou para informações a respeito do programa minha casa minha vida, não possui critérios e não apresenta vulnerabilidades que demandem outros atendimentos.

Acolhimento institucional Serviço inserido no escopo da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares e comunitários rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral (BRASIL, 2009b, p. 44).

Deve ofertar, em consonância aos princípios e diretrizes do SUAS, condições para alimentação, higiene, respeito à individualidade e autonomia. As unidades de acolhimento são classificadas de acordo com o público. Para crianças e adolescentes: casa-lar e abrigo institucional; para adultos e famílias o abrigo institucional e casa de passagem; para mulheres em situação de violência o abrigo institucional; para jovens e adultos com deficiência as residências inclusivas e para idosos a casa-lar e o abrigo institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI) (BRASIL, 2009b, p. 49-50).

Acompanhamento Especializado no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) compreende atendimentos continuados e uma gama de possibilidades para seu desenvolvimento, segundo as demandas e especificidades de cada situação (atendimentos individuais, familiares e em grupo; orientação jurídico-social; visitas domiciliares, etc.). Proporciona espaço de escuta qualificada e reflexão, além de suporte social, emocional e jurídico-social às famílias e aos indivíduos acompanhados, visando ao empoderamento, enfrentamento e construção de novas possibilidades de interação familiares e com o contexto social (BRASIL, 2011a, p. 60).

Acompanhamento Familiar no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e de acordo com o artigo 20 do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS, o acompanhamento familiar consiste no desenvolvimento de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilite à família o acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações - sejam elas familiares ou comunitárias.

Comporta, portanto, um conjunto variado de ações, que devem ser planejadas e executadas pelos profissionais do SUAS, com participação ativa da família. O acompanhamento é destinado às famílias que apresentam situações de vulnerabilidades, que requerem a proteção da assistência social para garantia de seus direitos socioassistenciais, acesso aos direitos sociais e ampliação de sua capacidade protetiva, demandando, para isso, uma atenção diferenciada, um olhar mais atento dos profissionais do CRAS, na medida em que essas situações vivenciadas, caso não sofram imediata intervenção profissional, podem tornar-se risco social e/ou violação de direitos (BRASIL, 2012).

Acompanhamento familiar em grupo o processo de acompanhamento familiar em grupo é indicado para responder situações de vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias com forte incidência no território. Neste sentido, faz-se necessário realizar um bom diagnóstico socioterritorial - conhecer suas vulnerabilidades e potencialidades e sua incidência, de modo a constituir grupos de famílias com afinidades, necessidades e características similares, de forma a efetivar seu acompanhamento, tornando-o um processo de compartilhamento de experiências entre os participantes, de reflexão sobre a realidade, de acesso à informação sobre direitos, de apoio à família em sua função protetiva e de construção de projetos de vida que possibilitem ampliação dos direitos sociais. A formação de um grupo é marcada pela inserção de seus participantes na sociedade, pelas determinações econômicas, sociais e culturais. Assim, a técnica de trabalho em grupo é mais do que a junção de várias pessoas para conversar sobre um tema ou repassar informações. Requer a existência, entre seus participantes, de uma interação social e algum tipo de vínculo. Pode-se dizer que a passagem da condição de agrupamento para a de um grupo, consiste na transformação de interesses comuns para a de interesses em comum (BRASIL, 2012, p. 70-71).

Acompanhamento familiar particularizado deve ser proposto às famílias em situações de vulnerabilidades, em condições desfavoráveis para acompanhamento em grupo: seja porque a família demanda uma atenção imediata, por risco de retornar à situação de extrema pobreza ou recair em risco social; nos casos em que a família tem dificuldades de se deslocar até o CRAS; por necessidade de proteção a algum de seus membros; quando a família não se sente à vontade para participar do acompanhamento em grupo; quando a situação demanda sigilo; ou quando seus horários são incompatíveis com os do(s) grupo(s) (BRASIL, 2012, p.75).

Acompanhamento psicossocial de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da Semas diz respeito à atuação conjunta de profissionais cujo objetivo é direcionar a ação de maneira mais abrangente com conhecimentos e habilidades específicas de diferentes áreas [...]. Exige frequência e sistematização dos atendimentos, utilizando-se de diferentes metodologias e instrumentais. Nessa intervenção o foco está em conhecer o indivíduo e/ou família identificando demandas explícitas e implícitas levando em conta seu contexto social, cultural, a rede que acessa e/ou conta, as dificuldades vivenciadas, expectativas dentre outros aspectos. É também o espaço onde será possível estabelecer vínculo, favorecendo uma relação de discussão e reflexão sobre as dificuldades encontradas no cotidiano, promovendo o fortalecimento de potenciais e autonomia, mantendo um olhar para os aspectos que constituem fenômenos sociais e interferem na vida de indivíduos, famílias e grupos (BRASIL, 2013, p. 68).

Articulação de rede (trabalho em rede) é o processo pelo qual se cria e mantém conexões entre diferentes organizações, a partir da compreensão do seu funcionamento, dinâmicas e papel desempenhado, de modo a coordenar interesses distintos e fortalecer os que são comuns (BRASIL, 2009a, p. 21).

Ato infracional de acordo com as disposições gerais do Capítulo I do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) "Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal; Art. 104. são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei" (BRASIL, 1990, p. 3568).

O Art. 112 do ECA versa sobre as medidas socioeducativas, que é aplicada aos adolescentes quando verificada a prática de ato infracional (BRASIL, 1990).

B

Benefício de Prestação Continuada (BPC) garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família, considera-se o critério de renda per capita de ¼ de salário mínimo para essa avaliação. O benefício é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e operacionalizado pelo INSS. Os recursos para custeio do BPC provêm do Fundo Nacional de Assistência Social - Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 1993).

Benefícios eventuais são um tipo de proteção social que se caracteriza por sua oferta de natureza temporária para prevenir e enfrentar situações provisórias de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por nascimentos, mortes, vulnerabilidades temporárias e calamidades. [...]. Concedidos em forma de pecúnia, bens ou serviços, buscando garantir as seguranças sociais de acolhida, convívio e sobrevivência aos indivíduos e às famílias, com impossibilidade temporária de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de situações de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por contingências que causam danos, perdas e riscos, desprotegendo e fragilizando a manutenção e o convívio entre as pessoas (BRASIL, 2018, p. 16).

As Orientações Técnicas para Benefícios Eventuais no SUAS irão tratar de cada benefício eventual, inclusive os que historicamente relacionam-se à Assistência Social, mas são de responsabilidade de outras políticas públicas.

Busca ativa é utilizada como ferramenta de gestão e estratégia de aproximação às famílias para processo de inserção nos programas e serviços ofertados na rede socioassistencial. É definida como uma procura de informações por meio do deslocamento das equipes de referência ao território e tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social para ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, bem como as [...] “potencialidades e recursos culturais, econômicos, sociais e políticos” do território, as redes sociais de apoio e as necessidades de articulação da rede socioassistencial para a efetividade da proteção social. Portanto, envolve as equipes de referência, o território e as decisões da gestão. (BRASIL, 2009a, p.30).

Conforme pactuado na oficina de conceitos da SEMAS, serão consideradas:

Busca ativa na Proteção Social Básica é o deslocamento da equipe ao território para buscar famílias que não tem prontuário e famílias que tem prontuário, mas se encontra sem nenhum registro de atendimento, por um ano e meio (18 meses);

Busca ativa na Proteção Social Especial (Serviço Especializado em Abordagem Social) é a identificação da incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras situações de violação de direitos;

Na operacionalização não será considerado como busca ativa: contato telefônico ou meio eletrônico, correspondência e para famílias que tem prontuário com registro de atendimento a menos um ano e meio (18 meses).

C

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Desde 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo utilizado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros. Também pode ser usado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais. Por isso, ele funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas. A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. O Cadastro Único está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas (BRASIL, 2019a).

Carteira do idoso é o instrumento de comprovação para que o idoso tenha acesso gratuito ou desconto de, no mínimo, 50% no valor das passagens interestaduais, de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Além do Número de Identificação Social - NIS, a carteira dos Idosos traz informações de identificação do idoso e do município em que ele mora e a foto. [...] é fornecida somente para idosos com mais de 60 anos que não possuem meios de comprovação de renda e que recebam até dois salários mínimos (BRASIL, 2019b).

Centro de Convivência da Família (CCF) unidade pública municipal da Proteção Social Básica destinada à prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a toda a família, de acordo com as faixas etárias contidas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b).

Centro de Convivência da Juventude (CCJ) unidade pública municipal da Proteção Social Básica destinada à prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a adolescentes e jovens de 12 a 29 anos.

Centro de Convivência do Idoso (CCI) unidade pública municipal da Proteção Social Básica destinada à prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos à população idosa residente no município a partir dos 60 anos.

Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) unidade pública municipal destinada à prestação de serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas com espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. (BRASIL, 2009b, p. 40).

Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) [...] Dada sua capilaridade nos territórios, caracteriza-se como a principal porta de entrada do SUAS [...]. O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009a, p.9).

O município de São José do Rio Preto possui treze CRAS:

Antunes, Centro, Eldorado, Jardim Belo Horizonte, João Paulo II, Lealdade e Amizade, Novo Mundo, Parque da Cidadania Santo Antônio, São Deocleciano, Schmitt, Solo Sagrado e Vila Toninho.

Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) unidade pública e estatal, de abrangência municipal ou regional. Oferta, obrigatoriamente, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a famílias e indivíduos (PAEFI) (BRASIL, 2011a, p. 20).

Responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Os objetivos são: fortalecer as redes sociais de apoio à família; contribuir no combate a estigmas e preconceitos; assegurar proteção social imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando à sua integridade física, mental e social; prevenir o abandono e a institucionalização; fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família (BRASIL, 2011a).

No município de São José do Rio Preto existem dois CREAS, sendo CREAS I e CREAS II, e as equipes são divididas por região como forma de fortalecer as articulações com o território:

CREAS I - Bosque, Central, HB, Represa, Schmitt, Talhado e Vila Toninho;

CREAS II - CEU, Cidade da Criança e Pinheirinho.

Executam o PAEFI e o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Ciclo de vida etapas do desenvolvimento do ser humano como infância, adolescência, juventude, idade adulta e das pessoas idosas bem como o desenvolvimento familiar, marcado, por exemplo, pela união dos parceiros, separação, recasamento, nascimento e desenvolvimento dos filhos e netos, morte e outros eventos (BRASIL, 2006).

D

Demanda Reprimida conforme pactuado na oficina de conceitos da SEMAS é quando o usuário atende aos critérios para o acesso ao serviço e/ou benefício, contudo, não é possível sua efetivação.

Na operacionalização não serão considerados como demanda reprimida: demandas de outras políticas públicas trazidas pelo usuário; usuários que não atendam aos critérios de programas, serviços e benefícios do governo estadual/federal. Segundo Silva (2009) a demanda reprimida ocorre quando a oferta do serviço prestado é inferior ao serviço existente, ou seja, quando o usuário possui critério para acesso, procura o serviço/benefício da Política de Assistência Social e a unidade não consegue atender ou por deficiência da própria unidade ou por impedimento do próprio usuário.

E

Encaminhamento é o processo de orientação e direcionamento das famílias, ou algum de seus membros, para serviços e/ou benefícios socioassistenciais ou de outros setores. Tem por objetivo a promoção do acesso aos direitos e a conquista da cidadania. Os Encaminhamentos no âmbito do SUAS pressupõem contatos prévios e posteriores da equipe técnica dos serviços e o estabelecimento de fluxos, de forma a possibilitar a efetivação do encaminhamento, garantir o retorno da informação e o efetivo atendimento e inclusão da família. Deve ser formalizado por meio de algum tipo de documento ou formulário que possa ser entregue ao usuário e à usuária e/ou enviado para a outra unidade. O documento de encaminhamento deve, no mínimo, identificar a pessoa encaminhada, a unidade de origem, a unidade de destino e o motivo do encaminhamento. Tal documento também deve ter a identificação do profissional que o fez (BRASIL, 2012, p.44-47).

Estudo Social conforme documento produzido na oficina de conceitos da SEMAS é realizado pelos profissionais de nível superior dos CRAS, CREAS e CENTRO POP por meio de entrevista, visita domiciliar, observação, instrumental de vulnerabilidade social, entre outros. Conforme as Orientações PAIF vol. 2 é a análise tecnicamente qualificada sobre a família, determinante para explicitar a necessidade de inserção da família no atendimento ou no acompanhamento familiar. Neste momento, os profissionais responsáveis deverão, em conjunto com as famílias: enumerar as situações de vulnerabilidade social vivenciadas, buscando compreender suas origens e consequências; identificar as potencialidades e recursos que as famílias possuem; identificar/reconhecer as características e especificidades do território que influenciam e/ou determinam as situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas famílias. O estudo social da situação familiar constitui momento de compreensão da realidade vivenciada pelas famílias, bem como de afirmação da assistência social como direito de cidadania e dever do Estado (BRASIL, 2012, p.18).

F

Formas de acesso de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS os usuários têm acesso a serviços e ações ofertados pela política de assistência social, em geral, por demanda espontânea, busca ativa, encaminhamentos da rede socioassistencial e/ou encaminhamentos de serviços das demais políticas públicas. Os serviços de Proteção Social Especial, pela sua especificidade de atendimento, são acessados também por encaminhamentos dos serviços de proteção, incluindo o serviço de abordagem social e dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (BRASIL, 2009b).

G

Grupo de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS, na concepção de Pichon-Rivière, o grupo apresenta-se como instrumento de transformação da realidade, e seus integrantes passam a estabelecer relações grupais que vão se constituindo, na medida em que começam a partilhar objetivos comuns, a ter uma participação criativa e crítica e a poder perceber como interagem e se vinculam (BASTOS, 2010, p. 164).

[...] é através do reunir-se com um grupo de semelhantes (reunião de duas ou mais pessoas que desempenham determinados papéis sociais em torno de uma tarefa que lhes diz respeito) que os indivíduos podem analisar e compreender os fenômenos sociais, os quais estão intimamente ligados ao modo de produção capitalista, tendo assim condições de reivindicar seus direitos perante a sociedade (SILVA; GUEDES, 2015, p. 184).

O acompanhamento em grupo ocorre quando os objetivos a serem atingidos forem de **longo prazo**, ou seja, demandam um processo de caráter continuado e planejado, por período de tempo determinado, no qual há, a partir de vulnerabilidades, demandas e potencialidades apresentadas pela família e a definição dos objetivos a serem alcançados. O processo de acompanhamento familiar em grupo é indicado para responder **situações de vulnerabilidades** vivenciadas pelas famílias; quando o foco for a garantia das seguranças afiançadas pela política de assistência social e a promoção do acesso das famílias aos seus direitos, com vistas ao fortalecimento da capacidade protetiva da família, a partir das respostas do Estado para sua proteção social. Observação: uma família que participa de uma oficina pode demandar inserção em processo de acompanhamento familiar (Brasil, 2012, p. 75).

O

Oficinas [...] consistem em atividades de esporte, lazer, arte e cultura no âmbito do grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Também é possível realizar atividades recreativas [...]. Essas atividades podem ser resultado, inclusive, de articulações intersetoriais no âmbito municipal e do Distrito Federal. [...] Vale destacar, entretanto, que as oficinas, as palestras e as confraternizações eventuais, por si só, não constituem o SCFV, são estratégias para tornar os encontros dos grupos atrativos e, com isso, dialogar com o planejamento dos percursos, com os temas abordados junto aos usuários e com os objetivos a serem alcançados nos grupos. São atividades utilizadas como recursos para discutir assuntos apresentados pelos componentes dos grupos; para reunir a família num momento festivo - com lanches, músicas e brincadeiras - para proporcionar a interação entre diversas gerações familiares e com os demais sujeitos do território (BRASIL, 2017a, p. 75).

Oficina com famílias de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS consiste na realização de encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um conjunto de famílias, por meio de seus responsáveis ou outros representantes, sob a condução de técnicos de nível superior da equipe (BRASIL, 2012). As oficinas com famílias devem buscar articular diversas dimensões que propiciam a mudança social por meio da transformação das crenças, práticas, relações dos sujeitos sociais e nível de participação social das famílias, utilizando-se da informação com ênfase na reflexão, na convivência e na ação (BRASIL, 2012, p.35).

P

Plano de Acompanhamento Familiar no PAIF de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS, no âmbito dos serviços ofertados no CRAS, através do PAIF, consiste no planejamento conjunto entre a(s) família(s) e profissional do acompanhamento familiar, imprescindível para o alcance dos objetivos desse processo. No Plano devem ser descritas: as demandas e necessidades da(s) família(s); as vulnerabilidades a serem superadas; as potencialidades que o(s) grupo(s) familiar(es) possui(em) e que devem ser fortalecidas, a fim de contribuir nas respostas às vulnerabilidades apresentadas pela(s) família(s); os recursos que o território possui que podem ser mobilizados na superação das vulnerabilidades vivenciadas pela(s) família(s); as estratégias a serem adotadas pelos profissionais e família(s) no processo de acompanhamento familiar; os compromissos da(s) família(s) e dos técnicos (enquanto representantes do Estado) no processo de superação das vulnerabilidades; o percurso proposto para o acompanhamento [...] (BRASIL, 2012, p.67-68).

Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no PAEFI no âmbito dos serviços ofertados no CREAS é necessário que para cada família/ indivíduo, seja traçado o Plano de Acompanhamento. Nesse instrumento, faz-se necessário o apontamento de objetivos, estratégias e recursos que possam contribuir para o trabalho social, considerando as particularidades e o protagonismo de cada família e indivíduo. Construído gradualmente e de forma participativa ao longo da vinculação e acompanhamento, deve ser continuamente revisto pela equipe. O Plano tem a função de, instrumentalmente, organizar a atuação interdisciplinar no CREAS, delineando, operacional e metodologicamente, o caminho a ser seguido por todos os profissionais, possibilitando o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados com os usuários. Portanto, é fundamental garantir a sua dinamicidade, reformulações e aprimoramento, baseados nas intervenções realizadas, nos resultados alcançados e no processo vivenciado por cada indivíduo ou família (BRASIL, 2011a, p. 69).

Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no Serviço Especializado para População em Situação de Rua constitui importante instrumento de trabalho e tem a função de organizar a atuação interdisciplinar da equipe[5] e delinear, operacionalmente e metodologicamente, o caminho a ser seguido

[5] No âmbito do Serviço ofertado pelo Centro Pop.

por todos os profissionais, possibilitando o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados. Importante destacar que o Plano de Acompanhamento precisa envolver a participação protagonista dos usuários nesse processo, que deve considerar a realidade de vida e a singularidade de cada sujeito e família acompanhados. Por meio de metodologia participativa, o Plano deve ser construído gradualmente, desde o momento da acolhida inicial, e ser reavaliado continuamente ao longo do acompanhamento no Serviço, considerando o processo de cada família ou indivíduo atendido. É necessário, portanto, que seja flexível, dinâmico e repactuado sempre que necessário (BRASIL, 2011b, p. 83-84).

Plano Individual de Atendimento (PIA) está previsto na Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que estabelece a obrigatoriedade de sua elaboração na execução das medidas socioeducativas, definindo-o como "instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente". [...] O PIA é um instrumento de planejamento que deve ser pactuado entre o técnico e o adolescente, envolvendo a sua família e as demais políticas setoriais, conforme os objetivos e as metas consensuadas na sua elaboração. Deve ser utilizado como ferramenta para a convergência das ações intersetoriais, estabelecendo objetivos e metas a serem cumpridas pelo adolescente (BRASIL, 2016, p.59).

Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU) é um instrumento técnico de acompanhamento e desenvolvimento do usuário, que corresponde ao planejamento particularizado do acompanhamento de cada usuário a partir de suas demandas, singularidades e dos objetivos a serem alcançados. O PDU estrutura o trabalho social do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, com cada usuário e sua família. É elaborado a partir do conhecimento de contextos, consensos, combinados, compromisso e responsabilidades assumidas de ambas as partes: Serviço, usuário, cuidador (a) e família - também as redes de apoio existentes no território. No caso de o usuário morar sozinho, é necessário consensuar com ele (a) o envolvimento da família na elaboração do PDU, essa atitude traduz-se em respeito à sua autonomia (BRASIL, 2017b, p. 91).

R

Risco Social de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da SEMAS relaciona-se à possibilidade da ocorrência de um evento na vida de um indivíduo ou de uma família, expressando-se pela suspeita ou por episódios de violência, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, ato infracional, etc. (BRASIL, 2011a). As situações de vulnerabilidades sociais podem ser agravadas, transformar-se em situação de risco e/ou violação de direitos (BRASIL, 2012).

S

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) deve ser executado exclusivamente pelos CRAS e consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações não devem possuir caráter terapêutico (BRASIL, 2009b, p. 12). As ações que compõem o Trabalho Social com Famílias do PAIF são: acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos (BRASIL, 2012).

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários**,** de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2009b, p. 16).

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas O serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo a situação de risco, a exclusão e o

isolamento. O serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço (BRASIL, 2009b, p. 25).

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) Deve ser executado exclusivamente pelos CREAS, sendo um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. São usuários do Serviço famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de: violência física, psicológica e negligência; violência sexual (abuso e/ou exploração sexual); afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos (BRASIL, 2009b, p. 29).

Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve

buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos (BRASIL, 2009b, p. 31).

Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) O Serviço tem por finalidade prover a atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida (BRASIL, 2009b, p. 34).

De acordo com o ECA, Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (BRASIL, 1990).

De acordo com o ECA, Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvidos o orientador, o Ministério Público e o defensor (BRASIL, 1990).

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua Serviço Executado pelo Centro Pop, é um serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espeço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na

perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida (BRASIL, 2009b, p. 40).

V

Violação de direitos de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da Semas constitui-se como a transgressão dos direitos fundamentais, compostos pelo direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, garantidos pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º. As violações de direitos constituem fenômenos de causas multifatoriais, não podendo ser compreendidas, portanto, apenas como resultantes da desigualdade social e da pobreza. Além disso, podem ser analisadas pela ótica do não acesso às vias de restituição dos direitos violados, ou seja, no não acesso ao exercício pleno da cidadania (ASSIS, FONSECA, FERRO, 2018). De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) as famílias e indivíduos vivenciam violações de direitos por ocorrência de violências (física, psicológica, negligência e sexual), afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção, tráfico de pessoas, situação de rua, abandono, vivência de trabalho infantil, discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia, outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar, descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família PBF em decorrência de violação de direitos.

Vulnerabilidade social de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da SEMAS, na Política Nacional de Assistência Social frequentemente aparece junto com o termo risco social, não se notando discernimento entre elas e remetendo a uma complementaridade. [...]. Nas Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (2012), evidencia-se a preocupação de explorar o conceito de vulnerabilidade e as relações com o risco. O documento se apoia em autores que reconhecem que o conceito é complexo, sendo a vulnerabilidade uma condição relacionada à inserção e estabilidade no mercado de trabalho, à fragilidade de suas relações sociais e à regularidade e qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras modalidades de proteção social. O risco é tido, assim, como decorrente da não prevenção das situações de vulnerabilidade social.

Pode-se dizer que, no campo socioassistencial, há uma descrição ampla sobre o que compõe a vulnerabilidade social, entendida não como um estado, mas como uma condição que pode ser temporária. Dessa maneira, as ações da proteção básica

têm como alvo as situações de vulnerabilidade social, preconizando ações voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco (FERNANDES, R. M. C., HELLMANN, A., 2016, p.302).

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de; FONSECA, Tatiana Maria Araújo da; FERRO, Viviane de Souza**. Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial.** Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: Gerência Regional de Brasília, 2018.

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicologo informacao Psicol inf**. vol.14 n.14 São Paulo out. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100010. Acesso em: 27 maio 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de Psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2013-CREPOPCREAS.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, D.F: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a Organização da Assistência Social LOAS e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único** [Internet]. Brasília: DF, Ministério da Cidadania, [2019a]. Disponível em: http://www.cidadania.gov.br/servicos/cadastro-unico. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Carta de serviços ao usuário**. [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, [2019b]. Disponível em:http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-pra-voce/carta-de-servicos/usuario/assistencia-social/carteira-do-idoso. Acesso em: 03 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS**. Brasília, DF, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social.
Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Brasília, Distrito Federal, 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf. Acesso em: 06 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. **Orientações técnicas: Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas**. Brasília, DF, 2017b. Disponível em:http://www.mds.gov.br/webarquivos/assistencia_social/caderno_PSB_idoso_pcd_1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília, DF, 2011a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF Volume 2 Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop SUAS e População em Situação de Rua Volume 3.** Brasília, DF, 2011b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em: 06 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas Frequentes. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.** Brasília, Distrito Federal, 2017a. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção I, 16 jul. 1990, Seção I, p. 13563. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/07/1990. Acesso em: 13 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, DF: CONANDA, 2006. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 09 dez. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional da Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20T%C3%A9cnias%20sobre%20Benef%C3%ADcios%20Eventuais%20no%20SUAS.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

FERNANDES, Rosa. M. Castilhos, HELLMANN, Aline. (Orgs). **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/198716. Acesso em: 23 dez. 2019.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018. Institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões e dá outras providências. **DHOJE**, São José do Rio Preto, SP, p.A-7, 30 de jun. de 2018. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/SP/SAO.JOSE.DO.RIO.PRETO/DECRETO-18073-2018-SAO-JOSE-DO-RIO-PRETO-SP.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

SILVA, Daniela de Andrade da **Crianças e adolescentes em contextos de violências sexuais:** (re) pensando a demanda reprimida do serviço de enfrentamento a violência, ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no município de Palhoça. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial284235.pdf. Acesso em: 06 fev. 2019.

SILVA, Renato Jesus da Silva; GUEDES, Maria do Carmo. A evolução do conceito de grupo em Silvia Lane. **Psic. Rev. São Paulo**, v. 24, n.2, 181-197,

2015, p.184. Disponível em :https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/download/27795/19624. Acesso em: 27 maio 2019.